

REPERTORIO

ORDENACÕES E LEYS

DO

REINO DE PORTUGAL

DE 1713 A 1750

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

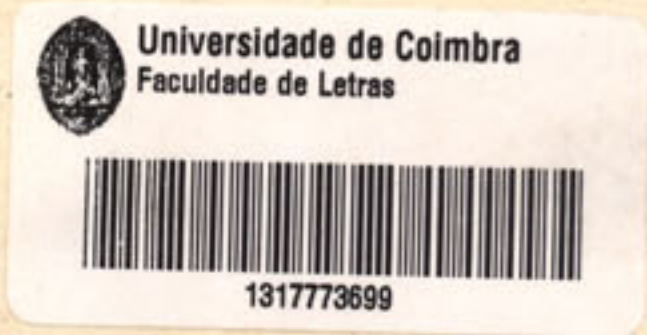
REDACTED

REDACTED

REDACTED

REDACTED

No Melloiro de S. Vicente da Foz, Camara Real
de Sua Magestade
Com as demas reformas, e Privilegio Real.



R. B. BERTHOLOTTI

ORDINARIO

P. O. F. U. L. I.

A-5



No Mosteiro do Cabido de Coimbra

REPERTORIO

DAS
ORDENAC, OËS, E LEYS
DO REYNO
DE

PORTUGAL

NOVAMENTE CORRECTO:

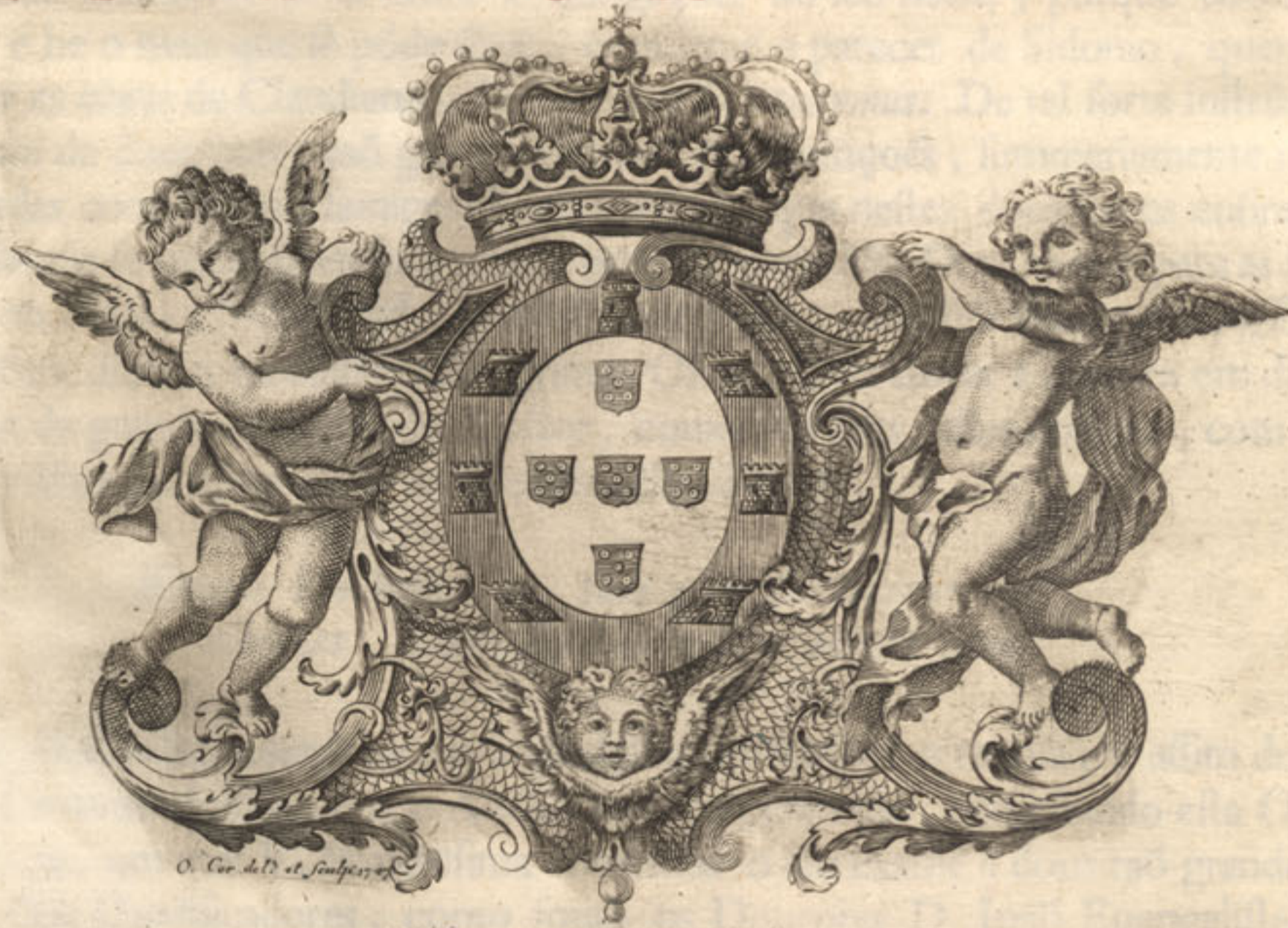
ACCRESCENTADO

Com muitas Conclusões tiradas das mesmas Ordenações, e com hum novo Index no fim delle das materias das Collecções, que se ajuntáraõ aos Livros da Ordenação novamente impressa:

ILLUSTRADO

Com copiosas Remissões dos Doutores; Concordia das Ordenações, Leys Extravagantes, Decretos Reaes, e Assentos da Relação, que se tem expedido, e feito desde a nova Compilação das Ordenações; e com muitas Notas de casos praticos, e Arestos, que deixáraõ apontados nas suas Ordenações alguns grandes Ministros deste Reyno.

TOMO SEGUNDO.



LISBOA, M.DCC.XLIX.

No Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real
de Sua Magestade.

Com as licenças necessarias, e Privilegio Real.

Sala *CF*
Est. *6*
Tab. *9*
M.º *8*



8-7-74
29060

of.

Revisado por el Sr. D. Juan de los Rios

REPERTOARIO

ORDENACIÓES E LEYS

D O R E Y N O

P O R T U G A L

NOVAMENTE CORRETO

A C R E S C E N T A D O

Com muitas Condições tiradas das mesmas Ordenações, e com hum novo Index no fim delle das mesmas leis das Collecções, que se apontão no dos Index da Ordenação novamente impressa:

L E T R A D O

Com copias de muitos dos Decretos; e com as das Ordenações, Leis, e Estatutos, e Affeitos da Realza, que se tem de pido, e feito de hũa e outra Compilacão das Ordenações, e com muitas Notas de cada puzada, e Artigos, que deixamos apontados nas suas Ordenações e Leis grandes impressas de hũa e outra vez.

T O M O S E G U N D O .

L I S B O A , M . D C C X L I X .

No Mosteiro de S. Vicente de Fora, Cantaria Real de Sua Magestade.

Com as licenças necessarias, e Privilegio Real.



APPROVAÇÕES,

Do Sancto Officio.

Approvaçãõ do M. R. P. M. Fr. Nicoláo da Assumpçãõ Becquer, Presentado na Sagrada Theologia, Qualificador do Sancto Officio, Examinador das Tres Ordens Militares, e Prior, que foi, do Convento de S. Domingos de Lisboa, &c.

I L L U S T R I S S I M O S S E N H O R E S.

NO novo Repertorio das Ordenações do Reyno, que em dous Tomos escreveu o insigne Juris-consulto o Doutor Jeronymo da Sylva Pereira, se acha a mais copiosa Bibliotheca, que podem desejar os professores da Jurisprudencia, ou para julgarem, ou para patrocinares as Causas Judiciaes. No exercicio de julgar, e patrocinar as Causas Forenses, se não he impossivel o acerto, he muito difficuloso, sem preceder hum continuo estudo, e grande noticia dos Doutores, como ponderou Francisco Antonio Begnudelli no Prologo da sua Bibliotheca: *Cum forensium, aut judicialium causarum, munerumque publicorum exercitationem, si non impossibilem, certe difficillimam, quilibet experiri debeat, sine prævía Doctõrum, tum Theologõrum, tum materias Juris Canonici, ac Civilis tractantium notitia*: por isso são necessarios annos dilatados para se comprehender huma tão vasta faculdade; mas como neste novo Repertorio se achão recopiladas as doutrinas, que andão dispersas em todas as materias de Direito, fundadas nas mais sólidas razoões, authorizadas com os Doutores mais classicos, e praticadas nos casos julgados pelos mais rectos Ministros; daqui ao diante, com muito menos trabalho do que até agora, e em muito menos tempo, se poderão fecundar das noticias precisas para os seus empregos os professores da Jurisprudencia.

Se conforme as disposições de Direito, * *Nomina debent esse convenientia rebus*, desempenha o Auctor nesta Obra as obrigações do seu nome; porque como Jeronymo instrue, e he o mais que se póde dizer, conforme o parecer de Sidonio, quando quiz engrandecer as obras de Claudiano, *Instruit, ut Hieronymus*. De tal sorte instrue com tanta abundancia de doutrinas, tão grande vastidão de resoluções, summariamente resolvidas, e authorizadas com os mais famigerados Auctores, que nestes dous livros ensina quanto na Jurisprudencia se póde aprender; vindo proprio para esta Obra o que para as de Aristoteles escreveu Plinio: * *Nihil est, quod discere velis, quod ille docere non possit*.

Para dizer o que julgo desta grande Obra, devia trocar a censura em dilatado Elogio, assim da grande erudição do Auctor, como das suas vastas noticias, com que parece exhaurio toda a Jurisprudencia, podendo delle dizer-se.

*Fontes Doctõrum non tam gustasse videtur
Omnes, quam sapiens mente bibisse suas.*

Mas a ley de Censor o prohibe, e a modéstia do Auctor o recusa; e assim deixando aos clarins da Fama os elogios, que o Auctor merece, concluo, que estando esta Obra approvada na parte, em que V. Illustrissima cometteo o seu exame a dous tão grandes Theologos, e rectos Qualificadores, como foraõ os Doutores D. Joã Evangelista, Conego Regrante de meu Padre Sancto Agostinho, e Vicente de Sancta Maria, Ex-Géral dos Conegos Seculares da Congregaçãõ de S. Joã Evangelista; e não achando no restante da Obra, que vi por ordem de V. Illustrissima, cousa, que encontre os dogmas de nossa Sancta Fé, ou bons costumes, se deve conceder de justiça a licença, que se pede por mercê,

* Just. de Do. nat. §. E/ ser aliud.

* Liv. 1. Epist. 22.

mercê , para que corra entre os Sabios huma Obra , que já ha muito tempo , que vòa nas azas da Fama. Assim o julgo neste Convento dos Frades Prégadores aos 31. de Julho de 1754.

Fr. Nicoláo da Assumpção Becquer.

Do Ordinario.

Approvação do M. R. P. M. Fr. Mathias da Encarnação , Religioso da Ordem de Sancto Agostinho , Procurador geral , que foi da sua Provincia , e Bibliothecario mór do Convento de N. Senhora da Graça desta Cidade de Lisboa , &c.

EXCELLENTISSIMO E REVERENDISSIMO SENHOR.

POr ordem de V. Excellencia revê este Livro , que he a Segunda Parte do Repertorio das Ordenações do Reyno , posto em melhor ordem, e com mayor amplificação , do que aquelle que compôs o Doutor Manoel Mendes de Castro ; pois neste se achão agora emendadas as suas Remissoes , e taõ copiosamente accrescentadas com as Notas de excellentes Ministros , e com tantas Citações de Doutores , Arestos , e Declarações práticas , que já não haverá mais que desejar para a perfeita intelligencia das Leys do Reyno , e acertada decisaõ dos litigios occurrentes.

Na Primeira Parte deste Repertorio não quiz o Auctor delle dar-nos a conhecer o seu nome ; porque a sua modéstia não quiz que os juizos dos Sabios medissem por esta Obra o seu imponderavel talento , e vasta comprehensãõ , talvez por se persuadir que a julgariaõ mais alheya do que sua , attendendo a ser huma Collecção de muitas obras ; porém , quando não bastasse para desvanecer este erradissimo conceito , o juizo do grande Sancto Agostinho * , o de S. Cyrillo Alexandrino * , o de Lipsio * , o de Enodio * , e o de Cicero * , que reputaõ por defacerto louvar mais as composições proprias , do que as Collecções de obras alheyas , bastaria o conhecimento universal , de que he mais feliz , e proveitoso o artificio , que das flores fabrica a Abelha , do que a téla , que de si mesma extrahê a Aranha.

* S. Aug. de Trinitat. lib. 1. tom. 3. cap. 3.
* S. Cyrill. Alex. in Oseam Prophet. in initio.
* Lips. ad Lect. Politic.
* Enod. in Panegy. ad Theodor.
* Cicer. ad Brut.

O certo he , que aquella Primeira Parte deste Repertorio conciliou taõ justa , e universal aceitação , que por mais que seu Auctor quiz occultar-se , não deixou o applauso commum de o descobrir ; e se aquella Primeira Parte foi taõ bem aceita ; nesta Segunda se excedeo o Auctor tanto a si mesmo , que seria injuria da razaõ , e offensa da Justiça retardar ao público o beneficio de taõ proveitosa Obra ; porque nella se achão recopiladas as de tantos , e taõ insignes Doutores , quantos são os que comprehende esta vasta Collecção , e se citaõ em seus proprios lugares , para facilitar o conhecimento da Jurisprudencia , e a decisaõ das dũvidas Forenses.

E bem se póde dizer , que este Livro não só contêm muitos livros , mas que he huma vasta livraria , aonde os Douros podem renovar os seus estudos , sem a fadiga de huma nova , e dilatada lição ; e aquelles que principiaõ a fê-lo , podem com esta guia conseguir mais facilmente hum largo conhecimento da proveitosa , e interminavel faculdade da Jurisprudencia , para votar , e decidir com acerto os casos della , verificando-se deste Auctor aquelle Elogio , que faz Alc. * aos Doutores , que modernamente escrevêraõ , dizendo , que da lição de muitos livros he que desentranháraõ o conhecimento da verdade ; porque tanto mais se fertilizaõ , e enriquecem os engenhos , quanto são mais copiosas , e fecundas as fontes , de que bebem. E porque deste assim se verifica , e nelle nada se contêm contra a Fé , ou bons costumes , se faz digno de fahir á luz pública ; e he o meu parecer. Convento de N. Senhora da Graça , 22. de Septembro de 1754.

* Alcuin. p. 3. Confess. c. 46.

Fr. Mathias da Encarnação.

Do

Do Paço.

Approvação do Doutor João Pinheiro da Fonseca, Cavalleiro da Ordem de Christo, Desembargador dos Aggravos na Casa da Supplicação, Juiz dos Cavalleiros, e Juiz Conservador da Nação Britanica nesta Côrte.

S E N H O R.

QUando examinei por ordem de V. Magestade huma grande parte, e ultima porção deste Repertorio, já no Primeiro Tomo, que então corria impresso, tinha observado muitas vezes a sua utilidade, louvando, não só a engenhosa industria deste invento, mas a laboriosa applicação, de que elle dependia.

Este trabalho capaz de occupar o talento, e a fadiga de muitos Juris-consultos por largos annos, absolvoe em poucos o Doutor Jeronymo da Sylva Pereira, conduzido da Cidade de Coimbra, (aonde com notoria distincção já utilizava o público) para vir ser Auctor da idéa mais feliz, com que aproveitasse a todo o Reyno, e ainda o acreditasse entre os estranhos, accrescentando ás Leys de Portugal as Notas, e Remissoes, com que se fizesssem, não só respeitadas, (como já eraõ) mas distinctas, e invejadas de todas as do mundo.

Para conciliar este beneficio ás Leys dos Romanos, concorrêraõ os mayores Oraculos da Jurisprudencia. Accursio traduzio em Commentario os escriptos dos antigos Meftres, e de muitos, que elle mesmo ouvira, citando, e louvando juntamente nas suas Notas a Irnerio, Martinho, Hugolino, Bulgaro, Rofredo, Alrico, Azaõ, e semelhantes. O mesmo praticou depois Dionysio Gotofredo, compilando não só as sentenças dos antigos, que haviaõ seguido a Accursio, como foraõ Bartholo, e Baldo, mas as dos Neotericos, que se seguiraõ, Budeo, Alciato, Zazio Augustino, Duareno, Cujacio, e muitos outros.

As Ordenações de Portugal só tinhaõ merecido até agora este cuidado ao talento do Doutor Manoel Mendes de Castro, na margem do antigo Index, que lhe compôs; e sendo este grande Mestre aptissimo para sustentar todo o peso de semelhante trabalho pela sua profissão, que o não embaraçou a dar ao público a Prática mais correcta, por que se regem os Senados deste Reyno, he certo, que ou as occupaões, ou a meditação de Prática Judicial, que trazia entre as mãos, o fez contentar-se com o pouco, que apontou no seu Repertorio.

O Doutor Jeronymo da Sylva Pereira absolvoe, e desempenhou inteiramente este genero de composição, accusando não só os lugares mais proprios, e copiosos dos Doutores nas questões occurrentes; mas expendendo a Sentença de muitos, que não chegáraõ a dar ao prélo obras dignas delle, e que não dependiaõ dessa auctoridade para se respeitarem; citando juntamente as Leys Extravagantes, que a sua incançavel diligencia ajuntou, incorporando em cada livro as que lhe respeitãõ com hum bem ordenado Index de todas ellas.

Se houver quem ache que accrescentar a estas Notas, deve saber, que tres, e quatro vezes deu Gotofredo ao público sempre melhoradas, e reformadas as suas, e nenhuma delle por isso desmerecêraõ a digna estimação, ou fizeraõ disputavel a de Gotofredo.

Por mais que a modéstia do Auctor queira despojá-lo da gloria, que lhe concilia este trabalho, adaptando-a aos mesmos Doutores, que compilou, durará o seu nome coroado de louvores com o Imperio de V. Magestade, e com as mesmas Leys, que o animãõ, ás quaes em nada he dissonante a Obra. Lisboa, 28. de Setembro de 1754.

Doutor João Pinheiro da Fonseca.

L I C E N Ç A S,

Do Sancto Officio.

E Stá confôrme com o seu original. Convento de S. Domingos de Lisboa, 21. de Novembro de 1754.

Fr. Nicoláo da Assumpção Becquer.

P Ode correr. Lisboa, 22. de Novembro de 1754.

Fr. R. de Alencastre. Abreu. Pays. Sylveira Lobo. Castro.

Do Ordinario.

E Stá confôrme com o seu original. Convento de N. Senhora da Graça, 21. de Novembro de 1754.

Fr. Mathias da Encarnaçãõ.

P Ode correr. Lisboa, 26. de Novembro de 1754.

Sylva.

Do Paço.

C Oncorda com o seu original. Lisboa, 22. de Novembro de 1754.

Doutor Joaõ Pinheiro da Fonseca.

Q ue possa correr, e taxaõ em seis mil reis. Lisboa, 10. de Dezembro de 1754.

Marquez P. Attaide. Carvalho. Castro. Seabra. Emauz.

R E.



REPERTORIO DAS ORDENACOES DO REYNO DE PORTUGAL.

J A



JANELLA defron-
te da do vizinho,
ou mayor do que
antes a tinha so-
bre casa de ou-
trem, naõ póde
ninguem fazer,
liv. 1. tit. 68. §. 28.
e 29. (a)

Janella se póde fa-
zer no balcaõ, que estiver atravessado na

rúa de huma parte a outra, *ibid. §. 32.*

Janella naõ poderá fazer o senhor do sobra-
do sobre o portal daquelle, cujo for o so-
taõ, ou lója, *ibid. §. 34.*

Janella, ou fresta sobre azinhaga, naõ póde
o outro vizinho tapar alçando-se, *ibid.*
§. 27. (b)

Janella em beco se naõ póde fazer sem li-
cença dos Almotaceis, *ibid. §. 26.*

Janella feita depois de passado anno e dia,
naõ se póde desfazer, *ibid. §. 25.*

Janella

(a) Vide supra notata verb. *Fresta, ou janella*, naõ
poderá alquem abrir, &c.

(b) Hæc Ordinatio videtur intelligenda de servi-
tute, ne luminibus officiatur, & non de servitute lu-
minum, seu prospectus; quia formam præscribit ser-

vituti altius tollendi, quæ servitus comes est dictæ ser-
vitutis ne luminibus, ex L. 4. ff. de Servitut. præd. ur-
ban., & vide Pech. de Servitut. cap. 5. quæst. 10. 14. 16.
& seqq., Pegas tom. 6. ad Ordin. in Commentar. ad hunc §.
num. 2.

Janella não se póde refazer, que seja mayor, nem em outro lugar, senão como de antes a tinha, *liv. 1. tit. 68. §. 28. (a)*

Janella sobre quintal, ou campo de outrem, não poderá o vizinho tapá-la levantando casa; porém se deixar vara, e quarta de permeyo, poderá alçar-se quanto quizer, *ibid. §. 33. (b)*

(a) Vide Gabr. Per. dec. 87. Fragos. de Regim. Reip. part. 1. lib. 7. disp. 21. n. 11. versic. Consonat Lex nostra. Et nota, quod reficiens domum, debet antiquam formam observare; Pech. de Servitut. cap. 6. quest. 1. n. 6., & cap. 9. quest. 35. n. 25., Cæpol. de Servitut. tract. 1. cap. 61. num. 1., Valent. Illustr. lib. 2. tract. 1. cap. 2. n. 10.

(b) Duas dispositiones continet hæc Ordinatio: prima, quod dominus viridarii, super quod vicini fenestra habet prospectum, non potest ædificare super viridarium, obturando fenestram alienam, nisi relicto spatio sex palmorum, ut patet ex Text. in L. Imperatores, ff. de Servitut. urban. prædior., & declarat hæc Ordinatio: Secunda est, quod potest ædificare usque ad fenestram: quod intelligendum videtur, dummodo solvat domino parietis fenestram habentis medietatem valoris ipsius parietis, si in ea trabes immittere velit, sicut in §. 35. ejusdem Ordinationis.

Quæstio tamen oriri potest, an manente fenestra super tectum, possit vicinus postea extollere domum, nulla relicta mensura: vide ad resolutionem sequentem Notam Senatoris Oliveira ad hanc Ordinationem: Declarat Barbof. hic n. 3., quod si fenestra sit super tectum, poterit vicinus ædificare, nulla relicta mensura, de qua in hoc textu; sed contrarium merito judicavit Senatus, na causa de Francisco de Mattos com Carlos Peres, Escrivão Teixeira, nas Propriedades em Fevereiro de 1680.

Ad verba: Sem deixar vara e quarta de permeyo: si dubitetur cujus sit spatium intermedium, & cui debeat attribui, vide Cæpol. de Servitut. urban. præd. cap. 40. n. 9., Pech. de Servitut. cap. 8. q. 5. per tot., Conciol. ad Stat. Eugub. lib. 5. rubr. 32. n. 7., Pacichel. de Distant. cap. 6. membr. 1. num. 14.; si autem constet quis id reliquit, illius erit; de quo vide sequentem Notam Senatoris Sardinha Ibi: Vara e quarta, e fica seu o chaõ, que deixa; vide in deliberat. 138., & qui ex alia parte residet, non aperiet super hoc, nisi tantundem recedat; ut in d. deliberat. 138. n. 8.

Ad verb. Poderá alçar-se quanto quizer. Vide sequentem Notam Senatoris Themudo: Non habet locum, si ex eo impediatur prospectus maris, nisi centum pedibus separatis; Auth. de Nov. oper. nunciat. maritimi aspectus, Coll. 5. Novell. 66., & Auth. Generalis forma de Prospect. in mare, Coll. 9. n. 165., & ita dicit judicatum Mend. in Prax. Lust. p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 139.; & de presenti ita etiam judicatum fuit entre Simão da Costa Freire, Senhor de Pancas, e o Conego Gabriel Marques Godinho, Escrivão Domingos de Freitas, anno de 1666. Sed de hoc vide supr. notata verb. Alçar-se póde cada hum com seu edificio.

(c) Ætas viginti quinque annorum legitima, perfecta que dicitur; ut tenet Mascard. de Probat. tom. 2. conclus. 666. n. 8. & 11., & conclus. 667. n. 46., Odd. de Restit. in integr. p. 1. q. 2. art. 3. n. 28., Gutierr. de Tutel. p. 3. cap. 3. n. 3., Portug. de Donat. lib. 1. p. 2. cap. 19. n. 25., Peg. tom. 7. ad Ord. lib. 1. tit. 87. §. 6. n. 2., Guerreir. tract. 3. de Dation. Tur. & Curat. lib. 4. cap. 3. n. 144.; in illa enim finitur, seu terminatur facilitas minorum, ut dicit August. Barbof. ad Text. in L. Siquis 4. Cod. de His, qui veniam etat. impetr. n. 2., Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 42. §. 5. n. 2.; nam ante etatem viginti quinque annorum virilem animi vigorem minor complere non solet; Guerreir. de Dation. Tur. & Curat. d. cap. 3. n. 146., ideoque solummodo post dictam etatem possunt esse homines in judicio; quod ante illum minimè facere possunt, nec in Judicio Civili, nec Criminali; latè Altimar de Nullit. sent. rubr. 11. q. 4. à n. 1., & q. 5. n. 9., & q. 6. n. 61., & tom. 8. rubr. 2. & 3. q. 1. sect. 1.

ID

IDADE cumprida e perfeita de vinte e cinco annos, habilita para estar em juizo, *liv. 3. tit. 42. §. fin., e tit. 9. §. 3. (c)*

Idade se próva pelo aspecto, *liv. 2. tit. 54. (d)*

Idade

n. 83., Guerreir. tract. 3. de Dat. Tutor. & Curat. lib. 5. cap. 7. n. 19. & 27. Et neque ad lites, nec ad negotia possunt constituere Procuratores, sine auctoritate Tutoris, vel Curatoris; ex Text. in L. Neque, Cod. de Procurator., Antonel. de Tempor. legal. lib. 2. cap. 10. n. 17., August. Barbof. in d. L. Neque Tutores 11. Cod. de Procurator. n. 4. Ord. lib. 3. tit. 29. §. 1. Nec possunt esse Procuratores alterius ad Judicia; August. Barbof. in L. Exigendi 12. n. 11. Cod. de Procurator., Guerreir. de Dat. Tutor. & Curat. lib. 5. cap. 7. n. 29., & probatur ex Ord. lib. 1. tit. 48. §. 20., quæ tamen adversari videtur alteri Ordinationi in lib. 3. tit. 9. §. 5., ubi dicit minorem habentem decem septem annos posse constitui Procuratorem; quam antinomiam dicit Caldas in L. Si curatorem, verb. Hunc contractum, n. 36. versic. Notum est, procedere ex negligentia compilatorum; sed Barbof. ad d. Ord. tit. 48. §. 20. eas conciliat dicendo, Ordinationem d. §. 20. procedere in casu quo minor constituitur Procurator ad omnes causas: at verò Ord. d. §. 5. procedere, quando minor constituitur Procurator ad particularem causam. Sed aliter has Ordinationes conciliat Ægid. in L. Ex hoc jure, ff. de Just. & Jur. p. 2. cap. 10. n. 10., dicens Ord. d. §. 20. procedere in minore constituto Procuratore ad Judicia; alteram verò Ord. in d. §. 5. procedere in minore constituto Procuratore ad negotia. Et istas conciliationes tamquam in unum concordēs refert August. Barbof. in Collect. ad Text. in d. L. Exigendi, 12. Cod. de Procuratorib. n. 11.

Limitatur tamen principalis conclusio in minore uxorato, vel in eo, qui veniam etatis impetravit; nam isti habentur pro maioribus viginti quinque annorum de Jure Regni, ideoque possunt esse in Judicio, & facere omnia, ac si majores essent; de quo vide latissimè Guerreir. de Dat. Tut. & Curat. lib. 4. cap. 4. ex n. 2. cum seqq.

(d) Ætatem probari per aspectum constat ex hac Ordinatione; & hic est unus ex variis modis, quibus etas comprobatur; de quo vide Farinac. in Fragn. verb. Ætas à n. 148. usque ad num. 160., Mascard. de Probat. tom. 2. concl. 668. per tot., ubi latissimè; Cald. in L. Si curatorem, verb. Minoribus à n. 14., August. Barbof. in L. Si alterius 3. Cod. si minor se major. dixer. n. 14., & in L. Si minorem 4. C. d. de In integr. restit., & in L. Cum te minorem 9. Cod. de Probation. n. 4. versic. Tertio, Card. de Luc. lib. 7. tit. de Alienat. disc. 60. n. 12., Cortiad. dec. 96. n. 67.

Quomodo autem testes in hoc casu deponere debeant, ut eorum depositiones ex aspectu probationem facere possint, vide Mascard. d. concl. 668. à n. 30. & seqq., Cresp. de Valdaur. observ. 23. n. 67., Conciol. alleg. for. 6. num. 5. Et præter hunc modum, etas hominis multifariè probari potest: Primò probatur ex libris Ecclesiæ, in quo nomina baptizatorum à Parocho describuntur; Mascard. concl. 673. per tot., Farinac. in Fragn. verb. Ætas à n. 141., Cald. in L. Si curatorem, verb. Minoribus, n. 38., Cyriac. controv. 252. n. 6. & 10., & controv. 509. num. 30., August. Barbof. ad Text. in cap. Cum te minorem 9. Cod. de Probation. n. 4., Card. de Luc. lib. 15. tit. de Judic. d. sc. 30. n. 9., Gabr. Per. dec. 10. n. 7. versic. Quibus omnibus, Guerreir. tract. 4. de Ration. reddend. lib. 5. cap. 3. n. 24.

Secundò probatur ex libro particulari, in quo parentes ad futuram memoriam nomina, etatesque filiorum conscribunt; Mascard. concl. 669. per tot., Cald. in d. L. Si curatorem, verb. Minoribus, n. 13. & 33. & à n. 35., Farinac. d. verb. Ætas, num. 143., August. Barbof. in d. L. Cum te minorem 9. n. 4. versic. Secundo, Cod. de Probat., & in cap. Super eo 22. de Testib. num. 17., Card. de Luc. lib. 7. tit.

Idade de 25. annos haõ de ter os Officiaes de Justiça, da Fazenda, e da Governança, posto que sirvaõ em nome de outrem,

e tenhaõ licença d'El-Rey, *liv. 1. tit. 94. (a)*
Idade de settenta annos tendo alguem, he aposentado, *liv. 2. tit. 54. (b)*

Idade

tit. de Alienat. disc. 60. n. 12., Sabell. *in Sum. §. Aetas, n. 5.*, Barbof. *ad Ord. lib. 3. tit. 56. §. 1. n. 17.*

Tertio probatur per testes, qui bonas, & concludentes rationes assignant; Card. de Luc. *d. tit. de Alienat. disc. 60. num. 12.*, Cald. *in L. Si curatorem, verb. Minoribus, n. 12.*, Mascard. *concl. 669. per tot.*, præcipue si deponant de tempore natiuitatis, quia præsentis fuere; Conciol. *alleg. 6. num. 4.*, Barbof. *in d. L. Cum te minorem, n. 4. versic. Quarto*, Farinac. *d. verb. Aetas à n. 166. usque ad n. 182.*, vel quia de illa recordantur per designationem alicujus casus insignis, & notabilis, veluti, quia in eodem tempore mors, vel natiuitas alicujus magni viri evenit; Valenzuel. *conf. 169. n. 100.*, Sabell. *in Sum. §. Aetas, n. 2. versic. Qualiter in fin.*, Mascard. *concl. 679.* Et ad hanc comprobationem sufficiunt testes consanguinei, Guazin. *de Defens. Reor. def. 30. cap. 10. n. 7.*, Barbof. *in d. L. Cum te minorem 9. n. 4. versic. Quarto*, Cod. *de Probat.*, Cyriac. *contror. 371. n. 2.*; & etiam testes singulares; Barbof. *in Collect. ad Text. in cap. In omni negotio 4. de Testib. num. 54.*; & etiam testes de credulitate; Barbof. *in cap. Quoties 5. de Testib. n. 9.*; & de hoc vide latè Farinac. *d. verb. Aetas à n. 183. usque ad n. 206.*, Sabell. *in Sum. §. Aetas, n. 2. & 5.*, Barbof. *ad Ord. lib. 3. tit. 55. concl. 4. n. 4.*

Quarto probatur etiam per Inventarium, ut dicit Guerreir. *de Inventar. lib. 4. cap. 15. n. 71.*; ex quolibet enim instrumento publico potest probari ætas; ut latè ostendit Cald. *in d. L. Si curatorem, verb. Minoribus, n. 29.*, & ideo probatur per instrumentum tutelæ, & curæ; Barbof. *in d. L. Cum te minorem 9. n. 4. versic. Quinto*, Farinac. *d. verb. Aetas à n. 114.*

Quinto probatur per indicia, & conjecturas, cum sit difficilis probationis; de quo vide latè Farinac. *d. verb. Aetas à n. 56. usque ad 67.*, August. Barbof. *in d. L. Cum te minorem 9. n. 4. versic. Sexto*, Cod. *de Probat.*, Cyriac. *contror. 371. n. 6.*, Gratian. *For. cap. 313. n. 25.*, Sabell. *in Sum. §. Aetas, n. 2.*, Mascard. *concl. 676. per tot.*, Cortiad. *tom. 2. dec. 96. num. 67.*

Sexto probatur per confessionem partis; de quo vide etiam latè Farinac. *d. verb. Aetas à num. 129. usque ad n. 136.*, Cald. *in L. Si Curatorem d. verb. Minoribus, num. 39.*, Mascard. *de Probat. tom. 2. concl. 675. per tot.*

(a) Ad materiam hujus Legis vide Phæb. *dec. 92. n. 2.*, Thom. Vaz *alleg. 8. à n. 7.*, & à n. 33., Tondut. *Resolut. civil. p. 1. cap. 62.*, Portug. *de Donat. p. 2. cap. 19. n. 60. & 61.*, & cap. 12. n. 32. *in fin.*, Sabell. *in Sum. §. Aetas, n. 16.*; & quæ notavimus in verb. *Escrevaõ naõ pôde servir o Officio, sem ter idade, que passe de vinte e cinco annos*, ubi limitavimus in casu, quo Rex veniam ætatis specialiter concesserit ad Officium inserviendum; de quo vide Thom. Vaz *d. alleg. 8. n. 11.*, Guerreir. *de Dat. Tutor. & Curat. lib. 4. cap. 3. n. 142. & 143.*, Portug. *de Donat. d. n. 60. & 61.*, & patet ex Ord. *in Regim. Senat. Palat. §. 85.*

(b) Disponit hæc Ordinatio, quod postquam quis ascendit ad ætatem septuagenariam consequitur immunitatem ab oneribus; quod etiam patet ex Text. *in §. Item si major, Inst. de Excusat. Tut.*, Gratian. *For. cap. 805. n. 24.*, Peg. *tom. 12. ad Ord. in Comment. ad banc Ord. glos. 2. n. 1.*, PP. Salmanticenses *tom. 5. tract. 23. cap. 2. punct. 7. §. 1. n. 129.*, & probatur ex Psalm. 39. in illis verbis. *Dies annorum nostrorum septuaginta anni, & amplius eorum labor, & dolor.* Quare Lucinus Calvus cum esset jam senio confectus, rogatus, ut susciperet Officium Tribunatus Militum, ita respondit Romanis: *Me jam non etiamdem, sed umbram, nomenque Lucini Calvi relictum videtis*; ut refert Rub. *de Testam. in Præclud. num. 344.*, & vide etiam Bovadilh. *in Politic. lib. 1. cap. 7. n. 16.*; nam ab anno septuagesimo incipit ætas, quæ vocatur decrepita; Farinac. *in Prax. crimin. q. 41. n. 26.*, Gratian. *For. cap. 805. num. 43.*, Guazin. *de Defens. reor. def. 30. cap. 12. n. 2.*, Antonel. *de Tempor. legal. lib. 2. cap. 1. num. 1.*, Altimar *de Nullit. sent. rubr. 11. q. 3. n. 42.*, Guerreir. *tract. 3. de Dat. Tut. & Curat. Tom. II.*

lib. 5. cap. 5. num. 2., licet aliqui dicant incipere ab anno octogesimo; Cardof. *in Prax. verb. Aetas, n. 1.*, Altimar *ubi supr. n. 42.* Ideoque septuagenarius excusatur à tutela & cura, per Text. *in L. 3. ff. de Jur. immunitat.*, & *in §. Item major, Inst. de Excusat. Tutor.*, Velasc. *de Privileg. pauper. p. 3. q. 3. n. 198.*, & q. 5. n. 25., & q. 18. num. 18., Antonel. *de Tempor. legal. lib. 2. cap. 2. n. 1.*, & cap. 14. n. 4., præter alios quos adducimus in verb. *Esclusos da tutoria saõ o mayor de settenta annos, e o menor de vinte e cinco.* Excusator etiam à bello; Cabed. *p. 2. dec. 29. n. 3.*

Et habent septuagenarii multa alia privilegia à jure concessa, veluti, non posse carcerari pro debito; Antonel. *de Tempor. legal. lib. 2. cap. 14. n. 2.*, Berton. *de Neglig. & ommission. lib. 2. cap. 13. num. 46.*, Sabell. *in Resolution. cap. 52. num. 26.*, Gratian. *For. cap. 506. à num. 5.*, Velasc. *de Privileg. pauper. p. 3. q. 18. à n. 59.*, Gratian. *For. cap. 805. à n. 1.*, Rub. *de Testam. in Præclud. n. 358.*; quod intellige nisi debitum sit contractum, postquam ad dictam ætatem pervenerint, vel nisi huic beneficio expressè renuntiaverint; Gratian. *For. cap. 328. n. 20.*, Antonel. *de Tempor. legal. d. cap. 14. n. 5.*; & licet contrarium teneat Andreol. *contror. 89. n. 3.* dicens hoc solum debere intelligi de sene habente sensum puerilem, vel delirantem; attamen à prima opinione non esse recedendum dicit Sabell. *in Sum. §. Senectus, n. 14.*

Non possunt etiam septuagenarii compelli ad testificandum; Farinac. *de Testib. q. 78. n. 59. & 60.*; quod tamen intelligit de testificatione facta in domo Judicis, quod non debent venire ad se examinandum; sed dicit, posse compelli se examinari in eorum domibus, ad quas Judex Notarium debet transmittere, ut *in d. q. 78. n. 63.*, & q. 79. n. 113., & q. 77. n. 227., Gratian. *For. cap. 805. n. 26.*, August. Barbof. *in cap. Siquis testium 8. n. 3. de Testib.*, & *in cap. Si testes 3. caus. 4. q. 2. & 3. n. 12.*

Non possunt etiam septuagenarii relegari ad triremes, ut refert decisum Cresp. *de Valdaur. observ. 81. in fin.*, licet in Sacra Congregat. resolutum fuisse testetur hoc relinquendum esse arbitrio Judicis, attenda persona Rei, ut patet ex n. 3., sed hæc resolutio vix observari potest, quia de sene septuagenario non versatur arbitrium Judicis; nam hoc arbitrium solummodo habet locum à septuaginta annis retrò usque ad quinquagesimum, & non supra; Farinac. *de Testib. q. 76. num. 84.*, Velasc. *de Privileg. pauper. q. 18. n. 71.*, August. Barbof. *in cap. Quoniam frequenter 5. Ut lit. non contest. n. 7.*, Antonel. *de Tempor. legal. lib. 2. cap. 2. n. 5.*

Excusantur etiam septuagenarii à jejunio, Gratian. *For. cap. 805. n. 21.*, Sanch. *de Matrim. lib. 7. disp. 32. n. 17.*, Velasc. *de Privileg. pauper. q. 18. num. 72. & 73.*, PP. Salmantic. *tom. 5. tract. 23. cap. 2. punct. 7. §. 1. n. 127.*

Gaudent etiam septuagenarii, seu decrepiti privilegio *L. unic. Cod. Quando Imperator &c.* (quod apud nos est in Ord. *lib. 3. tit. 5. §. 3.*) ut possint Reos ad Curiam trahere, ipsi verò trahi non possint; Carlev. *de Judic. lib. 1. tit. 1. disp. 2. num. 560.*, August. Barbof. *in d. L. unic. Cod. Quand. Imper. n. 34.*, & latè Velasc. *de Privileg. pauper. q. 18. à num. 1. usque ad 16.*, Rub. *de Testam. in Præclud. n. 360.*, Altim. *de Nullit. contract. tom. 6. rubr. 1. p. 4. q. 38. sub n. 341. versic. Ut senex*, Guerreir. *tract. 3. de Dat. Tutor. & Curat. lib. 2. cap. 2. n. 14.*, & *tract. 5. de Process. civil. & crimin. lib. unic. cap. 3. n. 23.* Et hoc tamen procedere solummodo, quando septuagenarii sint animo, & corpore ita imbecilles, & impediti, ut non possint negotiis propriis superesse, dicit Merlin. *Controvers. Forens. centur. 2. cap. 52. n. 23.*, quod etiam ita servari in practica dicit Castilh. *lib. 3. controvers. cap. 25. n. 19.*

Habent etiam septuagenarii beneficium restitutionis ex clausula: *Si qua mihi iusta causa*, ut cum aliis tenet Altimar *d. q. 38. sub n. 431.*, Guerreir. *de Dation. Tut. & Curat. lib. 5. cap. 10. n. 55.*

Habent etiam privilegium lucrandi distributiones quo-

IG

IGNORANCIA córada se póde allegar para revogar a confissão ante-

quotidianas, etiam si Divinis Officiis non intersint, si modò interesse solebant; ut ex Sac. Congreg. Decreto tenet Monet. de Distribut. quotidian. p. 2. q. 7. n. 15. & 16., apud Velasc. de Privileg. pauper. p. 3. q. 18. n. 57., August. Barbof. in cap. unic. de Cleric. non resident. in Sexto num. 17., Gratian. For. cap. 805. n. 10., Rub. de Testam. in Præjud. à num. 362.

Et an septuagenarius tutorem filio non petens privetur ejus successione, quæstio est dubia; de qua vide Gratian. For. cap. 805. num. 23. & 24., Velasc. de Privileg. pauper. d. q. 18. n. 76.

Et an septuagenarii sint capaces matrimonii? affirmativè resolvendum est, si nullo alio impedimento præter senectutem laborent; Rota apud Merlin. dec. 229. n. 26., Sanch. de Matrim. lib. 7. disp. 92. n. 19. & 20., Petr. Barbof. in L. 1. p. 1. n. 94. ff. de Solut. matrimon. n. 94., August. Barbof. in L. Sancimus 27. cod. de Nuptiis, n. 5.

(a) Concordat cum hac Ordinatione alia Ord. lib. 1. tit. 88. §. 1., ubi etiam decernitur, quòd Judex Orphanorum debet habere triginta annos ad hoc munus exercendum; & si ante dictam ætatem illud exerceat, pœnam amissionis incurrit absque spe illud umquam obtinendi; de quo vide Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 15. n. 2., Peg. tom. 7. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. à num. 1., Guerreir. tract. 1. de Inventar. rubr. 3. n. 23. Et hanc eandem ætatem requirit Lex nostra in Substituto Castellani majoris, vulgò *Alcaide mór*, ut extat dispositum in Ord. lib. 1. tit. 74. §. 4. Hæc enim ætas triginta annorum perfecta est per jus canonicum, ut testatur Bovadilh. in Polit. lib. 1. cap. 7. n. 17., Guerreir. ubi supr. d. n. 23. Et in Bithynia (quæ hodie Natolia appellatur) Lex erat, ut ad Magistratus munus nemo ascendere posset ante trigessimum ætatis annum, ut refert Bovadilh. in Polit. d. cap. 7. n. 17.

(b) Postquam hæc Ordinatio decrevit in §. præcedenti, quòd Reus negans suam possessionem non potest impedire immisionem Actoris, nunc dicit in hoc §., quòd potest ipse Reus per actionem reivindicationis novum subire judicium, in eoque postea allegare possessionem, etiam si eam antea negasset, reclamando confessionem in primo judicio factam, dummodò aliquam justam ignorantie causam alleget, veluti ignorantiam coloratam. Sed Ordinatio ista difficilis redditur: primò, quia ex illa deduci videtur, quòd confessio facta in uno judicio, non nocet in alio; & hoc est contra regulam Text. in L. Jubemus 41. Cod. de Liberal. caus., ex quo omnes DD. firmant, confessionem in uno judicio factam, in alio probationem facere, ut videre est apud Farinac. in Prax. crimin. q. 81. cap. 3. n. 92., Conciol. in Resolut. criminal. verb. Confessio, resolut. 4. n. 1., Valasc. conf. 33. n. 1., Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 12. §. 12. n. 17. versic. Probatur, August. Barbof. in cap. Per inquisitionem 26. de Elect. num. 2., & in cap. Ex parte 3. de Confession. num. 2. & 7.

Secundò, quia etiam ex illa videtur deduci, quòd potest quis contra propriam confessionem audiri, allegando contraria, contra regulam Text. in L. Tertie, ff. de Condit. & demonstrat., & aliorum concordantium, ex quibus omnes probant, quòd contraria allegans non est audiendus; Valenzuel. conf. 100. n. 29., & conf. 123. n. 32., & conf. 169. n. 33. & 87., Salgad. de Reg. protect. p. 2. cap. 8. n. 67., Peg. tom. 7. ad Ord. lib. 1. tit. 87. §. 9. num. 92., August. Barbof. Axiom. 58. n. 5.

His tamen non obstantibus, vera est dispositio Legis nostræ, & regulis juris admodum conformis: & ad primam regulam respondetur primò, quòd in casu nostræ Legis non est Actor missus in possessionem ex confessione Rei, sed ex probatione, quam fecit ipse Actor, & ex decreto Judicis ab ipsa probatione ema-

cedentemete feita, liv. 3. tit. 40. §. 3. (b)

Ignorancia se naõ póde allegar daquillo que está declarado pela Ley, liv. 1. tit. 98. in fin. (c)

Ignoran-

nato; & cum ipsa confessio sit convicta, & reprobata, & contra illam sit judicatum, benè potest per contentem contradici; Farinac. in Prax. crimin. q. 81. n. 107., Conciol. verb. Confessio, resolut. 4. n. 5., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 3. §. unic. n. 13., Noguier. alleg. 27. num. 24., Parex. de Instrument. edit. tit. 7. resolut. 12. n. 20., Valenzuel. conf. 90. n. 139. 142. & 143., & conf. 92. n. 41., Ros. conf. 57. num. 16.

Secundò, quòd ad contradicendum confessioni antea factæ requirit Lex ista aliquam justam causam ignorantie, aut erroris; & confessio facta cum ignorantia, vel errore valdè potest reclamari, & contradici: L. Error facti, Cod. de Jur. & fact. ignorant., Gom. lib. 3. Var. cap. 1. n. 66., Reynof. observ. 22. n. 13., August. Barbof. ad Text. in cap. Ex parte 3. de Confess. n. 5., & in d. L. Error facti 7. Cod. de Jur. & fact. ignorant. à n. 2., Sabell. in Sum. §. Confessio n. 37., Altimar de Nullit. contract. tom. 3. rubr. 1. q. 9. n. 87., præter alios, quos retulimus in verb. Confessio feita nos artigos he prova legitima.

Ad secundam regulam respondetur, quòd licet certum sit allegantem contraria non esse audiendum, attamen quando judicia sunt diversa, & quando quis diversis judiciis experitur, potest se fundare in illo facto, quod negavit in alio judicio; quia diversitas judiciorum diversa, & contraria admittit, ut cum Bald. limitat supradictam regulam August. Barbof. Axiom. 58. n. 8., quam limitationem amplexa est nostra Ordin. hoc in loco, ibi: *Porque sem embargo que seja em si contrario, pode-lo ha fazer, pois que os Juizes são d' verfos.*

(c) Ignorantia juris allegari non potest, quia nunquam præsumitur, neque excusat; omnes enim tenentur scire Leges, & lata culpa est illas ignorare, intelligendo non solum Leges de jure Divino, naturali, vel gentium, sed etiam civili, & municipali; ut benè probat Farinac. in Prax. crimin. q. 91. num. 101. 102. & 103., Molin. de Just. & Jur. tract. 5. disp. 71. num. 10., Velasc. de Privileg. pauper. p. 2. quest. 17. num. 151., August. Barbof. Axiom. 113. n. 7., & seqq., & in Regul. Ignorantia juris 13. de Regul. jur. in Sexto. n. 23. 24. & 25.

Et licet contra ignorantiam juris subveniantur minores, rustici, si rudes sint, & in agris versentur, & mulieres; hoc tamen solum procedit in casibus à jure expressis; Molin. de Just. & Jur. d. disp. 71. n. 19. versic. Rusticis, Cald. de Extinct. emphyt. cap. 7. n. 20., August. Barbof. in L. Ne passim 13. Cod. de Jur. & fact. ignorant. n. 3., Peg. For. cap. 19. n. 136., Guerreir. tract. 1. de Invent. lib. 3. cap. 5. n. 7., Velasc. de Privileg. pauper. p. 2. q. 7. n. 62., ubi in n. 63. recenset casus, in quibus excusantur, & in n. 64. dicit, quòd in casibus non expressis, saltem ope restitutionis succurri debent. Intellige tamen si tales rustici, & mulieres non possint consulere peritiores; nam si eos consulere possint, & non consuluerunt, non excusantur; Gratian. For. cap. 72. num. 42. & 44., August. Barbof. in L. fin. Cod. de Jur. & fact. ignorantia, n. 5., Sabell. in Sum. §. Ignorantia, n. 6., Peg. tom. 7. For. cap. 172. n. 123., Moraes de Execut. lib. 6. cap. 9. n. 16. versic. Quarta fallentia, Altimar de Nullit. tom. 6. q. 38. n. 348. versic. Restitutio ex capite justæ ignorantie, Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 87. §. 2. n. 7. & 9., Guerreir. tract. 1. de Inventar. lib. 3. cap. 5. n. 10., & probatur ex Ord. lib. 3. tit. 87. §. 2.; nam ignorantia illius, quod quis investigare tenetur, est ignorantia crassa, & supina, quæ neminem excusat; August. Barbof. in d. Regul. Ignorantia juris, de Regul. jur. in Sexto n. 8. & 19., Cresp. de Valdaur. observ. 23. n. 77., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 2. cap. 4. n. 106., Peg. tom. 7. ad Ord. lib. 1. tit. 87. §. 6. gl. 8. num. 116. & n. 164. post med., Altimar de Nullit. d. q. 38. n. 347.

Et hoc etiam procedit in milite, qui in seculari militia

Ignorancia escusa da pena do delicto, liv. 5. tit. 14. (a)

Ignorancia não escusa a ninguem, quando razoadamente se póde conjecturar, que era sabedor, liv. 5. tit. 12. §. 1. (b)

IGREJAS, Mosteiros, e pessoas Ecclesiasticas não pagão dizima, portagem, nem sifa de todas as cousas, que comprarem, ou venderem para suas necessidades, e daquelles que com elles viverem; nem do que venderem de suas no-

vidades, e rendas de seus Beneficios, e bens patrimoniaes, liv. 2. tit. 11. (c)

Igrejas pagão sifa das cousas, que comprarem por trato, e negociação, *ibid.* (d)

Igrejas, e Ordens, não podem comprar bens de raiz sem licença d'El-Rey, liv. 2. tit. 18. (e)

Igrejas, que possuirem bens de raiz do tempo d'El-Rey D. João o I. livremente os podem ter, *ibid.* §. 3. (f)

Igrejas

litia actualiter versatur; Cyriac. *controv.* 164. n. 19., Molin. *d. diff.* 71. n. 19., Valasc. *de Privileg. pauper.* p. 2. q. 17. n. 152., August. Barbof. *in L. 1. cod. de Jur. & fact. ignorant. num. 2.*

Adverte autem, quod si ignorantia fuerit juris naturalis, non excusatur per illam nec minor, nec rusticus, nec mulier; Farinac. *in Prax. d. q. 91. n. 101.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 5. diff. 71. n. 19.*, August. Barbof. *in Regula Presumptiv. 47. de Regul. jur. in Sext. num. 11.*, Solorzan. *de Jur. Indiar. tom. 1. lib. 2. cap. 13. à n. 71.*, & *cap. 14. n. 34.*, Altimar *d. q. 38. sub num. 348. vers. Adversus ignorantiam.*

Nec etiam excusantur in iis, quæ inducuntur sunt pro forma actus, & concernunt rigorem judiciorum; Gratian. *For. cap. 158. num. 29.*, Guerreir. *tract. 1. de Inventar. lib. 3. cap. 5. n. 8.*, Peg. *For. cap. 19. n. 136.*

Si autem ignorantia Legum Regni aliquo modo colorata videbitur, locus erit moderationi pœnarum arbitrio prudentis Judicis faciendæ; Clar. *q. 85. versic. Sed quod si delictum*, Gutierr. *lib. 4. Practic. q. 42. n. 16.*

Et si ignorantia fuerit alicujus Legis Extravagantis in corpore juris non insertæ, excusabit à pœna transgressionis, nisi fuerit omnibus communiter nota; Sperell. *dec. 39. n. 14. 15. & 42.*, Cyriac. *controv. 554. n. 85.*, Altimar *de Nullit. tom. 3. rubr. 1. q. 9. n. 45.*

(a) Agitur in hac Ordinatione de crimine immixtionis Christiani cum Judæa, vel è contra, de quo jam supra egimus in verb. *Christão que dorme com Moura*, &c.; & in verb. *Dormindo algum Infel com Christãa*, &c.; & postquam statuit pœnas hujus criminis, declarat, quod si quis per ignorantiam hoc fecerit, ignorans qualitatem Judaicam, non incurrit in pœnam ab ista Lege statutam; de quo vide optimè Farinac. *in Prax. crimin. quest. 139. à n. 44.*, & *q. 103. n. 258.*, quia ignorantia facti excusat à delicto, ut dicit idem Farinac. *supr.*, Valenzuel. *conf. 32. n. 132.*, Cyriac. *controv. 289. n. 23. & 25.*, Conciol. *alleg. 79. n. 18. & 20.* Et hæc ignorantia facti præsumitur, eo ipso, quod de scientia non edoceatur; ex Regul. Text. *in cap. Presumitur ignorantia, de Regul. jur. in Sext.*, ubi August. Barbof. multos DD. ad exornationem adducit; Rota *Recent. apud Farinac. tom. 2. dec. 705. n. 3.*; & in specie hujus Legis tantum præsumitur ignorantia qualitatis personæ in hoc delicto commixtionis cum Judæo, vel Judæa, ut Fiscus teneatur probare contrarium; Farinac. *d. q. 139. num. 46.*, Guazin. *de Defens. reor. def. 33. cap. 11. num. 2. prop. 11.*

(b) Disponitur in hoc §., quod domus, in qua moneta cuditur falsa, debet confiscari, etiamsi non sit delinquentis, dummodò propter vicinitatem, vel conversationem domini ipsius domus cum delinquente possit conjecturari illius criminis habuisse scientiam; ex qua dispositione deducitur conclusio, quod non prodest ignorantia, quando conjecturari potest scientia: & cum scientia sit difficilis probationis, ut dicit Guerreir. *tract. 1. de Inventar. lib. 4. cap. 7. num. 172. rectè ex conjecturis*, & præsumptionibus comprobatur; Merlin. *Centur. 2. cap. 61. num. 21.*, Conciol. *alleg. 3. num. 27. & 28.*, Cyriac. *controv. 604. num. 29.*, Sperell. *dec. 115. num. 10. tom. 2.*, Valenzuel. *conf. 111. n. 30.*, Nogueroi *alleg. 11.*

n. 132., Cortiad. *dec. 275. num. 81.*, Guerreir. *d. cap. 7. num. 174.*

Conjecturas autem ad probandam scientiam repetit ista Ordinatio, veluti conversatio assidua cum delinquente, & vicinitas illius; ibi: *Se o senbor della ao tal tempo estiver tao perto della, e tiver com o culpado tanta conversação, que razoadamente se possa conjecturar, que devia ser sabedor do tal delicto*; nam ex conversatione delinquentis inducitur præsumptio scientiæ delicti ab eo patrati; Matth. *de Re crimin. controv. 76. n. 17.*; & eodem modo præsumitur ex vicinitate, Conciol. *alleg. 3. n. 25.*, August. Barbof. *in cap. Quarto 8. de Presumpt. n. 2.*, Farinac. *in Fragment. lit. 1. à n. 168.*, ubi multos DD. adducit; sed quia hæc præsumptio non potest verificari in illis actibus, qui clam geruntur, & qui in cognitionem vicinorum cadere non possunt, ut declarat idem Farinac. *in Fragment. d. lit. 1. num. 186.*, ideo Lex requirit copulativè vicinitatem, & conversationem cum ipso delinquente.

Huic tamen Ordinationi obstare videtur illa regula à Doctoribus plenè comprobata, quod scilicet ad incurrendam pœnam non sufficit scientia præsumpta, sed debet esse explicita, certa, & indubitabilis; ut declarat Rot. *apud Farinac. tom. 1. Recent. dec. 201. num. 8.*, & *post tom. 1. Consilior. dec. 101. n. 2.*, & *conf. 60. n. 94. versic. Et non sufficit*; & in *Decisionib. criminal. dec. 151. n. 1.*; & cum hæc Ordinatio pœnæ confiscationis subijciat domum, in qua cuditur falsa moneta, ab aliquo delinquente ex scientia præsumpta domini ipsius domus, videtur adversari dispositionibus juris: sed respondetur, quod licet scientia præsumpta non sufficiat ad incurrendam pœnam, hoc intelligitur tantummodò de pœna corporali, & non alia; ut declarant Farinac. *conf. 70. n. 2.*, & *conf. 125. n. 24.*, & *conf. 207. n. 5. & 17.*, Sabell. *in Sum. §. Scientia, num. 3.*, Gratian. *For. cap. 163. n. 14.*, & *cap. 625. n. 11.*, & *cap. 633. n. 25.*, Cyriac. *controv. 519. n. 42.*, & cum in nostra Ordinatione non agatur de pœna corporali, sed de pœna confiscationis, nihil videtur officere objectio supradicta. Et inde ad materiam Calder. *dec. 10. n. 46.*

(c) Vide notata in verb. *Clerigos não pagão Dizima, nem Portagem, nem Sifa.*

(d) Vide in verb. *Clerigos pagão Sifa das cousas, que comprão, ou vendem por trato de negociação &c.*

(e) Vide verb. *Bens de raiz não podem comprar, nem possuir por outro titulo as Igrejas &c.*

(f) Vide latè de hac Lege Brandaõ *in Monarch. Lusitan. p. 5. lib. 17. cap. 7. & 8.* Et nota, quod ista Ordinatio procedit in acquisitis ab ipsis Ecclesiis, & non in acquisitis ab ipsis personis Ecclesiasticis, ut advertit Gabr. Per. *de Man. Reg. post p. 1. ad Concord. Reg. Joann. 1. artic. 40. n. 213.*, & addit sequentia verba: *Tu cogita, quia hæc obscura sunt.* Et ex proprio sensu verborum hujus Ordinationis ita intellexit Senator Themudo in sequenti Nota. *Procede nos bens comprados, e adquiridos pela Igreja, mas não pelo Clerigo, que he cousa diferente: donde a Capella deixada a algum Prior, ou Clerigo não gozará desta mercê, porque falla só nos que as Igrejas adquirirão por compras: quam Notam transcribit etiam Peg. tom. 8. ad Ord. lib. 2. in Commentar. ad hunc §. n. 7.*

(a) De

Igrejas não são tributarias, por estarem em terra de Reguengo, *liv. 2. tit. 22. (a)*
 Igreja não val ao que nella cometer algum maleficio, tendo antes deliberado de nella delinquir, *liv. 2. tit. 5. §. 2. (b)*
 Igrejas, e Ordens de muy longo tempo, he ordenado que não possaõ adquirir, nem haver em pagamento de suas dividas bens alguns de raiz, nem por outro titulo algum, nem possuir sem licença; e adquirindo-se de outra maneira, se perderão para a Corôa, *liv. 1. tit. 18. (c)*
 Igreja, ou Mosteiro, havendo alguns bens de raiz por successão, os pôde possuir hum anno; no qual tempo se tirará delles, ou haver Provisão para os possuir mais tempo, aliás se perdem pa-

ra a Corôa, *liv. 1. tit. 18. §. 1. (d)*
 Igreja, havendo Provisão para comprar bens de raiz até certa somma, se declara na dita Provisão, que não será em Reguengo, nem em terras jugadeiras, nem em bens foreiros, ou tributarios a El-Rey, *ibid. §. 2. (e)*
 Igreja, havendo carta de licença para comprar bens de raiz, se ha de registrar nos livros dos proprios; e o Almojarife estará presente á dita compra, *ibid.*
 Igreja, que comprou bens de raiz, e foi por isso citada, pôde traspassar em leigo os ditos bens, e com isso fica livre, *ibid. §. 8. (f)*
 Igreja não val ao delinquente, que não he de maleficio, que mereça pena de sangue, *liv. 2. tit. 5. (g)*

Igreja,

(a) De immunitate Ecclesiarum circa tributa, vide plura apud Valenzuel. *contra Venetos*, p. 4. ex n. 126., Narbon. *ad Leg. Recopilat. in L. 35. tit. 3. lib. 1. glos. 4. pag. 26.*, Escan. *in Propugnacul. discept. 12. cap. 2. & 3.*, Gabr. Per. *de Man. Reg. p. 2. cap. 67. n. 4.*, Oliv. *de For. Eccles. p. 1. q. 38. à n. 1.*, Valasc. *conf. 131. à n. 1.*

Quid autem si bona oneribus affecta transeant in Ecclesiam, an ipsa Ecclesia debeat solvere onera, quæ antea habebat? affirmativè dicunt Francez *de Compet. cap. 99.*, Amaya *in L. 1. Cod. de Annon. & tribut. à n. 31.*, Noguero. *alleg. 3. à n. 23.*, Molin. *de Just. & Jur. diff. 456. n. 9.*, Gabr. Per. *de Man. Reg. d. cap. 67. n. 5.*, Oliv. *de For. Eccles. p. 1. q. 38. n. 16.*, licet contrariam opinionem referat *in num. 15.*, cum qua pertransit *in num. 17.*, sed partem affirmativam amplectitur nostra *Ordinatio lib. 2. tit. 18. §. 6.*

Et si Princeps secularis omnia prædia sui Territorii tributis etiam futuris affecterit, an illa quæ postea ad Ecclesiam devenerint, maneant eodem onere gravata? vide Altograd. *Jun. tom. 2. contrav. 52. n. 19.*, Delben. *de Parlament. dubit. 28.*, Oliv. *de For. Eccles. p. 1. cap. 38. à n. 19.*, Peg. *tom. 2. ad Ord. lib. 2. tit. 16. ad princip. glos. 2. n. 12.*

(b) Disponit hæc Ordinatio, quod delinquens in Ecclesia non gaudet ejus immunitate, & fundatur in Regula Textus *in cap. fin. de Immunit. Ecclesiar.*: sic omnes Canonistæ hanc eandem conclusionem adnotarunt; de qua videndi sunt Farinac. *in Appendic. de Immunit. Eccles. cap. 16. ex n. 205.*, Gom. *lib. 3. Var. cap. 10. n. 2. versic. Tertius casus*; ubi conclusionem firmat ex *Ausb. Ut licet matris, & avie*, §. *Quia verò*, Covarruv. *lib. 2. Var. cap. 20. n. 15.*, Bovadilh. *in Polit. lib. 2. cap. 14. n. 25.*, Carlev. *de Judic. lib. 1. disp. 2. n. 744.*, August. Barbof. *de Jur. Eccles. lib. 2. cap. 3. n. 102.*, & *in d. cap. fin. de Immunit. n. 1. & 2.*, Mend. à Castr. *p. 1. lib. 5. cap. 1. n. 34. & 35.*

Quæ conclusio debet intelligi, quando quis ex proposito, deliberatè, & studiosè sub spe immunitatis in Ecclesia deliquerit; non verò si ex calore iracundiæ, casualiter, vel in rixa subitanea, & inopinata commiserit delictum; ut declarat eadem nostra conclusio in verbis, ibi: *Tendo antes deliberado de em ella delinquir*; & probatur à contrario sensu ex *Text. in d. cap. fin. de Immunit. Eccles.*, & tenet Giurb. *conf. 30. n. 22. in fin.*, & *conf. 90. n. 2. & 3.*, Sperell. *dec. 59. n. 36.*, Gutierr. *Præf. lib. 3. q. 1. n. 3. versic. At quamvis*, & à n. 8., Guazin. *de Defens. Reor. def. 1. cap. 38. n. 13. & 14.*, Farinac. *in Appendic. de Immunit. d. cap. 16. num. 238.*, August. Barbof. *in cap. fin. de Immunit. n. 3.*, Conciol. *in Resolut. crimin. verb. Immunitas, resol. 2. n. 10.*

Et quia hæc conclusio, seu dispositio nostræ Ordinationis plures habet ampliaciones, & limitationes, eas videre poteris apud DD. supra relatos, præcipuè

apud Farinac. *in d. cap. 16. de Immunit. per tot.*, & apud Cortiad. *tom. 2. dec. 112.*, qui lato calamo materiam istam expenderunt.

(c) Vide notata in verb. *Bens de raiz não podem comprar, nem possuir por outro titulo as Igrejas, &c.*

(d) Vide verb. *Bens de raiz deixados á Igreja, ou Ordens, não os poderão ter estes mais que até hum anno, &c.*, & ultra DD. ibi citatos, vide plures alios apud Cortiad. *dec. 284. num. 15. & seqq.*

(e) Vide verb. *Cartas de licença para as Igrejas terem bens de raiz, &c.*

(f) Hanc Ordinationem limitavit Senator Tavares in casu, quo bona fuerint vinculata in perpetuum pro Clericis, ut patet ex sequenti Nota ad eandem Ordinationem, ibi: *Non procedit in bonis vincularis in perpetuum pro Clericis, quia hæc non possunt transmitti in alios, resistente Institutoris voluntate; & cum Lex Clericis resistat, semper á Fisco capiuntur ejusmodi bona vinculata, licet in laicos transferantur.*

Et idem antea notaverat Senator Themudo ad eandem Ordinationem, ibi: *Não procedem nos bens de morgado instituidos para andarem sempre em Clerigos, porque estes não se podem traspassar pelos administradores, porque resiste a esta traspassação a vontade do Instituidor, que não quix que andassem em leigos: e aos Clerigos resiste a dissolução da Ley, que prohibio andarem em Clerigos, pelo que se perdem os taes morgados para a Corôa, e se não podem traspassar a leigos: os bens livres sim, porque lhes não resiste a vontade do Instituidor: e assim se observa.*

Et etiam notavit Senator Pinheiro da Veiga in sequenti Nota. *Sendo Capella para andar em Clerigo, achando-se em leigo, que não he verdadeiro senhor, vaga para a Corôa, quia Clericus excluditur à Ley, laicus ab homine, Ord. lib. 4. tit. 11. §. 2., & vacat. Assim se julgou na Capella de Catharina Botelha de Elvas, e na de Onofre Coelho de Monte-mór, e outras.*

(g) Vide ad hanc Ord. Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 50. n. 4.*, concordat *Ord. lib. 5. tit. 123. §. 9.*, & ex hac Lege fuit judicatum non valere immunitatem in casu, quo imponitur pœna fustigationis, vel relegationis ad triremes; ut testatur Senator Themudo in quadam Nota ad hanc Ordinationem, ibi: *E foi julgado, que não val a immunitade, onde a pena he de açoutes, ou galés, por não serem penas de sangue; & de relegato ad triremes ita tenent Gam. dec. 362., Cutell. de Immunit. Eccles. lib. 1. q. 5. n. 7. & 8., & q. 40., Bovadilh. in Politic. lib. 2. cap. 14., Giurb. conf. 30. n. 1. & 2., & alii, quos refert Cirin. in Nex. ver. Ecclesiastic. cap. 7. sect. 1. num. 58. Quamvis contrariam sententiam solidissimis rationibus defendunt Giurb. d. conf. 30. à n. 3. & seqq., Delben. de Immunit. Eccles. tom. 2. cap. 16. dub. 10. sect. 9. n. 1., Dian. p. 6. tract. 1. resolut. 22., Cirin. d. cap. 7. sect. 1. sub n. 58. versic. Affirmativam; qui tamen loquuntur de Reo condemnato, non tamen ad triremes*

Igreja, que não he sagrada, mas que he edificada por auctoridade do Papa para se dizer nella Missa, val ao que nella se acolhe, *liv. 2. tit. 5. (a)*

Igreja conhece do Herege, se erra na Fé ou não, *liv. 5. tit. 1. §. fin. (b)*

Igreja se val ou não ao malfetor para ser tirado della, como se ha de determinar, *liv. 2. tit. 5. §. 7. (c)*

Igrejas, que houverem bens nos Reguengos, respondem no secular, *liv. 2. tit. 1. §. 16. (d)*

Igrejas, que compraõ bens de Reguengos, ou de terras jugadeiras com licença d'El-Rey, pagaõ os encargos, que por elles pagavaõ aquelles que os vendêraõ, *liv. 2. tit. 18. §. 6. (e)*

Igrejas podem trocar bens de raiz, ainda que os não possaõ comprar, *ibid. §. 4. (f)*

Igrejas, nem Mosteiros não podem apropriar para si os cascaes ou terras, que ficaõ ermas, se não forem suas em particular por titulo, que dellas tenhaõ, *liv. 4. tit. 43. §. 14. (g)*

IL

ILHAS adjacentes, mais chegadas ao Reyno, saõ d'El-Rey, *liv. 2. tit. 26. §. 10. (h)*

Ilhas de S. Thomé, e do Principe, e Cabo-Verde; vide verb. *Resgatar.*

Ilhas, cujos moradores saõ demandados; vide verb. *Moradores de S. Jorge.*

ILLICIADOR he aquelle, que hypotheca e obriga a dous huma cousa, não sendo a cousa bastante para satisfazer a ambos, *liv. 5. tit. 65. (i)*

Illicia dor

remes deducto; si enim jam ad triremes traditus sit, non gaudet immunitate, quamvis hoc etiam contrarium sit, ut videre poteris apud Cortiad. *tom. 2. dec. 86. à n. 12.*, ubi latè materiam pertractat.

Sed hoc non procedere in relegato perpetuò ad triremes, quia dicitur habere pœnam mortis, tenet Gabr. Per. *d. 9. 50. sub n. 17. versic. Et an Ecclesie*; contrarium tamen vide per DD. apud Cirin. *d. cap. 7. sect. 1. d. n. 58. vers. Affirmativam*; Cortiad. *d. dec. 86. n. 7. & seqq.*, & etiam contrarium tenet judicatum idem Gabr. Per. in condemnato ad pœnam verberum; ut in *d. n. 17. vers. Et an immunitas*; quod videtur magis conforme Ordinationi *lib. 5. tit. 133. in princip.*, ex qua optimè deducitur, pœnam verberum non esse pœnam sanguinis; nam in illis disjunctivè loquitur eadem Ordinatio, ut ibi: *E se merecer pena de sangue, ou de açoures, &c.*

Et ex hac nostra Ordinatione rectè inferitur, quòd in causis civilibus non conceditur immunitas; quod videtur Juri Canonico adversari, ex generali dispositione Text. in *cap. Inter alia, de Immunit. Eccles.*, & etiam Juri Civili ex Text. in *L. Praesenti, Cod. de His, qui ad Eccles. confug.*, ex quibus concludunt DD. debitorem ex causa civili ad Ecclesiam confugientem gaudere ejus immunitate, Farinac. in *Appendic. de Immunit. cap. 3. ex num. 57.*, August. Barbof. *de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. n. 46.*, & in *L. 1. Cod. de His, qui ad Eccles. confugiunt, n. 6.*, & ad Concil. Trident. *sess. 25. de Reformat. cap. 20. n. 7.*, Bovadiih. in *Polit. lib. 2. cap. 14. à n. 63.*, Gom. *lib. 2. Var. cap. 11. n. 55.*, Gratian. *Forens. cap. 380. in princ.*, Cardos. in *Prax. verb. Ecclesia, n. 68.*, Cortiad. *dec. 68. n. 2.*, Mend. à Castr. *p. 2. lib. 5. cap. 1. n. 34.*

Et idem etiam procedere in debitore Reipublicæ afferunt plures, quos recenset idem Cortiad. *dec. 68. n. 19.* Sed hoc non servari in praxi dicit Gabr. Per. *de Man. Reg. d. cap. 50. n. 17.*

(a) Cum ad ædificationem cujuslibet Ecclesiæ necessaria sit licentia, & auctoritas Episcopi, aliàs non est Ecclesia, ex Canon. *Nemo, Canon. Placuit, de Consecrat. dist. 1. cap. Olim 14. de Privileg. §. Siquis autem, in Auth. de Sanctissim. Episcop.*, Sanch. *Consil. moral. tom. 2. lib. 6. cap. 9. dub. 7. n. 2.*, August. Barbof. *de Potes. Episcop. p. 2. alleg. 26. n. 1.*, & *de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. à n. 4.*, ideo nostra Ordinatio decrevit, quòd quælibet Ecclesia, quæ auctoritate Prælati fuerit fundata, licèt non sit consecrata, gaudet immunitate; quod procedit, etiam si non sit perfectè constructa; Giurb. *conf. 10. n. 2.*, Sanch. *Consilior. moral. tom. 2. lib. 6. cap. 1. dub. 7. n. 2. versic. Quod limitant*; August. Barbof. in *cap. Eccles. n. 2. de Immunit. Eccles.*, & *de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. n. 59. versic. Intellige*, Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 50. n. 3.*, Peg. *tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 5. ad*

princip. n. 5. Dummodò tamen continuò, & successivè constructur; ut dicit Marius Italia *de Immunit. Eccles. §. 3. cap. 4. n. 15.*, quam opinionem non approbat Delbene *de Immunit. tom. 2. cap. 16. dub. 9. sect. 2. n. 2.*, & oppositum firmat Pax Jordan. *tom. 2. tit. de Immunit. Eccles. n. 185.*, ut refert Cirin. in *Nex. ver. Ecclesiastic. cap. 7. sect. 1. n. 33. in fin.* Si autem dubitetur, an Ecclesia sit auctoritate Prælati fundata, utrum præsumatur eadem auctoritas, & ex quibus signis probetur? vide latissimè Cortiad. *dec. 64. à num. 23.*

(b) Vide Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 71.*, & quæ jam notavimus in verb. *Hereges podem ser punidos pelo secular, quando se passarem a outra seita, &c.*

(c) Vide supr. verb. *Divida se val a Igreja, ou não, se determinará com o Vigario, ou Reitor, &c.*

(d) Ecclesiæ, & Ecclesiasticæ personæ bona Regalia possidentes, super illorum cognitione debent conveniri coram Judice seculari; bona enim Regalia, licèt transferantur in Clericos, & personas Ecclesiasticas, temporalium naturam non immutant, sed Ecclesiastici ea possidentes Judicibus Regiis subjiuntur; Gusman. *de Eviction. q. 7. n. 40.*, Salgad. *de Supplicat. ad Sanctiss. p. 1. cap. 1. n. 132.*, Solorzan. *de Jur. Indiar. tom. 2. lib. 3. cap. 3. n. 24.*, Vela *dissertat. 44. n. 48.*, Parex. *de Instrument. edit. lib. 6. resolut. 9. à n. 77.*, Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. lib. 2. diff. 4. §. 4. membr. 8. n. 365.*, Portug. *de Donat. tom. 1. cap. 34. à n. 6.*, quod etiam probatur ex Ord. *lib. 2. tit. 18. §. 6.*, Matth. *de Regim. Regn. Valent. cap. 2. §. 5. n. 49. & 50. versic. Sic quælibet Ecclesia*; & *num. 129.*, Cresp. *de Valdaur. observ. 91. n. 12.*, Cortiad. *dec. 284. n. 40.*

(e) Vide supr. verb. *Igrejas não saõ tributarias por estarem em terra de Reguengo.* Ad verb. *Com licença d'El-Rey*; nota, quòd bona Coronæ, vulgò dicta *Reguengos*, non possunt alienari, nec alio quocumque titulo transire in manum mortuam absque Principis auctoritate, & licentia; Solorzan. *de Jur. Indiar. tom. 2. lib. 3. cap. 21. n. 45.*, Matth. *de Regim. Regn. Valent. cap. 2. §. 5. n. 44. & n. 106.*, Cresp. *de Valdaur. observ. 91. n. 11. versic. Aliud tamen*, & *n. 14. versic. Et cum certum sit*; plures alios laudat Cortiad. *dec. 284. num. 8.*

(f) Vide Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 67. n. 21. versic. Inferitur tertio.* Et similiter dispositum extat circa bona Coronæ in Ord. *lib. 2. tit. 35. §. 19.*

(g) Vide notata in verb. *Cascaes, ou terras, que ficaõ ermas, não podem apropriar-se aos Commendadores.*

(h) Vide omninò Portug. *de Donat. tom. 2. cap. 7.*

(i) Vide verb. *Hypothecar huma cousa a dous, não a tendo de sobrigada do primeiro, &c.*; & hoc crimen vocatur *Stellionatus*, ut dicit Gom. *3. Var. cap. 7. n. 1. versic. Primus est*; Neguzant. *de Pignor. p. 3. membr. 1. n. 21.*, Guazin. *de Defens.*

Illiciador he tambem aquelle, que vende a diversas pessoas pão, vinho, azeite, mel, sal, e outras coufas d'ante mão, prometendo pagar logo no primeiro anno de suas herdades, affirmando que tudo aquillo haverá nellas, não tendo taes propriedades, *liv. 5. tit. 65.*

Illiciador he o que pede dinheiro emprestado de muitas partes, promettendo de o pagar em breve tempo; e depois que tem o dinheiro em seu poder, diz que não tem por onde pagar, que o citem, *ibid. (a)*

Illiciador, e bulraõ, he preso; e não he solto, até que da cadêa pague tudo o que dever, e perderá a terça parte das coufas, que illiciou, e tem a mais pena arbitraria, *ibid.*

Illiciador, que vender, ou arrendar por sua alguma propriedade, não tendo razaõ de a haver por sua, sendo de valia de vinte mil reis para cima, tem pena de morte; e a mesma pena tem o que vender huma coufa duas vezes a diferentes pessoas, *ibid. §. 1. (b)*

Defens. reor. defens. 33. cap. 9. n. 3., & pœna ejusdem Srelionatus puniuntur isti delinquentes, & non pœna falsi; Farinac. in Prax. crimin. q. 150. n. 224., Sylv. ad Ord. lib. 4. tit. 7. §. 2. num. 1. in fin., nisi ipsi deceptores dicant, rem, quam subjiunt hypothecæ, nemini alteri esse obligatam; quia tunc ex hac falsa assertione pœna falsi puniri debent; Farinac. d. q. 150. n. 227. Si tamen deceptor, qui obligavit rem duobus, pecuniam offerat secundo creditori ad ipsius relevationem ante litem contestatam, excusabitur à pœna, ut ex Glos. in cap. Apud misericordem, 32. q. 1., & aliis dicit idem Farin. d. q. 150. n. 226.

(a) Vide verb. Bulraõ he o que pede dinheiro emprestado a muitas pessoas, &c.

(b) De vendente rem duobus vide latissimè Farinac. in Prax. crimin. tit. de Falsit., & simulat. q. 150. à n. 219. usque ad n. 238., ubi variis ampliationibus, & limitationibus materiam illustrat; Phœb. dec. 99.

(c) Vide supra notata verb. Igreja, que não he sagrada, mas que he edificada por auctoridade do Papa, &c.

(d) Vide verb. Igreja não val ao delinquente, que não he de maleficio, que mereça pena de sangue. Ad verb. Ou cortamento de membro; quid veniat appellatione membri; vide Bezerr. de Jur. Sacror. lib. 2. cap. 5. à n. 2., Leit. de Inquisit. q. 3. à n. 126., Almeid. alleg. 16. n. 12., Thom. Vaz ad Reformat. Just. n. 13. & 14., Cirin. in Nex. ver. Eccles. cap. 7. sect. 2. n. 52., Conciol. in Resolut. criminalib. verb. Immunitas, resolut. 2. n. 14., Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. §. 31. glos. 35. n. 67. pag. 100.

Ad verb. Ou qualquer outra pena de sangue; quæ sit pœna sanguinis ad hunc effectum vide Peg. tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 5. ad princip. n. 78. & seqq., Basilic. decis. 43. ex n. 10., Farinac. in Appendic. de Immunit. cap. 16. n. 249.

(e) Quæstio admodum controversa est inter DD. An Judæus, Saracenus, vel quilibet alius infidelis ad Ecclesiam confugiens, gaudeat illius immunitate; alii enim dicunt non esse extrahendum ab Ecclesia; alii verò non debere frui Ecclesie immunitate; ut latissimè DD. pro utraque parte cumulant Farinac. de Immunitat. cap. 5. à n. 77., Cortiad. dec. 67. n. 1. & 2. Sed, conciliando istas opiniones, tenent alii, quòd si Judæus, vel alius infidelis confugiens ad Ecclesiam non petat Baptif-

IM

IMMUNIDADE goza della qualquer Igreja, aindaque não seja sagrada, com tanto que seja edificada por auctoridade do Papa, ou Prelado, para nella se celebrar o Officio Divino, *liv. 2. tit. 5. in princip. (c)*

Immuniidade só vale ao que tem feito tal maleficio, por que merece haver morte natural, ou civil, ou cortamento de membro, ou qualquer outra pena de sangue, *ibid. (d)*

Immuniidade da Igreja não vale ao Judeo, Mouro, ou outro algum infiel, salvo se se fizer Christaõ, antes que seja tirado da Igreja, *ibid. §. 1. (e)*

Immuniidade da Igreja não goza o que cometteo nella maleficio, tendo antes deliberado para nella fazer mal, *ibid. §. 2. (f)*

Immuniidade da Igreja não val ao ladraõ público teedor das estradas, ou caminhos, que nellas costumou matar, ferir, ou roubar, *ibid. §. 3. (g)*

Immu-

munum, nec velit effici Christianus, non gaudet Ecclesie immunitate; si verò petat Baptismum, & Catholicam Religionem amplectere velit, gaudet illius immunitate; & hanc conciliationem amplexa fuit nostra Ordinatio; de qua vide Farinac. de Immunit. d. cap. 5. à n. 83., August. Barbof. de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. n. 44., Guttierr. Practic. lib. 3. q. 7. n. 51., Cardof. in Prax. verb. Eccles. n. 81., Lezan. Quæstion. Regular. tom. 3. verb. Immunitas Ecclesiarum, num. 5. versic. De Judæis, & alios relatos à Cortiad. d. dec. 68. n. 3., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 50. num. 5.

Adverte tamen, quòd Judæus, Saracenus, vel quilibet alius Infidelis confugiens ad Ecclesiam, & dicens se velle baptizari, præsumitur hoc dicere simulatè, causa vitandæ pœnæ, ex Text. in L. 1. Cod. de His, qui ad Eccles. confug.; & ideo solummodò concedenda erit illi immunitas Ecclesie, si aliqua signa dederit suæ conversionis, ex quibus dignosci possit, quòd non simulatè, nec fictè, sed verè, & contricto corde baptismum petit; de quo vide omninò Cortiad. d. dec. 68. ex n. 5., ubi omnes DD. de materia latissimè adducit. Et apud supra relatos DD. invenies limitationem respectu Hæretici, Apostatæ, & Blasfemi, qui non gaudent Ecclesie immunitate.

(f) Vide supr. notata verb. Igreja não val ao que nella cometter algum maleficio &c., & præter DD. ibi relatos vide etiam Cirin. in Nex. ver. Ecclesiast. cap. 7. sect. 2. à num. 1. & seqq.

(g) Latro publicus, viarumque graffator non gaudet immunitate Ecclesie, sed ab ea invitatus extrahi debet, ut disponitur in hac Ordinatione; de cujus materia vide latissimè Farinac. de Immunit. cap. 10. à num. 147., & cap. 12. à n. 162., Gom. 3. Var. cap. 10. num. 2., ubi Aylon. n. 3., Guttierr. Practicar. lib. 3. q. 4. n. 2., Covas lib. 2. Var. cap. 10. n. 13. versic. Decimonono; Gam. dec. 171., Cardof. in Prax. verb. Ecclesia, n. 87., August. Barbof. de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. à n. 78., Bovadilh. in Polit. lib. 2. cap. 14. n. 23., Cortiad. dec. 107. per tot., in quibus omnibus materia pertractatur, & alii multi DD. referuntur; & ibi etiam invenies, quis sit latro publicus ad effectum hujus Legis, & alias utilissimas declarationes.

(a) Agit

Immunitate da Igreja não goza o que de proposito põem fogo aos paës segados, ou por segar, em qualquer tempo que seja, ou outros frutos, de qualquer natureza que forem, *liv. 2. tit. 5. (a)*

Immunitate da Igreja não vale a aquelle que de proposito, ou insidiosamente commette alguma grave offensa, por que me-

rece haver pena de morte natural, ou civil, ou cortamento de membro, ou qualquer outra pena de sangue, *ibid. §. 4. (b)*

Immunitate da Igreja goza o ladraõ, que foge para ella, *ibid. (c)*

Immunitate da Igreja goza o que commette adulterio com mulher casada, *ibid. (d)*
Immuni-

(a) Agit hæc Ordinatio de illo, qui segetes, menses, vel alios fructus devastat, aut comburit; qui in jure vocatur depopulator agrorum; ex Text. in *L. 1. Cod. Quando liceat unicuique sine Judic. se vindicare.*, Gom. *lib. 3. Var. cap. 10. n. 2. versic. Secundus casus*; August. Barbof. *de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. n. 86.*, & in *cap. Inter alia*, 6. de *Immunit. Eccles. num. 43.*, Conciol. *ad Statut. Eugub. lib. 6. rubr. 31. num. 1.*, Guazin. *de Defens. Reor. defens. 1. cap. 38. n. 38. versic. Depopulatores*, Farinac. *de Immunitat. cap. 11. n. 159.*, Delbene *de Immunit. tom. 2. cap. 16. dub. 16. n. 5.*, Pax in *Prax. tom. 1. p. 5. cap. 3. §. 3. n. 67.*

Isti depopulatores agrorum cum magis perturbent quietem, quam alius malefactor, si ad Ecclesiam confugiant, non gaudent illius immunitate; ex Text. in *cap. Inter alia*, 6. de *Immunit. Eccles.*, sed quia iste Text. loquitur de nocturno depopulatore, tenuerunt aliqui DD., quod hæc denegatio immunitatis non debebat observari in depopulatore diurno; fatentur tamen, quod vigore Constitutionis Gregor. XIV., in qua illud verbum *nocturnus* ademptum est, procedit etiam de diurno agrorum depopulatore; & in terminis dictæ Constitutionis decretum fuit in nostra Ordinatione, quod quilibet depopulator tam nocturnus, quam diurnus non gauderet immunitate; istud enim denotant illa verba, *Em qualquer tempo que seja*; de cujus materia vide latissimè Farinac. *de Immunitat. cap. 11. à n. 158.*, Covarruv. *lib. 2. Var. cap. 20. n. 13. versic. Decimo nono*; Pax in *Prax. tom. 1. p. 5. cap. 3. §. 3. à n. 66.*, Sanch. *Consil. Moral. tom. 2. lib. 6. cap. 1. dub. 8. n. 14. versic. Secundum Guazin. de Defens. reor. defens. 1. cap. 38. à n. 38.*, Bovadilh. in *Polit. lib. 2. cap. 14. n. 24.*, Cardof. in *Prax. verb. Ecclesia*, n. 87., August. Barbof. in *cap. Inter alia*, 6. de *Immunit. Eccles. num. 42.*, & *de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. n. 85.*, Cortiad. *dec. 109.*, Romaguer. *ad Conciol. in Stat. Eugub. lib. 6. rubr. 31. num. 3. & 4.*

(b) Patet ex hac nostra Ordinatione, quod homicida voluntarius, & insidiosus immunitate Ecclesiæ non gaudet: & homicidam voluntarium intelligere debemus esse illum, qui habet intentum, ac volitum in se, hoc est, voluntatem propriam, directam, & expressam occidendi; Molin. *de Just. & Jur. tract. 3. disp. 23. n. 2.*, Covarruv. in *Relect. ad Clement. Si furiosus*, p. 2. in *initio, num. 1. versic. Voluntarium*, August. Barbof. *de Potest. Episcop. p. 2. alleg. 39. n. 46.*, & in *Collectan. ad Concil. Trident. sess. 24. de Reformat. cap. 6. n. 30.*, Ciardin. *controv. For. p. 2. cap. 203. n. 23.*, Cortiad. *dec. 98. n. 5.*

Iste homicida voluntarius, & ex proposito Ecclesiæ immunitate non gaudet; hanc opinionem tanquam de Jure veriore amplexa fuit nostra Ordinatio, ut testatur Farinac. in *Appendic. de Immunit. cap. 7. num. 112.*, Navarr. in *Manual. cap. 25. n. 21.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 3. disp. 23. n. 3.*, qui de hac Lege Lusitana recordantur, licet contraria opinio confirmari possit à pluribus DD., quos cumulat Cortiad. *d. dec. 98. n. 8. & 9.*, & sententiam nostræ Legis tuentur Gutierr. *Pract. lib. 1. q. 2. n. 17.*, Guazin. *de Defens. Reor. defens. 1. cap. 38. num. 43.*, August. Barbof. in *Collect. ad Text. in cap. 1. de Homicid. n. 4. & de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. n. 99.*, Sanch. *Consil. Moral. tom. 2. lib. 6. cap. 1. dub. 8. num. 27.*, Farinac. in *Prax. crim. q. 28. n. 23.*, Jul. Clar. in *§. Homicidium*, n. 8. *versic. Ex proposito*; & in *§. fin. q. 30. num. 12. versic. Punctus est*; Cov. *lib. 2. Var. cap. 20. n. 7.*, Matth. *de Regim. Regn. Valent. tom. 2. cap. 7. §. 1. n. 160. in fin.*, & ita multoties observatum in Catalonia refert Cortiad. *dec. 98. sub num. 12.* Et si vis

Tom. II.

scire conjecturas, & indicia, ex quibus dignosci possit animus deliberatus ad occidendum, consule Cortiad. *dec. 98. ex n. 29. & seqq.*, ubi omnia latissimè cumulavit.

Quoad homicidium verò insidiosum intellige idem esse atque homicidium proditorium; nam proditio, & insidiæ synonyma sunt, & unum, idemque significant; & ideo asserunt DD. idem esse occidere proditoriè, atque per insidias; ut ex multis bene probat Cortiad. *dec. 97. à n. 1. usque ad 4.* Et iste homicida proditorius, seu insidiosus non gaudet Ecclesiæ immunitate, ut declarat nostra Ordinatio; & de Jure tenent Covarruv. *lib. 2. Var. cap. 20. n. 7.*, Jul. Clar. *§. Homicidium*, n. 9. *versic. Ex insidiis*, & *§. fin. q. 32. n. 12. versic. Hoc tamen multo magis*; Farinac. in *Prax. p. 1. q. 18. n. 75.*, & *q. 28. n. 24.*, Guazin. *de Defens. Reor. def. 1. cap. 38. n. 43.*, Gutierr. *Pract. lib. 1. q. 2. n. 2.*, Molin. *de Just. & Jur. disp. 23. n. 4.*, Bovadilh. in *Polit. lib. 2. cap. 14. n. 34.*, August. Barbof. *de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. n. 88.*, Cortiad. plures referens *dec. 96. n. 2.*, & *dec. 97. n. 18.*

Dicitur autem homicida proditorius ad hunc effectum non solum ille, qui se amicum fingit ad aliquem incautè occidendum, sed etiam ille qui nulla interveniente causa, occidit nihil tale præcaventem, nec se defendere valentem, amicitie vel inimicitie causa minimè considerata; Fontanel. *de Pact. nuptial. tom. 1. claus. 4. glof. 14. n. 118.*, Farinac. in *Prax. crimin. q. 18. n. 76.*, Bovadilh. in *Polit. lib. 2. cap. 14. n. 36. & 38. in fin.*, Gutierr. *lib. 1. Practic. q. 2. n. 3. 4. & 20. 24. & 25. & q. 13. n. 31.*, Gom. *lib. 3. Var. cap. 3. num. 5. versic. Advertendum*, Sanch. *Consil. Moral. lib. 6. cap. 1. dub. 8. n. 26.* Sed contrarium de Jure Regni ostendit Pegas in Allegatione pro quodam Reo, quam transcripsit in *tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 5. ad hunc §. 18.*, defendens, quod de Jure Regni non dicitur homicidium proditorium, nisi fiat sub prætextu fictæ amicitie.

Et nota, quod omnia supradicta procedunt tam in committente proditoriè aliquod delictum, quam in occidente proditoriè; nam generaliter in quocumque crimine proditionis non fruitur delinquens Ecclesiastica immunitate; ut per multos DD. ostendit Thom. *Vaz alleg. 13. n. 136.*

(c) Postquam Ordinatio nostra statuit non gaudere immunitate Ecclesiæ committentem aliquod grave facinus animo sedato, deliberatè & ex proposito nunc limitat in latrone furtum faciente, non obstante, quod furtum fecisset ex proposito, & animo deliberato; quia ejus intentio non fuit offendere quemquam, sed lucrifacere sibi rem furatam; & ita de jure tenent Gom. *lib. 3. Var. cap. 10. n. 2. in princip.*, Farinac. in *Prax. crimin. q. 28. n. 52.*, & in *Appendic. de Immunit. cap. 5. n. 93.*, Bovadilh. in *Polit. lib. 2. cap. 14. n. 23.*, Guazin. *de Defens. Reor. defens. 1. cap. 37. n. 59.*, Sperell. *dec. 59. n. 11.*, Sanch. *Consilior. Moral. tom. 2. lib. 6. cap. 1. dubit. 8. n. 14.*, August. Barbof. in *cap. Inter alia*, 3. de *Immunit. Eccles. n. 3.*, & *de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. n. 81.*, Gam. *dec. 171.* Quod amplia, etiam si tria, vel plura furta commiserit; ut ex multis probat Cortiad. *dec. 106. n. 7.*, qui ad nostram conclusionem alias refert ampliationes.

(d) Hæc est secunda limitatio nostræ Ordinationis respectu committentis adulterium cum uxorata, qui licet delictum committat animo deliberato, non tamen hoc facit cogitatione offendendi maritum, sed intuitu carnale desiderium saturandi, & ideo immunitate Ecclesiæ gaudet; ut declarat iste §. Quamvis enim de Jure Ci-

B

vili

Immunitate da Igreja não goza o ladrao, que de proposito roubar alguma pessoa forçosamente, *liv. 2. tit. 5. (a)*

Immunitate da Igreja vale no crime de forçar mulher virgem, *ibid. (b)*

Immunitate da Igreja vale no crime de tomar por força mulher virgem, levando-a a outro lugar, e corrompendo-a forçosamente, *ibid. (c)*

Immunitate da Igreja não vale ao escravo,

que para ella fugir a seu senhor, por se livrar do captiveiro, em que está, *ibid. §. 6. (d)*

Immunitate da Igreja não vale ao que matar sua mulher, ou outrem com ella, por dizer que lhe fizerao adulterio, se se achar pela devassa, que matou com deliberação, e não accidentalmente; porque entao he havida a tal morte por feita de proposito, *ibid. §. 5. (e)*

Immuni-

vili contrarium invenitur dispositum in Authent. de Mandat. Princip. §. Quod si delinquentes, versic. Neque autem; hæc dispositio extat correctæ de Jure Canonico per generalitatem Text. in cap. Inter alia, 6. de Immunit. Eccles., & nostra Ordinatio jubet in hac materia observari jus Canonicum, ut in fin. hujus §. benè declarat; & ita etiam latè defendunt Jul. Clar. in Prax. §. fin. q. 30. n. 10., Farinac. in Prax. crimin. p. 1. q. 28. n. 17., & in Appendic. de Immunit. Eccles. cap. 5. n. 88., August. Barbof. ad Text. in d. cap. Inter alia, 6. de Immunit. Eccles. n. 53., & de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. n. 121., Guazin. de Defens. Reor. defens. 1. cap. 37. n. 68., Bovadilh. in Polit. lib. 2. cap. 14. n. 24., qui plures alios copiosissimè referunt.

Limita tamen si adulterio addatur qualitas, quod per vim uxor aliena capta sit, ut declarat hæc eadem Ordinatio in versic. E por tanto; & dicit Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 50. n. 11. versic. Verum, in fin. Si autem fiat raptus etiam per vim non sequuto adulterio, habet locum immunitas, ut testatur judicatum Peg. tom. 8. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. n. 66.

(a) Publico latroni non prodest immunitas Ecclesie, si ad illam confugiat, ut supr. ostendimus verb. Immunitate da Igreja não vale ao ladrao publico, &c. Latro autem publicus dicitur ille qui cum violentia, & armis furatur; & licet aliqui DD. tenuerunt, quod fures, qui cum violentia & armis depredabant, tutos esse in Ecclesia; attamen quamplurimi contrarium tenuerunt, quorum opinionem amplexa fuit nostra Ordinatio; & hanc latè demonstrant tanquam veriore Farinac. in Appendic. de Immunit. cap. 10. n. 153., Delben. de Immunit. Eccles. tom. 2. cap. 16. dub. 3. n. 2. & 3., Merlin. Contror. Jur. centur. 1. cap. 17. n. 22., & cap. 64. n. 2. & 3., Castr. Pal. tom. 2. tract. 11. diff. unic. punct. 9. n. 2. in princip., cum intelligentiis relatis per Bonacin. de Legib. disp. 3. quæst. 7. de Immunitat. Eccles. lib. 1. cap. 11. §. 1. n. 1. versic. Ne solo, Francez in Pastoral Regular. p. 3. vot. 8. num. 31.

(b) Stuprum committentem gaudere Ecclesie immunitate, neminem dubitare testatur Cortiad. dec. 89. n. 7., & ibi dicit judicatum in Regno Valentie, & in n. 8., ampliatur etiam in stuprante ad sit vis; & in hoc Regno, ita resolutum fuit in Placito Senatus, apud Cost. de Syl. Dom. Supplicat. pag. 131. Assent. 26.

(c) De Jure Civili Raptores Ecclesiastica immunitate non gaudent; per Text. in Auth. de Mandat. Princip. §. Quod si delinquentes, & §. Neque autem; sed hæc dispositio Juris Civillis correctæ fuit per Jus Canonicum, non solum ex generalitate Text. in cap. Inter alia, 6. de Immunit. Eccles. sed etiam per Textum expressum in Canon. de Raptorib. 3. q. 1., in quo expressè statuitur raptorem virginis immunitate gaudere; & ita tenent Jul. Clar. in §. fin. q. 30. n. 10., Gom. lib. 3. Var. cap. 3. sub n. 2., Farinac. in Prax. crimin. q. 28. n. 17., & in Appendic. de Immunitat. cap. 5. n. 88., Gutierr. Practic. Quæst. lib. 3. q. 5. per tot., Guazin. de Defens. Reor. defens. 1. cap. 37. n. 67., Bovadilh. in Polit. lib. 2. cap. 14. n. 24., August. Barbof. in d. Canon. de Raptorib. n. 1., & in cap. Inter alia de Immunit. Eccles. n. 53., & in L. 2. Cod. de His, qui ad Eccles. confug. num. 7., Phæb. dec. 81. n. 20., & ita resolutum fuit in quodam Placito Senatus, quod refert Cost. de Syl. Assent. 26. pag. 131. Quod amplia, etiam si raptus fiat cum vi, & armis; ut declarat hæc Ordinatio.

Quæstio tamen est, an valeat immunitas Ecclesie,

quando raptus fuerit infidiosè, & proditoriè factus? Partem affirmativam tenet Farinac. in Prax. d. q. 28. n. 21. in fin., & in Appendic. de Immunit. cap. 5. n. 91., Covarruv. lib. 2. Var. cap. 20. n. 8., August. Barbof. in L. 2. Cod. de His, qui ad Eccles. confugiunt, n. 7., Bovadilh. in Polit. lib. 2. cap. 14. n. 24., Delben. de Immunit. tom. 2. cap. 16. dubit. 24. sect. 6. n. 1. in fin. Negativam autem opinionem tenet August. Barbof. de Jur. Eccles. lib. 2. cap. 3. n. 120. versic. Nihilominus, Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 50. n. 11. versic. Verum; & hæc sequenda est de Jure nostri Regni; nam si interveniant infidiæ, vel proditio, vulgè *alevostia*, veluti, in eo qui rapuit filiam illius, apud quem morabatur, vel cujus amicitie causa familiariter cum eo conversabatur, non debet frui Ecclesie immunitate, ut dicit idem Gabr. Per. d. versic. Verum prop. fin.

(d) Servus si à domino ad Ecclesiam aufugiat declinando ejus obsequium, non gaudet Immunitate Ecclesie, sed eidem domino est restituendus, Covarruv. lib. 2. Var. cap. 20. n. 14. versic. His suffragatur, Gutierr. Practic. lib. 1. q. 1. n. 3. & 18., Farinac. in Appendic. de Immunitat. cap. 4. n. 67. & seqq., Paz in Prax. tom. 1. p. 5. cap. 3. §. 1. n. 159. & 161., Bovadilh. in Polit. lib. 2. cap. 14. num. 72., Guazin. de Defens. Reor. defens. 1. cap. 38. num. 27. & 28., Gam. dec. 362., Cardof. in Prax. verb. Servus, num. 69., August. Barbof. ad Text. in cap. Inter alia, de Immunitat. Eccles. n. 49., & de Jur. Ecclesiast. lib. 2. cap. 3. n. 43., & in L. Presenti lege 5. Cod. de His, qui ad Eccles. confug. n. 23., Cresp. de Valdaur. observ. 3. n. 39. p. 1.

Et si servus in extractione Ecclesie se defendat resistendo, potest extrahi quibuscumque mediis tam vivis, quam vulneratus, vel mortuus; nam si occidatur, hoc fit impunè, nec de hoc homicidio recipienda est accusatio; ex L. Si servus, 3. Cod. de His, qui ad Eccles. confug., Farinac. in Appendic. de Immunit. cap. 4. n. 72., August. Barbof. in d. L. Si servus, 3. Cod. de His, qui ad Eccles. confug. n. 1. & 2., & hoc extat dispositum in hacmet Ordinatione. Si verò servus confugiat ad Ecclesiam propter aliquod delictum, ut furtum, homicidium &c., propter quod timet à Judice puniri, tunc Immunitate Ecclesie gaudet, quia apud Deum non est acceptio personarum; Farinac. in Appendic. de Immunit. cap. 4. num. 68., Paz in Prax. tom. 1. p. 5. cap. 3. §. 3. n. 162., Bovadilh. in Polit. lib. 2. cap. 14. n. 72., Delbene de Immunitat. tom. 2. cap. 16. dub. 10. sect. 1., & sect. 13. n. 1., Giurb. conf. 30. num. 2., Castr. Pal. tom. 2. tract. 11. diff. 1. punct. 7. n. 1. & 19.

(e) Decernitur in hoc §., quod occidens adulteram uxorem animo deliberato non gaudet Ecclesie Immunitate; quæ dispositio videtur repugnare alteri Ordinationi lib. 5. tit. 38., in qua permittitur marito uxorem adulteram non solum in adulterio deprehensam occidere, sed etiam ex intervallo, ut habetur in §. 1.; & etiam convocare amicos, ut disponitur in §. 5. Sed hanc antinomiam componit Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 50. n. 11. versic. Habet deinde; dicens hanc Ordinationem debere intelligi de adulterio non probato, ex illis verbis ejusdem Ordin., ibi: Por dizer que lhe fizerao adulterio: alteram verò Ordin. procedere in adulterio indubiè commissio, seu absque probatione manifesto: & cum ista conciliatione pertransit Peg. tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 5. in Comment. ad hunc §. num. 4. Et de hoc crimine vide quæ jam notavimus in verb. Homicidio da mulher achada em adulterio, se for feito com deliberação, &c.

(a) Quæstio

Immunitate para se saber que não vale aos malfatores, que se acolherem á Igreja, se deve mostrar ao Prelado Ecclesiastico a inquirição, que houver da culpa, em que se mostre ser feita de proposito, ou haver outra qualidade, por que deve ser tirado, antes de se fazer a extracção del- le, *liv. 2. tit. 5. §. 7. (a)*

Immunitate da Igreja para se saber se vale ao Réo, no caso que não ha culpa formada sobre o maleficio, se devem logo tirar tres, ou quatro testemunhas, que

mais tenhaõ razã de saber como foi com- mettido, sendo primeiro o Vigario, ou Reitor requerido para as vêr jurar, sem ser necessario citar-se o Réo, *liv. 2. tit. 5. §. 7. (b)*

Immunitate para se determinar se vale ao malfator, que se acolheo á Igreja, se deve mostrar a culpa, ou a prova, que se fez sobre ella, ao Vigario, ou Reitor da Igreja, para saber se he caso para gozar o delinquente da dita Immunitate, *ibid. §. 7. (c)*

Immuni-

(a) Quæstio fuit admodum dubia, an Judex Secularis possit Reum ad Ecclesiam confugientem extrahere ab ipsa Ecclesia in casibus notoriis & exceptis, sine Episcopi, vel ejus Vicarii generalis licentia: aliqui enim negativam partem defendunt, scilicet, quod absque licentia Judicis Ecclesiastici non potest Reus extrahi ab Ecclesia per Judicem Secularem, etiam si notorie constet Immunitate non gaudere; quod probatur per Text. in cap. fin. de Immunit. Eccles. cap. Ex parte de Verbor. signific. Auth. Siquis, §. fin. Cod. ad Leg. Jul. de Adulter. L. Pa- teant, Cod. de His, qui ad Eccles. confug., Gom. lib. 3. Var. cap. 10. n. 2. in fin., Farinac. in Prax. p. 1. q. 28. n. 76., & in Appendic. de Immunit. cap. 22. n. 356., Gratian. For. cap. 596. à n. 1. & 17., Guazin. de Defens. Reor. defens. 1. cap. 31. n. 3., Giurb. conf. 20. n. 17., & conf. 100. à n. 19. & 31., Delben. de Immunit. tom. 2. cap. 16. dubit. 40. sect. 3. per tot.

Alii verò contrarium tenent, scilicet, posse Judicem Secularem delinquentem in casibus exceptis ab Ecclesia extrahere, etiam absque licentia Episcopi; Covarruv. lib. 2. Var. cap. 20. n. 18. versic. Tricesimo quarto, Bovadilh. in Po. it. lib. 2. cap. 14. n. 96., Jul. Clar. §. fin. q. 30. n. 20., August. Barbof. in Prax. exigend. penson. p. 1. q. 3. n. 47., Matth. de Regim. Regn. Valent. tom. 2. cap. 7. §. 1. sect. 4. n. 151., & ita observari testatur Cortiad. tom. 1. dec. 3. à n. 19. Sed hanc controversiam hodie jam cessare dicunt aliqui post Constitutionem Gregor. XIV., qua cavetur Judices Seculares etiam in casibus exceptis non posse Reum ab Ecclesia extrahere absque licentia Episcopi, seu ejus Vicarii; de quo vide Gratian. For. d. cap. 596. n. 21., Ciarlin. Controv. For. lib. 1. cap. 10. n. 33., & lib. 2. cap. 162. num. 2., Farinac. d. quæst. 28. n. 76. in fin., & in Appendic. d. cap. 22. n. 359. & 360., Guazin. d. defens. 1. cap. 31. n. 4., Giurb. conf. 20. n. 17., & late conf. 100. à n. 19., Delbene de Immunit. Eccles. tom. 2. cap. 16. dub. 35. à n. 12., & dub. 40. sect. 1. à n. 4., & latius sect. 2. per tot.

Quod tamen limita in casu, quo Episcopus, seu Judex Ecclesiasticus recusaverit concedere licentiam extrahendi Reum ab Ecclesia; quia tunc licitum est Ministris Secularibus illum per se extrahere, minori, quo id fieri poterit, scandalo, & tumultu; ut statuitur in Constitutione prædicta Gregorii XIV., quam transcribit Farinac. in Appendic. de Immunit. cap. 22. n. 366., Gratian. For. d. cap. 596. n. 10., Guazin. d. Defens. 1. cap. 1. sub n. 4., Giurb. d. conf. 100. sub num. 19., Delben. de Immunit. tom. 2. cap. 6. dub. 4. sect. 2. n. 2., Sperell. dec. 104., Cortiad. tom. 2. dec. 120. per tot., Oliv. de For. Eccles. p. 1. q. 27. n. 14. & n. 22. in fin. De consuetudine tamen nostri Regni, posse Judicem Secularem extrahere delinquentes ab Ecclesia in casibus exceptis absque Prælati licentia testatur Præceptor Correa in cap. Inter alia, p. 4. num. 10. de Immunit. Eccles., ut refert Cortiad. dec. 3. n. 22.

(b) Judex Secularis, attenta hac Lege, & decisione Text. in cap. Inter alia, 6. de Immunit. Eccles., informationem per testes sumere potest, ad hoc ut scire possit, utrum delinquentem extrahere debeat; & potest etiam hoc inspicere ex actis, si jam formata sunt ab eo, ut trahit Oliv. de For. Eccles. p. 1. q. 27. n. 21.; non potest tamen delinquentem ab Ecclesia extrahere absque licen-

tia Vicarii, seu Prælati, etiam si ex actis jam formatis, seu ex inquisitione noviter facta repererit crimen à reo commissum fuisse cum qualitate Immunitatem impedi- ente, ut supra proximè notavimus; & in hoc casu tenetur Vicarius, seu Prælati stare processui facti per Judicem Secularem, tam si processus formatus fuerit ante, quam postquam delinquens ad Ecclesiam confu- gerit; Merlin. Controv. For. lib. 1. cap. 40. n. 12., Giurb. conf. 50. n. 2.

Quæstio tamen est gravissima, an debeat constare plenè, & concludenter de delicto commissio cum qua- litate excludente Immunitatem, vel sufficiat probatio delicti, & ejus qualitatis semiplena, per indicia, con- jecturas, & præsumptiones? Diversitas opinionum in hoc puncto, illud apprimè difficile reddiderunt; nam alii tenent, quod ad perdendam Immunitatem Eccle- siæ sufficit semiplena probatio delicti, & ejus qualitatis per indicia, & conjecturas ad torturam sufficientia; Gratian. Forens. cap. 596. à n. 22., Guazin. de Defens. Reor. defens. 1. cap. 31. n. 9., Bovadilh. in Politic. lib. 2. cap. 14. n. 95., Farinac. conf. 211. n. 19. lib. 3.; Parex. de Instrum. edit. tom. 1. tit. 2. resolut. 6. n. 62.; & ita multoties judica- tum tradit Gam. dec. 179. & 128., quas decisiones se- quendas esse in judicando dicit Flor. in Addit. ad Gam. d. dec. 179., Cancer. p. 3. Var. cap. 10. à n. 118., Matth. de Re- gim. Regn. Valent. tom. 2. cap. 7. §. 1. sect. 4. à n. 166.

Alii verò contrarium tenent, scilicet, quod ad per- dendam Immunitatem necessariò debet constare plenè, & concludenter de delicto commissio, & qualitate illius, & non semiplenè per indicia, & conjecturas; Ciarlin. Controv. For. cap. 10. à n. 61. p. 1., & cap. 151. num. 12. p. 2.; Giurb. observ. 16. n. 10., Delben. de Immunit. tom. 2. cap. 16. dub. 41. sect. 1. 2. & 3., Bonacin. d. sp. 3. quæst. 7. de Immunit. punct. 7. circa fin., Castr. Palao tom. 2. tract. 11. disp. unic. punct. 13. n. 8., August. Barbof. de Jur. Eccles. lib. 2. cap. 3. n. 168., Valenzuel. conf. 191. n. 23. in fin.; & hanc opinio- nem aliquando secutam fuisse in nostro Senatu Lusita- no testatur Gam. d. dec. 179., & in Principatu Cathalo- niæ testatur Cancer. p. 3. Var. d. cap. 10. n. 121., & semel, atque iterum judicatum in hoc Regno testatur Phæb. p. 1. arest. 162.; & licet Gam. contrarium referat olim judicatum in d. dec. 179., tamen de observantia decisionum ipse dubitat, ut refert Oliv. de for. Eccles. p. 1. q. 27. n. 23.

Ad verb. Sem ser necess. ar. se o Reo; quia pro- cedit Judex ex Officio; Gabr. Per. de Man. Reg. p. 1. cap. 24. n. 26. versic. Sed videtur; & in Jurisdictionibus non ha- betur respectus ad partes, sed ad Regem, & Prælatum; & ideo in §. 9. pars admittitur postea pro suo interesse; idem Gabr. Per. cap. 50. n. 12. versic. Quod si; in fin., & cap. 52. n. 23., & decis. 2. n. 10. versic. Nec obstat, in fin.

(c) Ex hac Ordinatione apertè demonstratur, quod cognitio Immunitatis est misti fori in hoc Regno, itaut uterque Judex tam Secularis, quam Ecclesiasticus insimul de illa cognoscant; Ecclesiasticus, scilicet, ad effectum defendendi Immunitatem Ecclesiæ; Judex au- tem Secularis ad effectum extrahendi Reum ab illa, si non debeat Immunitate gaudere, ut dicit Oliv. de For. Eccles. p. 1. q. 27. n. 2., Gabr. Per. de Man. Reg. in Concord.

Immunitate, em quanto se tratar della, deve o malfeytor, que se acolheo á Igreja fer bem e honestamente guardado em maneira que não fuja, *liv. 2. tit. 5. §. 7. in fin. (a)*

Immunitate, quando se tratar della entre o Juiz Secular, e o Reitor, sobre se vale, ou não ao malfeytor, que se acolheo á Igreja; concordando ambos, se obser-

vará a sua determinação sem mais appellação, nem aggravo, *ibid. §. 8. (b)*

Immunitate da Igreja, quando se tratar della entre o Juiz Ecclesiastico, e o Secular, se elles forem differentes nos pareceres, se remetterão os autos ao Corregedor da Côrte, ou Relação do Porto, se for no seu districto, ou ao Corregedor da Comarca que mais perto estiver, *ibid. (c)*

Immuni-

Regis Joann. I. artic. 4. sub n. 178., & cap. 50. n. 14. versic. Unde fit, alios refert Cortiad. p. 1. dec. 2. n. 43., Peg. tom. 8. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. glos. 9. n. 4. & 5.

Et nota, quod quamvis Reus sit Eques Ordinis Militaris, debet ei fieri Immunitas per Judicem Seculare in simul cum Judice Ecclesiastico, & non per Judicem Familie Equestris, vulgò Juiz dos Cavalheiros; ut in casu occurrenti declaratum fuit per quoddam Placitum Senatus, quod est in Ord. *lib. 2. tit. 5. Coll. 3. n. 1., & refert decisum Peg. tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 5. §. 8. n. 24. & 25., Per. de Revision. cap. 100. n. 10.*

Et an Judex Ecclesiasticus possit deferre in domum suam processum super delicto factum à Judice seculari, vide Peg. *ad hanc Ord. §. 7. à n. 10.*

(a) Dum agitur de Immunitatis questione, debet Reus decenter custodiri, & cum securitate, ne aufugiat; ut declarat hæc Ordinatio, ex qua dubitari potest: an, dum agitur de Immunitate, possit Reus ad securitatem vinculis, catenis, aut compedibus in Ecclesia detineri? partem negativam tanquam verissimam defendunt Covar. *lib. 2. Var. cap. 20. n. 17. in initio*, Paz in *Prax. tom. 1. p. 5. cap. 3. §. 3. n. 4. & 177.*, Guazin. de *Defens. Reor. defens. 1. cap. 32. n. 2.*, Farinac. in *Prax. p. 1. q. 27. n. 9. in fin.*, & in *Appendic. de Immunit. n. 297.*, Ciarlin. *Controv. Forens. cap. 154. à n. 27. p. 2.*, Sanch. *Consil. Moral. tom. 2. lib. 6. cap. 1. dub. 13. n. 1.*, Bonacin. *disp. 3. q. 7. de Immunit. punct. 3.*, Cresp. de *Valdaur. observ. 80. n. 6.*, Gabr. *Per. de Man. Reg. cap. 50. n. 12. versic. Dum autem.*

De consuetudine autem receptum est, quod Reus confugiens ad Ecclesiam possit vinculis, aut compedibus detineri, donec fuerit cognitum, an Immunitate Ecclesie gaudere debeat, ut docent supr. citati Doctores; Paz *ubi supr. n. 3. & 177. in fin.*, Covarruv. *d. cap. 20. n. 17. in fin.*, Farinac. in *Prax. d. quest. 27. n. 10.*, Fontanell. *dec. 200. n. 17.*, quam consuetudinem eruditè defendit idem Fontanell. *decis. 201. à n. 1. p. 1.*

Et supposita hac consuetudine, venit inquirendum, à quo Judice vincula, & compedes sint injicienda, occurrente necessitate hujus securitatis; variè DD. in hoc puncto sententiam proferunt: alii enim dicunt posse Judicem Secularem catenis, seu compedibus, aut vinculis Reum in Ecclesia detinere absque Judicis Ecclesiastici licentia; Jul. Clar. *§. fin. q. 3. num. 21. in fin.*, Farinac. *p. 1. quest. 28. num. 10.*, & in *Appendic. de Immunit. num. 298.*, Bovadilh. in *Politic. lib. 2. cap. 14. num. 22.*, & ita servari in Cathalonia testatur Fontanell. *d. dec. 200. n. 17. & 18.*, & practicari in Regno Valentie ostendit Matth. de *Regim. Regn. Valent. tom. 2. cap. 7. §. 1. sect. 4. num. 137. & seqq.* Alii verò existimant, quod potest per utrumque Judicem nempe Ecclesiasticum, & Secularem, vel per Secularem de licentia Judicis Ecclesiastici detineri; Covar. *lib. 2. Var. cap. 20. n. 17.*, Paz in *Prax. tom. 1. p. 5. cap. 3. §. 7. n. 3. & 178.*, Villalob. in *Sum. p. 2. tract. 29. dif. 7. n. 24.*, Oliv. de *For. Eccles. p. 1. q. 27. n. 41.* Sed hæc questio videtur cessare in nostro Regno, supposita provisione hujus Ordinationis in §. 8., ubi decernit posse Judicem Secularem extrahere Reum ad illum custodiendum in carcere, donec questio Immunitatis terminetur. „ Et ita judicatum fuit em hum Aggravo, que „ tirou o Corregedor de Viseu Martim de Carvalho, „ do Vigario geral daquelle Bispado proceder contra „ elle com censuras, por mandar tirar hum preso da

„ Hermida de Santa Margarida do Conselho de Besteiros, e ser levado em custodia á cadeia de Viseu, „ por se prender o preso por precatorios, e não esta- „ rem as culpas no Juizo do dito Corregedor, mas „ sim no dos Juizes deprecantes, e não se poder fazer „ o summario da Immunitate sem as culpas, e ser „ grande oppressão estar guardando o preso tanto tempo na Igreja, até virem as ditas culpas. Foi Juiz „ neste aggravo o Doutor Nuno da Fonseca, Adjuntos o Chancellér Antonio Cabral, e o Doutor Luiz „ Mendes Barreto em 18. de Fevereiro de 1612. Escri- „ vaõ Rocha, no Juizo da Corõa da Casa do Porto; „ ita notat Senator Nunes à Fonseca.

(b) Vide Gabr. *Per. de Man. Reg. cap. 50. num. 12. versic. Quod si*, Mend. à *Cast. in Prax. p. 2. lib. 5. cap. 1. n. 36.* Et licet pars appellet, non admittitur appellatio, nec de illa cognosci potest; ut tenet judicatum Pegas in *Commentar. ad hunc §. n. 5.*, & Senator Themud. in seq. Nota. *Ibi*: Sem mais appellação. *Affim se julgou no feito de livramento de Salvador Dias Garro de Portalegre, sendo acusado por huma morte, que concordando o Juiz, e Vigario lhe valia a Immunitate; e appellando a parte, se não tomou conhecimento da appellação. Escrivaõ Antonio Pestana: & nec Princeps poterit hanc sententiam quocumque remedio revocare; Pereir. de Revision. cap. 100.*

(c) Hanc Ordinationem esse contra Juris Canonici dispositiones ostendit Oliv. de *For. Eccles. p. 1. q. 27. ex n. 29.*, ex eo quia in hac questione non majus jus habet Princeps Secularis, quam Ecclesiasticus, imò multo minus; & tum ex ratione, tum ex majori dignitate adeundus erat superior Ecclesiasticus: sed illam defendit Gabr. *Per. de Man. Reg. cap. 50. ex n. 13.*, dicens, quod etiamsi in hac cognitione aliqua effet spiritualitatis questio, rectè ex antiquissimo usu, & diuturna observantia ejus diffinitionem Christianissimi Reges nostri acquirere poterant, & in hacmet consuetudine, & Regni observantia fundatur Ordinatio in illis verbis: *O que sempre affim se costumou, e usou em nossos Reynos, quamvis contra hanc consuetudinem fortiter insurgat idem Oliv. d. cap. 27. à n. 38.*

Ad verb. *Ou ao Corregedor da Comarca.* Intellige de Correctore Provincie, in qua est Ecclesia, & non de Correctore alterius Provincie, etiamsi proximior Ecclesie sit; ut resolutum fuit in quodam Placito Senatus Portuensis, quod est in Ord. *lib. 2. tit. 5. Coll. 3. n. 2.*; & nota hanc dispositionem non comprehendere Auditores Dominorum, qui nunquam admittuntur, quando Lex vocat Præsides, de quo vide in simili Cabed. *part. 1. arest. 71.*, ut notat ad hanc Legem Senator Themudo; & Senator Nunes da Fonseca in sequenti Nota. *Em hum aggravo, que veyo de Aguiar da Beira do Ouvidor daquelle Villa querer ser terceiro, e dar sua determinação sobre a Immunitate da Igreja, se julgou que o Ouvidor não podia ser terceiro, por esta Ordenação não fallar em Ouvidores de Terras de Senhores, e fallar em pessoas nomeadas, de quibus hie, lata est sententia no Juizo da Corõa da Casa do Porto, sendo Juiz Nuno da Fonseca, Adjuntos os Desembargadores Luiz Mendes Barreto, e Francisco Games de Loureiro, Escrivaõ Rocha, no ultimo de Junho de 1611.: era parte aggravante Francisco Ferreira, e delinquentes huma mulher, e hum seu filho aggravados: pro quo facit Arest. 71. Cabed. p. 1.*

Quod extendit etiam ad Auditorem Domus Brigantie,

Immuniidade, quando se tratar della, e houver differença entre o Juiz secular, e o Vigario, ou Reitor, o Juiz tirará o delinquente da Igreja, e o porá em custodia na cadêa, *liv. 2. tit. 5. §. 8. (a)*

Immuniidade, em quanto se não determinar se vale, ou não ao delinquente, não fará o Juiz execuçaõ, posto que no caso tenha alçada, *ibid. §. 8. in fin. (b)*

Immuniidade se se determinar summariamente entre o Juiz Ecclesiastico, e secular, que não vale ao delinquente, que se acoutou á Igreja, poderá este ao depois formar artigos della, os quaes lhe serãõ recebidos, *liv. 2. tit. 5. §. 9. (c)*

Immuniidade, quando se conhecer della so-

bre artigos, com que vier o preso, dará o Juiz appellaçaõ ás partes da sentença, que proferir, ou appellará por parte da Justiça no caso, em que não tiver alçada, segundo o crime, por que for accusado, *ibid. (d)*

Immuniidade, quando se tratar della, e houver dũvida, se o lugar, a que o delinquente se acolheo he adro da Igreja, ou não, pertence o conhecimento disto ao Juiz Ecclesiastico, e secular juntamente, *ibid. §. 11. (e)*

IMPEDIMENTO justo excusa, e se ha de provar por aquelle, que o allega para poder valer-se delle, *liv. 3. tit. 91. §. 1. (f)*

IMPE-

gantie, ut refert judicatum Senator Thom. Pinheir. da Veiga in quadam Nota ad Ord. lib. 2. tit. 45. §. 41. ibi: O Duque de Bragança tem privilegio d'El-Rey D. Manoel, confirmado agora, para que seus Ouvidores usem do Regimento dos Corregedores, assim como nesta Ordenaçãõ; e com tudo julgamos, que não vão a elle por terceiro os feitos da Immuniidade, porque no dito Regimento não competem ir por terceiro ao Corregedor, senãõ por outr. Ordenaçãõ, que he a do liv. 2. tit. 5. §. 8. Et ita etiam testatur in Senatu judicari Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 50. n. 15. in fin.

(a) Ex hac Ordinatione videtur cessare illa quæstio, an Judex possit reum catenis, seu compedibus in Ecclesia detinere, dum agitur de immunitate, ut eum securiorem reddat? de quo supr. egimus in verb. Immuniidade, em quanto se tratar della, deve o malfeitor, que se acolheo á Igreja, ser bem, e honestamente guardado, &c.: nam custodito Reo in carcere seculari, ut decernit hæc Ordinatio, inutilis redditur alia securitas in Ecclesia.

Nota tamen, quòd dum Reus custoditur in carcere, non potest pro debito civili, aut criminali arrestari, seu detineri; Phæb. p. 1. arest. 109., consonat arest. 51., & in 1. p. arest. 152., Mend. à Castr. p. 1. lib. 5. cap. 1. n. 38. Et an iste, qui est in custodia gaudeat indulto generali carceratis concessio? vide Larr. dec. 29.

(b) Vide Peg. in Commentar. ad hunc §. n. 29. & 30. ubi DD. ad materiam adducit.

(c) Vide verb. Artigos de immuniidade, com que vem o preso, que he tirado da Igreja, &c. Ad verb. Lhe serãõ recebidos, vide sequentem Notam Senatoris Tavares: Intellege, quòd recipi debent, si, & in quantum, ut decidisse Senatam refert D. Didacus Marchão Themudo hic; sed ejus Filius testatur etiam in eodem Senatu resolutum fuisse, quòd non per necesse recipiendi erant ejusmodi articuli, sed si materiam habeant receptu dignam, & ita judicatum refert Filius in processu Antonii Lopes de Carvalho famuli Ayres Telles, scriba Antonio Pestana de Miranda, anno 1672. Idem, me Judice, decrevit Senatus, die 24. Martii, anno 1714. in processu cujusdam D. Roque Ascencio, Valentinião, homicida cujusdam D. Pedro Ampuevo, & articuli immunitatis specti fuerunt; scriba Jordão de Barros de Sousa.

Sed primam sententiam relatam à D. Didaco Marchão Themudo veriore esse dicit Senator Oliveira in sequenti Nota. Foi sempre dũvida, se quando não se trata a causa em Juizo inferior, mas na Relaçãõ se deviaõ precisamente receber os artigos de immuniidade, aindaque parecessem que não eraõ receptiveis, por se provar na devassa a qualidade exclusiva da immuniidade: o Doutor Marchão Themudo o Velho sustentou a parte affirmativa; porẽm o Doutor Thomé Pinheiro da Veiga a negativa, como refere Pegas sobre esta Ordenaçãõ; mas a affirmativa he mais conforme á disposiçaõ da Ley, e suas palavras: e assim o entendo, e julgou a Relaçãõ por votos conformes, na causa de Jorge de Sousa Mascarenhas, accusado por matar sua mulher.

(d) Ad hanc Ordinationem notat ita Senator Themudo: Ibi: Appellará por parte da Justiça: Intellege id procedere, si Judex pronuntia verit Reum gaudere immunitate Ecclesiæ; ex iis que Cabed. p. 1. dec. 156. E entende-se, que se o Juiz o remetter, appellará por parte da Justiça; e se o não remetter, concederá appellaçaõ á parte, que quizer appellar; in simili Ord. lib. 2. tit. 1. §. 28.

Et etiam potest interponi gravamen petitionis, vel instrumenti, ex Ord. lib. 5. tit. 124. §. 3. Sed videtur hanc Ordinationem loqui tantummodò, quando Judex pronuntiat super receptione articulorum, vel rejectione, tunc enim est casus gravaminis; Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. num. 150. versic. Item à pronuntiatione; si verò Judex pronuntiat de meritis, tunc à sententia debet appellari, in terminis hujus Ordinationis.

(e) Hæc Ordinatio prodiit ex Concordia Regis Sebastiani, quam refert Gabr. Per. de Man. Reg. post 1. p. n. 283., & cum vide de materia cap. 50. n. 16., quamvis contra illum de jure communi insurgat Cortiad. dec. 2. num. 46.: & vide resolutionem Senatus, quam refert Cost. de Styl. pag. 132. Assent. 31.

Ad alios verò effectus Judici Ecclesiastico tantummodò competit decernere, an locus sit sacer, vel non; ut declarat hæc Ordinatio in finalibus verbis hujus §., quòd tamen limita secundum resolutionem, quam transcribit Cabed. p. 1. dec. 152. n. 3. Que o conhecimento das causas sobre os ares dos adros das Igrejas, e sobre as sacadas, e abertura das janellas, e portas para os ditos adros pertencia á Camara, e Almotaceis da Cidade, e não ao Juizo Ecclesiastico.

(f) Regula, quæ deducitur ex hac Ordinatione satis trita est in Jure, scilicet, quòd legitimè impeditus excusatur à mora, quia illi non currit tempus; ut patet ex Ord. lib. 1. tit. 62. §. 2., & tit. 68. §. fin. in fin., & lib. 2. tit. 34. §. 2. ad fin., & lib. 3. tit. 41. §. 6., & tit. 54. §. 9., & tit. 84. §. 9., & lib. 4. tit. 18., & lib. 5. tit. 23. §. 2.; non sufficit tamen allegare impedimentum tantummodò, sed oportet illud probare; Farinac. conf. 75. n. 21., Gutierr. Practic. Quæst. lib. 3. q. 34. n. 24., Fontanell. de Pact. nuptialib. claus. 7. glos. 3. p. 1. n. 67., August. Barbof. in cap. Cum sit Romana, 5. de Appellat. num. 7., Berton. de Negligent. & Omission. p. 2. art. 4. n. 10., Altimar de Nullit. contract. rom. 6. rubr. 1. q. 38. sub n. 431. versic. Illud debet probari; & patet ex Ord. lib. 2. tit. 34. §. 2. ad fin., & lib. 3. tit. 54. §. 9., & tit. 84. §. 9.

Ad hoc autem ut impedimentum excuset, duo copulativè requiruntur, primùm quòd impedimentum sit tale, ut non possit removeri; secundum quòd sit causa immediata, per quam præstitum non fuit, quòd præstari debebat; Gutierr. d. q. 34. n. 22., Sperell. dec. 85. n. 26., Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 91. §. 1. n. 17.; quia si impedimentum erat tale, quòd facile removeri poterat, & impeditus nullam adhibuit diligentiam, minimè excusatur;

IMPEDIDO por caso fortuito, não lhe corre o tempo, *liv. 5. tit. 113. §. 4. (a)*

IMPEDIR fazer testamento, ou outra qualquer ultima vontade, a alguma pessoa por força ou engano, se for herdeiro, he havido por indigno, e perde para a Corôa tudo o que lhe podia acontecer *ab intestato* da herança da pessoa fallecida, *liv. 4. tit. 84. in princip. (b)*

Impedir fazer testamento he não somente tolher ao testador a faculdade de livremente testar, mas tambem defender ao Taballião, ou a pessoa, que houver de escrever o testamento, que não entre aonde o testador está, ou as testemunhas necessarias, e chamadas para o tal acto, ou fazer-lhe sobre isso ameaços, *ibid. §. 1. (c)*

IMPE-

tur; Farinac. *conf. 17. n. 20. lib. 1.*, Gratian. *For. cap. 15. n. 17.*, & *cap. 798. n. 7.*, Cyriac. *Controv. 214. n. 20.*, Salgad. *de Reg. protect. p. 2. cap. 13. n. 263.*, Cancer. *3. p. Variar. cap. 18. n. 111.*, Sperell. *d. dec. 85. n. 26.*, Peg. *tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 5. glos. 2. ad princip. n. 42.*

Et ideo multi Doctores firmant, quod impedimenti exceptione nemo auditur, nisi etiam probet se adhibuisse omnem diligentiam pro eo removendo; Farinac. *in Decis. criminal. dec. 348. num. 4.*, Cyriac. *Controv. 167. n. 10.*, Salgad. *de Reg. protect. p. 2. cap. 13. n. 266.*, Card. de Luc. *tit. de Emption. disc. 51. num. 3.*, & *tit. de Benefic. disc. 56. n. 3.*, Sabell. *in Sum. §. Impedimentum, num. 6. versic. Impeditus.*

Sed contrarium, scilicet, quod non sit necessaria talis probatio diligentiae, & quod non servetur in praxi, testatur Berlich. *lib. 1. concl. 17. n. 70.*, & ita fuisse conclusum in Senatu dicit Afflict. *dec. 29.*

An autem impedimentum, quod quis habet, debeat protestari? diversimodè asserunt DD.; alii enim dicunt necessariam esse protestationem; alii sufficere constare de impedimento absque protestatione; de quo vide Pinel. *in Auth. Nisi trinnale, sub n. 43. versic. Ampliatur 4.*, *Cod. de Bon. matern.*, Velasc. *de Privileg. pauper. p. 1. q. 32. n. 20.*, Cortiad. *dec. 17. alijs 18. n. 45. & 46.*

Sed in hac opinionum varietate dicit Gutierr. *in d. Quæst. 34. n. 30.* proficuum esse de impedimento protestari, licet non sit necessarium; quod etiam tenet in *lib. 1. Pract. q. 55. n. 2. versic. Sed his non obstantibus*; & Fontanel. *de Pact. nuptial. d. claus. 7. glos. 3. p. 1. n. 66.* dicit se semper consuluisse fieri protestationem de impedimento, ad vitandam amaritudinem communis opinionis, quæ tenaciter requirit protestationem, ut impedimentum excuset, & quod illi semper benè successit: & Solozan. *de Jur. Indiar. lib. 2. cap. 25. num. 65.* dicit, utile esse protestationem facere impedimenti, ad facilitatem ejus probationem, quamvis non sit necessaria talis protestatio.

Adverte tamen, quod hæc discordia DD. super protestatione impedimenti, versatur tantummodò circa impedimentum facti; nam circa impedimentum juris indubiè dicunt non esse necessariam protestationem; Pinel. *in d. Auth. Nisi trinnale, sub n. 43. versic. Ampliatur 4. Cod. de Bon. matern.*, quod etiam procedit in impedimento notorio, quia protestari illud non est necesse; Valenzuel. *conf. 4. n. 72. ad fin.*, Rub. *de Testam. cap. 2. n. 153.*, Altimar *de Nullitat. tom. 6. rubr. 1. p. 4. q. 38. sub num. 431. versic. Impedimentum, quando non est notorium*, Sperell. *dec. 85. n. 33.*, ubi explicat, quando impedimentum est notorium.

Impedimentum autem probari potest non solum per testes, sed etiam per juramentum partis, quando impedimentum tale est, quod non potest probari per testes, & hoc pendet ab arbitrio judicis; August. Barbof. *in cap. fin. Qui matrimon. accusar. non possunt &c. n. 7.*, & *in cap. Quia propter 42. de Elect. n. 38.*, & *in cap. Cum sit Romana 5. num. 7. de Appellation.*, latè Mascard. *de Probat. tom. 2. conclus. 886. n. 17.*, & *per tot.*, Cald. *de Renovat. q. 5. n. 23. in fin.*, Sabell. *in Sum. §. Impedimentum, num. 1. versic. Quomodo autem.*

(a) Impedimentum ex fortuito casu proveniens excusat à mora; quia illud patienti tempus non currit, ut patet ex hac Lege, & jam supra ostendimus; & istud impedimentum casuale & fortuitum est justa causa re-

stitutionis, ut probat Altimar *de Nullit. tom. 6. rubr. 1. p. 4. q. 38. sub n. 431. versic. Adversus impedimentum*; & multos casus justii impedimenti repetunt Cald. *de Renovat. q. 5. ex n. 23.*, Valenzuel. *conf. 184. à num. 36.*, Altimar *ubi supra, sub n. 431. versic. Impedimentum legitimum*, Sabell. *in Sum. §. Impedimentum, sub n. 2. versic. Quod legitime.*

(b) Ad validitatem testamenti cujuslibet testatoris necessariò requiritur, quod spontè, & permeditata voluntate sit confectum; quia in actu testandi consensus requiritur cum qualitate libertatis plenæ, & quod testator sit omninò, & absolutè liber in disponendo; ex *Text. in L. 1. Cod. de Sacros. Eccles.*, Molin. *de Just. & Jur. disp. 135. n. 2.*, Castilh. *lib. 3. Controv. cap. 1. n. 6.*, Pinheir. *de Testam. disp. 2. sect. 1. n. 2.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 5. cap. 7. n. 11.* Ideoque jure communi sancitum fuit, quod liberam testatoris voluntatem impediens non solum pœna civili, sed etiam criminali puniatur; Castilh. *d. cap. 1. n. 12.*, Sabell. *in Sum. §. Testator, n. 20.*

Et quoad pœnam criminalem dicunt DD. puniendum esse pœna falsi; Farinac. *in Prax. crimin. q. 161. à n. 1.*, ubi cum variis ampliacionibus, & limitationibus hoc punctum omninò declarat; Castilh. *d. cap. 1. n. 15.*, & quoad civilem tenetur ad interessè partis læsæ; de quo dicemus *infra. ad §. 3.*: & ab illo aufertur hæreditas tamquam ab indigno, & applicatur Fisco; de cujus materia vide latissimè eundem Castilh. *dict. cap. 1. à n. 36.*, & *per tot.*, Berlich. *p. 3. concl. 7.*, Farinac. *d. q. 161. à n. 14.*, Jul. Clar. *in Practic. §. Falsum, num. 28. versic. Prohibens aliquem testari, & q. 79. n. 9. versic. Fin.*, Peregrin. *de Jur. Fisc. lib. 2. tit. 6. n. 1. & 2.*, & *n. 38. in fin. & 39. & 40. & seqq.*, Alfar. *de Offic. Fiscal. glos. 20. à num. 426.*, Merlin. *de Legitim. lib. 4. tit. 1. q. 14.*, & *tit. 2. q. 11.*, Andreol. *Controv. 14. 15. & 16.*, Manz. *de Testam. tit. 3. q. 2. & 3.*, Portug. *de Donat. tom. 2. cap. 31. à num. 16.*, Ribeir. *de Ultim. Voluntat. lib. 1. tit. 17.*, Pinheir. *de Testam. disp. 2. sect. 1.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 2. cap. 2. à num. 53.*, & *lib. 5. cap. 7. à num. 12.*, in quibus omnia ad materiam hujus Legis latissimè invenies pertractata. Ad verb. *E perde para a Corôa tudo o que lhe podia acontecer.* Nota, quod in hoc casu admittitur denuntiatio adversus impedientem aliquem liberè testari, & conceditur Provisio ad auferendam judicialiter hæreditatem; ut constat ex rescripto apud Peg. *tom. 13. ad Ord. lib. 3. tit. 5. §. 5. glos. 7. n. 10.*

(c) Impedimentum ad hoc ut testator non possit liberè disponere non solum fit directè, & immediatè, sed etiam indirectè, impediendo accedere Notarium & testes ad testatorem volentem facere testamentum, ut declarat hæc Ordinatio, & de Jure latè comprobat Farinac. *in Prax. crimin. q. 161. n. 29. & seqq.*, ubi ampliatur sive Notarius, & testes fuerint impediti blandis verbis, sive minis, sive sub spe alicujus lucri; Molin. *de Just. & Jur. tom. 1. disp. 176. n. 9. in fin.*, Castilh. *lib. 3. Controv. vers. cap. 1. n. 100.*, Phæb. *dec. 25. n. 13. versic. In hac in fin.*, Pinheir. *de Testam. disp. 5. sect. 3. §. 7. n. 266.*, Portug. *de Donat. 3. p. cap. 31. n. 18.*, Merlin. *de Legitim. lib. 4. tit. 1. q. 14. n. 2.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 2. cap. 1. n. 40.*, & *cap. 2. n. 54.*

Intellige tamen, quod ut legitime verificari possit hæc culpa, necesse est probare non solum, quod testes, seu Notarius fuerint impediti accedere ad testatorem, sed etiam quod talis Notarius, & testes fuerint vocati à testatore, seu de illius ordine, ut probat ex multis DD. Farinac. *d. q. 161. n. 33.*

(a) Vide

IMPEDINDO os herdeiros ao testador o poder revogar o testamento, em que os havia instituido, não valerá o tal testamento, e a herança se applicará para a Corôa, como deixada a pessoa indigna, *liv. 4. tit. 84. §. 2. (a)*

Impedindo alguma pessoa ao testador o deixar a outrem a sua herança, ou algum legado, e provando o que houvera de ser instituido o tal impedimento, e a quantidade que havia de ter no testamento, lho pagará em dobro o que o impedio, e não valerá o tal testamento a favor d'elle, *ibid. §. 3. (b)*

Impedindo alguém ao testador fazer seu testamento, e tendo disso noticia o Juiz da terra, deve ir a casa do testador, e fazer vir hum Taballião, e as testemunhas necessarias, com as quaes possa livremente fazer o seu testamento, *ibid. §. 5. (c)*

IMPEDIDO de algum impedimento perpetuo não pôde ser tutor, *liv. 4. tit. 102. §. 1. (d)*

IMPETRAR carta d'El-Rey por falsa informação, ou callada a verdade, tem pena de vinte cruzados, e cem reis por dia, que por tal carta de mandar, ou impedir o despacho, *liv. 2. tit. 43. (e)*

Impetrar beneficios de homens vivos, não he licito, *liv. 2. tit. 13. (f)*

Impetrar Provisões de Roma contra as gra-

ças concedidas a El-Rey, ou Raíña, he culpa, por que se perde a natureza do Reyno, *liv. 2. tit. 15. (g)*

IMPLORAR se pôde o Officio de Juiz, para que assegure de alguma ameaça, *liv. 3. tit. 78. §. 5. (h)*

IMPUTAR na sua legitima não he obrigado o filho á estimação dos juros, ou tenças, que houve d'El-Rey por consentimento de seu pay, ou mãy, ou avô, que nelle traspassou, *liv. 4. tit. 97. §. 12. (i)*

IN

INCAPACIDADE da mãy para não succeder em terras da Corôa, passa ao varão, que della descendeo, *liv. 2. tit. 35. §. 14. (k)*

INCAPAZ a que he deixado algum fideicomisso tacito, o perde para o Fisco, *liv. 2. tit. 26. §. 23. (l)*

INCESTO, além de outras penas, perde seus bens, *liv. 5. tit. 17. §. 3. (m)*

Incesto com filha, ou outra descendente, ou com mãy, ou outra ascendente tem pena de serem queimados, *ibid. in princip. (n)*

Incesto com irmãa, nora, ou madrastra, posto que sejaõ viúvas; ou com enteada, posto que a mãy seja fallecida; ou com sogra, aindaque a filha seja defunta, tem pena de morte, *ibid. §. 1. (o)*

Incesto

(a) Vide Portug. de Donat. p. 3. cap. 31. à n. 16., Guerreir. de Divis. lib. 2. cap. 2. n. 62., & omnes supr. relatos in verb. Impedir fazer testamento, ou outra qualquer ultima vontade &c.; nam idem quod dicitur de impediendo aliquem facere testamentum, procedit etiam circa prohibentem revocare testamentum jam factum.

(b) Disponit hæc Ordinatio, quod damnum passus ex prohibitione facta testatori, non solum potest agere ad ipsum damnum, & interesse, sed etiam ad duplum, prout jure Authenticorum dispositum fuit, ut in Auth. Ut nulli Judicium, §. Et hoc pervenit, Collat. 9.; & licet DD. multum controvertissent, an hæc actio ad duplum competeret adversus omnes, an verò solum adversus Judices, seu Administratores Civitatis, in quibus loqui videtur Textus d. Authenticæ; attamen ex nostra Ordinatione sublata est hæc dubitatio, dum decernit hanc actionem competere adversus quemlibet impediendum, sicut decretum extat in Statut. Hispaniæ, L. 29. tit. 1. partit. 6., de cujus materia vide Farinac. in Prax. crimin. q. 161. à n. 10., Peregrin. de Jur. Fisc. lib. 2. tit. 6. n. 7., Castilh. lib. 3. Controvers. cap. 1. à n. 25., Portug. de Donation. p. 3. cap. 31., Guerreir. tract. 2. de Division. lib. 2. cap. 2. num. 80., qui omnes adducunt aliquas utilissimas declarationes.

(c) Hæc est quedam doctrina Barthol. in L. 1. ff. Si quis aliquem testari prohibuerit, n. 2., ubi dicit Curiam debere in isto casu providere, ut Notarius possit liberè introire ad testatorem; Farinac. in Prax. q. 161. n. 29.

(d) Impeditus impedimento perpetuo excusatur; nam impedimentum perpetuum dicitur illud, quod removeri non potest, & quando quis simili impedimento laborat, immunis est à quolibet onere, ut patet ex hac Lege; de quo vide Altimar de Nullitat. tom. 6. rubr. 1. part. 4. q. 38. sub

n. 431., & supra diximus in verb. Excusos de Tutoria, &c.

(e) Vide notata in verb. Cartas impetradas d'El-Rey com falsa informação, &c.

(f) Vide verb. Beneficios de homens vivos, quem os impetra, &c.

(g) Vide verb. Graças, que são concedidas a El-Rey, ninguém pôde impetrar contra ellas, &c.

(h) Vide verb. Ameaças, de que se pôde appellar, he quando hum se teme de outro, &c.

(i) Vide verb. Collação, quando se fixer, não virão a ella os juros e tenças, que El-Rey der, &c.

(k) Deducitur rectè ex hac Ordinatione, quod exclusã matre à successione majoratus, filius ex ea succedere non potest; de quo vide Gabr. Per. dec. 59. num. 1. & 2., Larream dec. 54., Giurb. de Feud. §. 2. gl. 6. n. 86., August. Barbof. vot. 7. ex n. 15., & vot. 70. per tot., Roxas de Incompatibilit. p. 1. cap. 6. ex num. 318., Fragos. de Regim. Reip. p. 3. disp. 9. §. 9. à n. 8., Card. de Luc. de Fideicommiss. disc. 25. cum seqq. usque ad 33., Ros. conf. 69. à n. 199., Altograd. Jun. contrav. 68. & 69., Torr. de Majorat. cap. 25. à n. 263., & latissimè cap. 38. §. 17., Arouc. in L. In multis 9. ff. de Stat. homin. n. 66., Peg. de Majorat. cap. 16.

(l) Vide verb. Fideicomisso tacito a favor de alguma pessoa indigna pertence ao Fisco.

(m) Vide verb. Confiscação se faz nos bens dos que casão, ou dormem com suas parentas, e affins; & verb. Crime de incesto, &c.; & verb. Direito Real são os bens dos que casão, ou tem copula com suas parentas, &c.

(n) Vide notata in verb. Crime de incesto com a filha, ou outra descendente, ou com mãy, &c.

(o) Vide verb. Crime de incesto com irmãa, nora, ou madrastra, &c.

(a) Vide

Incesto com tia, ou prima, ou outra parenta no segundo gráo, tem pena de dez annos para Africa, e ella cinco para o Brasil, *liv. 5. tit. 17. §. 2. (a)*

Incesto com sua cunhada no primeiro gráo de afinidade, tem dez annos de degredo para o Brasil; e no segundo tem cinco annos para Africa; e ella sette para Castro-Marim; e se for no terceiro ou quarto, tem dous annos para Africa, e ella tres para Castro-Marim, com baraço e pregão na audiencia, *ibid. §. 3. (b)*

Incesto entre parentes, e affins, que estão concertados para casar, sem terem dispensação, he caso de devassa, *liv. 5. tit. 17. §. fin. (c)*

Incesto, que comette a mulher menor de treze annos, se se vier a descobrir, he relevada das penas, *ibid. §. 4. (d)*

Incesto, que cometteo a mulher casada, não he relevada da pena d'elle, posto que o marido lhe perdoe o adul-

terio, *liv. 5. tit. 25. §. 2. (e)*

INDICIOS pequenos bastaõ para tormento nos delictos cometidos atraçoada, e aleivosamente, *liv. 5. tit. 37. §. 3. (f)*

Indicios pequenos bastaõ para metter a tormento em caso de Lesa-Magestade, *liv. 5. tit. 6. §. 29. (g)*

Indicios se os houver contra alguem que cometteo peccado de sodomia, ou de mollicie, será mettido por elles a tormento, *liv. 5. tit. 13. §. 8. (h)*

Indicios quaes são bastantes para dar tormento ao culpado por casar duas vezes, se elle negar o segundo casamento, *liv. 5. tit. 19. §. 2.*

Indicio para metter a tormento he a confissão extrajudicial, *liv. 5. tit. 134. (i)*

Indicio he a fama pública, que procede de pessoas de auctoridade e dignas de fé, *ibid. (k)*

Indicio he huma testemunha de vista, *ibid. (l)*

Indicio

(a) Vide verb. *Crime de incesto com tia, ou prima, &c.*

(b) Vide verb. *Crime de incesto com sua cunhada no primeiro gráo, &c.* Ad verb. *Com baraço e pregão na audiencia*; vide quæ notavimus in verb. *Cunhado, que dorme com sua cunhada, &c.*

(c) Ex hac Ordinatione benè inferitur, quòd si affines, & consanguinei sint dispensati ad nuptias contrahendas, non potest inquiri de incestu adversus eos; *Leit. de Jur. Lusitan. tract. 3. de Inquisition. q. 2. n. 18.*: & ita solitum esse judicari dicit Cabed. *p. 2. arest. 72.* Et vide sequentem Notam Senatoris Oliveira. *Segue-se logo, que depois de havida a dispensação, poderão ficar no amancebamento; o que me parece absurdo, e assim he preciso entender a Ley da copula, e ajuntamento carnal antes da dispensação, e sobre a qual ella foi concedida: porém a Ley falla bem, e assim como ella diz, se deve entender, porque depois de despedida a dispensação, a copula deixa de ser incestuosa, e não tem lugar as penas do incesto; Sanch. de Matrimon. lib. 8. disp. 25. n. 4.* Et si mulier capiatur propter crimen ab inquisitione resultans, & postea dispensationem à Papa obtineat, absolvitur à pœna delicti; ut tenet Gam. *dec. 180.* Sed de hoc dubitat Flores ad eundem Gam., & dubitat etiam Senator Themudo in sequenti Nota. *In textu ibi: Dispensação: Eriam habita post incestum commissum, ut per Gam. dec. 180., ubi Additionator dubitat de tali decisione, & pro constanti tenet tales esse puniendos, etiam in isto casu: & ego etiam dubito, quia dispensatio licet tollat incestum subsequenter, ut per Sanch. de Matrimon. lib. 7. disp. 5. n. 15., & disp. 67. n. 7., non tamen præteriti incestus deformitatem, ac proinde pœnas legum.*

(d) Vide Farinac. in *Prax. crimin. q. 149. n. 152.*

(e) Vide Thom. Vaz *alleg. 85. n. 11.*: optimè Larrea pertractat materiam hujus Legis in *disput. 50. per tot.*, præcipuè *n. 20. & 21.*, Berlich. *p. 4. concl. 34. per tot.*

(f) Dubium valdè est inter DD., an in delictis atrocissimis leviora indicia sufficiant ad torquendum: aliqui enim dicunt, quòd etiam in istis delictis gravioribus non potest deveniri ad torturam, nisi legitimis præcedentibus indiciis, latè testatur Farinac. in *Prax. crimin. q. 37. num. 79.*, & *seqq.*, plenè Guazin. de *Defens. reor. defenf. 30. cap. 4. n. 8.*, Conciol. *verb. Tortura, resolut. 9. n. 9.* Sed alii tenent sufficere leviora indicia in atrocissimis, cum in eis liceat jura transgredi, & ita praticari dicit Clar. in *Prax. §. 1. versic. Sunt etiam, in fin.*, Mascard. de *Probat. concl. 1385. num. 13. & seqq.*; quam opinionem se-

quuta fuit Ordinatio nostra in hoc §. decernens posse torqueri proditorem ex minoribus indiciis propter atrocitatem criminis, de quo vide Cortiad. *dec. 96. ex n. 43.*

(g) Hic est alius casus atrocissimus, in quo leviora indicia sufficiunt ad torquendum, ad quem deservunt supra notata; & vide Solorzan. *Emblem. 74. à num. 31.*, qui benè, & piè declarat; Villos. *Dissertat. 6. §. 1. ex n. 63.*

(h) Hæc Ordinatio dubium facit illud Placitum Senatus Portuensis, quod transcribit Peg. *tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 35. §. 8. n. 83. pag. 61.*, ubi resolutum fuit, quòd non debet Reus torqueri, nisi in casu, quo ex ejus confessione resultet pœna capitalis; nam hæc Lex jubet torqueri Reum de crimine molliciti indiciis sufficientibus suspectum; & tamen per probationem resultantem ex confessione Rei non potest deveniri ad pœnam capitalem, ut patet ex hac Ord. §. 3. Sed de intelligentia hujus Legis vide verb. *Pœna de degredo para galés se dá aos que cometterem o peccado de mollicie.*

Quæ autem indicia requirantur ad hoc ut quis torqueri possit: vide Conciol. in *Resolut. crimin. verb. Indicium ad torturam, resolut. 1.*, & *seqq.*, ubi omnia ad materiam latissimè explicat.

Et quomodò conjungantur plura indicia dubitata ad faciendum unum indicium indubitatum, ex quo, in concursu aliarum probationum, possit quis condemnari pœna Ordinaria delicti: vide Cortiad. *dec. 93. num. 35. 36. 37. & 38.*, ubi latissimè omnes DD. ad materiam adducit.

(i) Confessionem extrajudicialem indicium facere ad torturam, est conclusio satis in jure trita, & eam comprobat Gom. *3. Var. cap. 13. n. 8.*, latissimè Farinac. in *Prax. crimin. tit. de Indic. & Tortur. q. 37. n. 47.*, & de Reo Confesso, & convict. *q. 82. num. 23.*, Guazin. de *Defens. Reor. defenf. 32. cap. 4. in princ.*, Conciol. *alleg. for. 38. n. 7.*, & in *Resolut. crimin. verb. Confessio, resolut. 13. à n. 1.*, Peg. *tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 1. §. 24. glos. 26. n. 12.* Sed quia ista conclusio non est absoluta propter multas limitationes, quibus modificatur, eas consulere poteris apud DD. supra relatos, præcipuè apud Conciol. *d. resolut. 13. per tot.*

(k) Vide supra notata verb. *Fama pública, que procede de pessoas de auctoridade, &c.*

(l) Ad hanc conclusionem vide omninò Conciol. in *Resolut. crimin. verb. Indicium ad torturam, resolut. 4. per tot.*

(a) Vide

Indicio he a fuga do preso, *liv. 5. tit. 134.* (a)
INDIVIDUA, quando he huma cousa de muitos, o privilegio, ou sentença dada por restituicao em favor de algum, aproveita aos outros, *liv. 3. tit. 80. §. 3.* (b)
INDIGNO fica o herdeiro, que impede a alguem fazer testamento, ou revoga-lo, *liv. 4. tit. 82. §. 2.* (c)
Indigno, sendo algum herdeiro instituido, lhe tira a herança o Fisco, *liv. 2. tit. 26. §. 19.* (d)
INDULGENCIAS, se algum Estrangeiro publicar; vide verb. *Estrangeiro.*
INDUZIR alguma mulher virgem, ou honesta por dadas, affagos, ou promettimentos, e a forçar, tem pena de morte; e se for Fidalgo, he riscado dos livros d'El-Rey, e perde a tença, que tiver, e he degradado para Africa á mercê d'El-Rey, *liv. 5. tit. 18. §. 3.* (e)

Induzir testemunhas, que jurem falso, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 54.* (f)
INFAME não póde ser tutor, posto que seja dado em testamento, *liv. 4. tit. 102. §. 1.* (g)
Infames não podem herdar a seus parentes, ou estranhos por testamento, ou *ab intestato*, nem haver honra, dignidade, ou officio, *liv. 5. tit. 6. §. 13.* (h)
Infames não podem ser Procuradores, e procurar, *liv. 1. tit. 48. §. 25.* (i)
Infame não póde querelar o testamento do irmaõ, posto que nelle seja outro tal instituido, *liv. 4. tit. 90. §. 1.* (k)
Infames são os filhos dos traidores, e dos sodomitas, *liv. 5. tit. 6. §. 13., e tit. 13 in princip.*
INFORMAÇÃO se faz pelos Corregedores, e Provedores, perguntando testemunhas em segredo, e a remetterão em carta cerrada com seu parecer, *liv. 1. tit. 96. §. 2.* (l)

Informa-

(a) Vide verb. *Fuga do preso he indicio para tormento.*

(b) *Quamvis restitutio, seu privilegium alicujus non prodest sociis, cum sit beneficium personale, atamen prodest illis, quando causa est individua; Cald. in L. Si curatorum, verb. Vel adversarii dolo, n. 28., & n. 32., Carlev. de Judic. tom. 1. disp. 2. n. 894., Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 26. §. unic. num. 95., Michalor. de Fratib. p. 2. cap. 25., Fontanel. dec. 111., Berffan. de Vid., & Pupill. cap. 1. q. 21., Altimar de Nullit. sent. rubr. 1. q. 6. n. 13., & de Nullit. contract. tom. 6. q. 38. n. 222., Britt. in cap. 2. de Locat. p. 2. n. 34., Gam. dec. 291. n. 1., August. Barbof. ad Text. in L. unic. Cod. Si in commun. ead. que caus. restitutio postuletur, n. 9., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 1. cap. 16. n. 14. & 15., Guerreir. de Privileg. Familiar. cap. 18. n. 10., & concordat Ord. lib. 1. tit. 87. §. 45., ubi decernitur, quod minor litigans super aliqua re, in qua major habet partem, gaudet ipse major privilegio fori minori concessio; quæ tamen dispositio restringi debet ad casum, in quo res est individua, ut notat ad dictam Ordinationem Senator Themudo, ibi: Ad §. 45., ibi: Alguns maiores: Restringenda est ad casum, quo minor simul cum coheredibus experitur, aut convenitur actione reali, quo casu dicitur quodammodo causa individua; secus si actio sit personalis, quoniam hæc ipso jure pro parte hereditaria dividitur; L. 1. Cod. Si certum petat. Quamobrem debet quisquis agere, aut conveniri coram suo Judice, quidquid repugnet J. son. ita Cald. de Emption. cap. 10. num. 52. & vide etiam Peg. tom. 7. ad Ord. lib. 1. tit. 87. §. 45. n. 55. Et quænam res, seu causæ dicantur dividuæ, vel individuæ: vide latè Gom. lib. 2. Var. cap. 10. per tot., Castilh. lib. 1. Controvers. cap. 31.*

(c) Vide supra verb. *Impedir fazer testamento, ou outra qualquer ultima vontade a alguma pessoa, &c.*

(d) Vide notata in verb. *Direito Real são todas as cousas de que forem privados alguns por não serem dignos, &c.*

(e) Vide DD. relatos in verb. *Crime de rapto, quem o cometter se for fidalgo, &c.*

(f) Vide verb. *Crime de sobornar testemunhas com dinheiro para jurarem falso, &c.*

(g) Declarat hæc Ordinatio, quod persona infamis non potest esse tutor; de quo vide Guerreir. de Dat. Tutor. & Curat. lib. 3. cap. 4. n. 66., quia tutelæ munus honorificum est, ut ex L. Testamento centurio, ff. de Manumiss. testam., & aliis probat Gutier. de Tutel. p. 1. cap. 1. n. 7., & inter munera publica, & civilia computatur, ex Text. in L. 1. ff. de Muner. & honor., Gutier. d. cap. 1. num. 7., Tom. II.

Valeron de Transact. tit. 3. q. 1. n. 3., Altimar de Nullit. contract. tom. 8. rubr. 2. & 3. quest. 1. sect. 1. num. 780., Guerreir. de Dat. Tutor. & Curat. lib. 1. cap. 2. n. 1., & lib. 2. cap. 5. num. 4.

Infamis autem inhabilis est ad officia publica, nam dignitatum portæ infamibus non patent; Petr. Barbof. ad L. Cum Prætor 12. §. fin. ff. de Judic. ex n. 180., Covar. Practic. quest. cap. 19. n. 5. versic. Et sanè, in fin., & seqq., Peg. tom. 3. ad Ord. lib. 1. tit. 24. §. 1. glos. 3. n. 4., Velasc. de Judic. perfect. rubr. 9. annot. 12. §. 4. num. 3., Cyriac. contr. 208. n. 100. Et quæ personæ dicantur infames, vide latissimè August. Barbof. de Potest. Episcop. p. 2. alleg. 43. per tot., Castilh. lib. 2. Controversiar. cap. 19. à n. 46., Guerreir. tract. 2. de Divis. lib. 4. cap. 4. ex n. 4. cum seqq.

(h) Vide supra verb. *Filho do que cometteo crime de Lesa-Majestade fica infame, e não póde herdar a parente, &c.*

(i) Vide Ferosin. in cap. *Tua nobis, de Offic. Vicari. q. 1. ex n. 6., Manz. de Procurator. à n. 109., quem etiam vide ad Tit. de His, qui notant infam., Andreol. contr. 314. n. 15. & seqq.* Nota tamen, quod in terminis hujus Legis requiritur infamia de jure, scilicet quod quis sit condemnatus pro crimine, ex quo resultet infamia: que tamen condemnatio non est necessaria in Advocato Domus Supplicationis; quia sufficit mala opinio, ut patet ex §. 1. hujus tit. Nota etiam, quod ille qui in Aula Sanctæ Inquisitionis fuerit punitus propter errorem in Fide Catholica, non poterit officium Advocatus exercere, neque ejus filii, & nepotes; ut extat declaratum in Placito Senatus, quod est in Ord. lib. 1. tit. 48. Coll. 3. num. 8.

(k) Vide Pinheir. de Testam. disp. 5. sect. 3. §. 16. n. 501., Guerreir. de Divis. lib. 4. cap. 4. n. 38.

(l) Nota ad hanc Ordinationem, quod istæ informationes solummodò committi debent Magistratibus actualiter jurisdictionem exercentibus; non verò illis, qui jam deposito munere jurisdictionem finierunt, licet idem munus obiissent in loco, ubi resident illi, ad quos informatio attinet; ut extat declaratum in Regio Decreto, quod est in Ord. lib. 1. tit. 58. Coll. 2. n. 4. Et istas informationes tenentur Correctores seu Provisores remittere per cursores ordinarios ad Presides Tribunalium, ex quibus emanaverint præcepta ad tales informationes faciendas. & non debent eas tradere ipsismet partibus, in cujus favorem expeditæ sunt, ut fuit dispositum per Extravag., quæ est in Ord. lib. 1. tit. 58. Coll. 1. n. 17. (a) Ad

Informações, que fizer o Corregedor por Provisão d'El-Rey a requerimento de alguma parte, não levará dinheiro por ella, *liv. 1. tit. 58. §. 50.*

Informação, que mandar fazer El-Rey ao Corregedor, a fará com brevidade, não perguntando mais que tres testemunhas. que tenhaõ ração de saber o que lhes perguntar, e não feroã as que as partes lhes apresentarem, *ibid.*

Informação se ha de fazer na verdade, seguindo a relação, que pela parte for feita a El-Rey, *liv. 3. tit. 76. §. 3.*

Informação, quando se pede pelo Desembargo do Paço a algum Desembargador, ou Official de Justiça, se põem no despacho, que a mande á Mesa por escripto, com o seu parecer, *liv. 1. no Regim. dos Desembarg. do Paço, §. 9.*

INGLEZES tem por Juiz o Ouvidor da Alfandega, *liv. 1. tit. 52. §. 9. (a)*

INGRATO a seu irmão não póde querelar o seu testamento, posto que nelle seja instituida pessoa infame, *liv. 4. tit. 90. §. 2. (b)*

Ingrato se diz o irmão para o caso sobredito, quando elle lhe ordenar a morte, ou lhe dormir com sua mulher, ou lhe fez alguma accusação crime, ou lhe procurou perda de todos seus bens, ou da mayor parte delles, *ibid. (c)*

INGRATIDAÕ pessoal, verbal ou real, no liberto, faz revogar a liberdade, e qualquer doação, *liv. 4. tit. 63. §. 7. (d)*

INHIBITORIAS não se podem publicar sem licença d'El-Rey, *liv. 2. tit. 14. (e)*

INIMIGO capital não póde ser testemunha, *liv. 3. tit. 56. §. 7. (f)*

Inimigo

(a) Ad hanc Ordinationem notat sequentia Senator Oliveira: Este privilegio não se entende derogado por qualquer outro posterior, por ser de hum contrato oneroso, que se fez com os Inglezes, como se diz no Assento da Relação no *liv. 1. aliã 8. fol. 162.* (este Assento vay na Ord. *liv. 1. tit. 52. Coll. 3. n. 1.*), e hoje que tem Conservador, he mayor que todos os outros, por Alvará de 16. de Setembro de 1665. no *liv. 10. da Relação, fol. 121. vers.* (cujo Alvará está na Ord. *liv. 1. tit. 52. Coll. 1. n. 2.*), e posto que este Alvará falle nas causas, que procedem só de mercancia; com tudo Sua Magestade declayou, que o mesmo privilegio terião os Inglezes em todas as causas crimes ou civis, na forma do Artigo 7. da Paz, e que assim se praticára sempre; de que se passou Decreto á Relação em 5. de Fevereiro de 1699., por Resolução em consulta do Desembargo do Paço do mesmo dia. (este Decreto vay na Ord. *liv. 1. tit. 52. Coll. 2. num. 4.*

Et nota, quod judicatum fuit Auditorem Basilice posse cognoscere de istis causis absque appellatione, vel gravamine, sed postea fuit aliter judicatum, ut refert Phæb. *p. 1. arest. 33.* Et vide Mend. à Castr. *p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 107.*, ubi ait privilegium Anglorum præferri Viduis, & Militibus S. Didaci: & præferri etiam Orphanis dicit Guerreir. *tract. 5. de Proc. civil., & crimin. lib. unic. cap. 2. n. 34. & n. 50.*

(b) Licet regulariter frater possit querelare testamentum fratris, quando persona turpis ab ipso fratre instituitur, attamen si frater testatoris adversus eum ingratus existat ob aliquam ex quatuor causis assignatis in hacmet Ordinatione, & in Auth. de Nuptiis, §. Ingratitudinem, non potest querelare ejus testamentum, ut declarat hæc Ordinatio, de cujus materia vide Pinheir. *de Testam. disp. 5. sect. 3. §. 16. n. 499.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 4. cap. 4. n. 49.*

(c) In Auth. de Nuptiis, §. Et quoniam scimus, tres causæ assignantur, ut ex qualibet earum frater reputetur ingratus erga fratrem, scilicet, qui mortem voluit fratri, aut criminalem instituit contra eum inscriptionem, aut substantiæ ei properavit inferre jacturam: & ista tres causas repetit etiam nostra Ordinatio; addit tamen quartam, scilicet, si frater cum muliere fratris copulam habuerit; de quo vide Pinheir. *de Testam. disp. 5. sect. 3. §. 16. num. 499.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 4. cap. 4. n. 50.*

(d) Vide supra verb. Doação se póde revogar por causa de ingraticidãõ.

(e) Vide ad hanc Ordinationem Gabr. Per. *dec. 58. ex num. 22.*, & de Man. Reg. *cap. 62. aliã 65.*, Ferosin. *in cap. Ecclesia, de Constitution. q. 23. ex n. 16.*, Covar. *Practic.*

cap. 35. n. 4., Almeida. *alleg. 6. à num. 18.*, Themud. *dec. 8.*, Mend. à Castr. *p. 2. lib. 2. cap. 11. ex n. 24.*, Cortiad. *dec. 27. à n. 107.* Et nota Judicem Secularem non posse dare se pro inhibito, absque provisione Regia, Phæb. *p. 1. arest. 93.* Et praxim expediendi has provisiones refert Senator Oliveira in sequenti Nota: Deve fazer-se petição á El-Rey no Desembargo do Paço, e por este Tribunal se deferre e parecendo, que a inhibitoria se deve publicar, se manda passar Alvará por expediente do mesmo Tribunal, e vay a assignar por El-Rey, declarando-se nelle que o Juiz, a quem vay dirigida a inhibitoria, desira a ella como for justiça. Et si Judex se male inhibeat, poterit pars supplicare, Gabr. Per. *de Man. Reg. dict. cap. 65. n. 7.*

(f) Declarat hæc Ordinatio, quod inimicus capitalis non potest esse testis, quæ conclusio apertè comprobatur in jure; nam licet non omnis inimicitia tollat fidem testi, attamen si fuerit capitalis, repellendus est à testificando; Mascard. *de Probat. concl. 901. n. 1.*; Gom. *tom. 3. Var. cap. 12. n. 14.*, Farinac. *de Testib. q. 53. ex n. 3.*, ubi latissimè, & *n. 52.*, & *dec. crimin. 251. num. 4.*, Larrea *alleg. Fiscal. 48. n. 42.*, August. Barbof. *in cap. Cum oportet 19. de Accusation. n. 6.*, Conciol. *alleg. 91. n. 15.*, & *in Resolut. crimin. verb. Testis quoad personas, resol. 1. num. 10.*, PP. Salmanticens. *tom. 6. tract. 29. cap. 3. punct. 1. §. 1. n. 12.*, Escobar *de Purit. sanguin. q. 12. §. 1. n. 11.*, Calder. *dec. 17. n. 14.*, & *dec. 18. n. 5.*

Quod tamen intellige tantummodo in civilibus causis, non autem in criminalibus, in quibus cum agatur de majori præjudicio debent testes esse omni exceptione majores, & qualibet inimicitia eos repellit; Farinac. *d. q. 53. n. 53. & 54.*, Sabell. *in Sum. §. Inimicitie, n. 4.*, Conciol. *alleg. 91. n. 17.*, & *alleg. 99. n. 8.* Et amplia hanc principalem conclusionem ad consanguineos inimici, qui etiam à testificando repelluntur; Farinac. *de Testib. q. 53. à n. 33. & seqq.*, Escob. *de Purit. q. 12. §. 1. n. 17. 18. & 19.*, Gom. *tom. 3. Var. cap. 12. n. 14.*, Conciol. *alleg. 92. n. 24.*, & *in Resolut. crimin. verb. Testis, quoad personas, resol. 1. n. 7.*

Amplia etiam ad inimicos de recenti reconciliatos, qui etiam non faciunt fidem, & à testimonio arcentur; timor enim est, quod non sint oblitterata omnia inimicitæ vestigia, seu adhuc remansissent aliquæ odii reliquæ; Covar. *Practic. cap. 18. n. 3.*, Mascard. *de Probat. concl. 901. n. 9. & 10.*, Farinac. *in Prax. q. 12. n. 42.*, & *d. q. 53. n. 59.*, & *conf. 62. n. 5.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. Per tuas 32. de Accusat. n. 9.*, Mend. à Castr. *p. 2. lib. 3. cap. 13. num. 6.*, Escobar *de Purit. d. q. 12. §. 1. num. 22. & 23.*, Rub. *de Testam. cap. 15. n. 225. & seqq.*, Conciol. *verb. Testis quoad personas, d. resol. 1. n. 13.*

(a) Cum

Inimigo capital de alguém se entende o que com elle teve, ou tem algum feito crime, ou civil, em que se trate da demanda de todos os bens, ou a mayor parte delles, *liv. 3. tit. 56. §. 7. (a)*

Inimigo capital para não poder ser dado por testemunha he aquelle a quem alguma pessoa houvesse aleijado, ou mal ferido,

ou lhe houvesse feito algum grande furto, roubo, ou injuria, ou houvesse commettido adulterio com a mulher da pessoa, contra quem he dado por testemunha, ou de seu filho, ou neto, *ibid. §. 7. (b)*

Inimigo capital se entende, quando houver homicidio feito á mulher, ao pay, filho, neto, ou irmão, *ibid. d. §. 7. (c)*

Inimigo

(a) Cum inimicitia capitalis non oritur nisi ex causis capitalibus, & magnis, ut ait Giurb. *conf. crimin. 91. n. 20. & seqq.*, Conciol. *alleg. 85. n. 16.*, ideo declaravit hæc Ordinatio, quod inimici capitales dicuntur illi, qui inter se habent causam criminalem; nam inimicitia capitalis oritur ex lite, & accusatione criminali; Mascard. *de Probat. conclus. 900. n. 16.*, Farinac. *in Prax. crimin. q. 49. n. 24. & seqq.*, & *dec. crimin. 371. n. 12.*, & *conf. 212. n. 5.*, Noguero *alleg. 23. n. 78.*, August. Barbof. *in Auth. Si testes, Cod. de Testib. n. 7.*, & *de Potest. Episcop. p. 2. alleg. 41. n. 12.*, Guazin. *de Defens. reor. def. 3. cap. 2. n. 4.*, Cald. *de Renovat. emphyt. q. 7. n. 21. in fin.*, Escobar *de Puritat. sanguin. q. 12. §. 1. n. 12.*, Conciol. *alleg. 85. n. 14.*

Quod tamen intellige, quando accusatio criminalis procedit ex causa privata, non verò quando procedit ex causa publica; odium enim ex causa privata dicitur carnale, & familiare, non verò ex causa publica, utpotè cum quis aliquem odio habet, quia est facinorosus, infamis, vel peccator; Farinac. *in Prax. crimin. q. 53. n. 31.*, Matth. *de Re crimin. controv. 76. n. 21.*, Calder. *dec. 16. n. 55.*, & *dec. 18. n. 8.* Et non solum ex accusatione criminali quis habetur tanquam inimicus capitalis, sed etiam ex testificatione facta in causa gravi, & capitali; Mascard. *concl. 900. n. 17.*, Farinac. *in Prax. crim. q. 49. n. 76.*, August. Barbof. *in cap. Cum P. 10. de Accusat. n. 2.*, Escobar *de Puritat. q. 12. §. 1. n. 24.*, Conciol. *alleg. 85. n. 30.* Quod intellige, si testificatio sit facta per spontaneam oblationem ad testificandum, nulla præcedente citatione; Farinac. *d. q. 49. n. 77.*, August. Barbof. *in d. cap. 10. n. 3.*, Mend. à Castr. *p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 155.*

Dicitur etiam inimicus capitalis, qui cum alio litigat civiliter super omnibus bonis suis, vel majori illorum parte, ut declarat hæc Ordinatio, & de Jure tenent Mascard. *de Probat. concl. 900. n. 7.*, Farinac. *in Prax. q. 49. ex n. 2.*, ubi latissimè, & *dec. crimin. 83. n. 2.*, Cald. *de Renovat. emphyt. q. 7. n. 22.*, Conciol. *in Resolut. criminal. verb. Inimicitia, resolut. 2. n. 1. in Additione, & resolut. 1. n. 17.*, August. Barbof. *in cap. Item cum quis 6. de Restitut. spoliat. n. 4.*, & *in cap. Cum oporteat, 19. de Accusat. n. 6.*, & *in Auth. Si testes, Cod. de Testib. n. 9.*, & *de Potest. Episcop. p. 2. alleg. 41. n. 11.*, Calder. *dec. 38. n. 22.*

Et etiam dicitur inimicus capitalis, qui habet litem super privatione officii, Conciol. *alleg. 91. n. 16.*, & supponit Ord. *lib. 5. tit. 117. §. 2. in fin.* Et qui habet litem super causa matrimoniali; Escobar *de Puritat. q. 12. §. 1. n. 16.*, Conciol. *in Resolut. crimin. verb. Inimicitia, resolut. 1. num. 17.* Et qui habet litem super statu personæ, Mascard. *de Probat. tom. 2. concl. 900. n. 6.*, Farinac. *in Prax. q. 49. n. 23.*, August. Barbof. *in Auth. si testes, Cod. de Testib. n. 8.*, & *de Potest. Episcop. alleg. 41. p. 2. n. 13.*, Escobar *de Puritat. q. 12. n. 15.*, Barbof. *ad hunc Ordin. n. 10.*, Conciol. *d. Resolut. 1. n. 17.* Et plures alias causas, ex quibus oritur inimicitia capitalis, refert Mascard. *concl. 900. per tot.*, Conciol. *in Resolut. crimin. verb. Inimicitia, resolut. 2. in Addit.*, Sabell. *in Sum. §. Inimicitia, n. 1.*, & alios congerit remissivè August. Barbof. *in cap. per tuas, 32. de Simonia, num. 7.*, & alter Barbof. *ad hanc Ordin. §. 7. n. 7.*

Adverte tamen, quod ad excludendum sive testem, sive accusatorem ex causa inimicitiae non sufficit eam allegare, sed debet probari ab eo, qui fundatur in illa; & non solum debet probari ipsa inimicitia, sed in specie causa, & qualitas illius; Cyriac. *controverf. 409. n. 70. & 71.*, Mascard. *de Probat. concl. 902. n. 7.*, Farinac. *in Prax. q. 49. n. 27.*, & *conf. 56. n. 8.*, Escob. *de Puritat. q. 12.*

§. 1. n. 8., Conciol. *alleg. 90. n. 13.*, & *alleg. 83. n. 7.*, & *alleg. 85. n. 8.*, & *in Resolut. crimin. verb. Inimicitia, resolut. 2. n. 1.*, Sabell. *in Sum. §. Inimicitia, n. 2.*, Matth. *de Re crimin. controv. 76. n. 20.*, Mend. à Castr. *p. 2. lib. 3. cap. 13. n. 2.*, Phæb. *p. 2. arest. 146. ad med.*

Causa enim inimicitiae debet plenè constare, itaut si constet de existentia causæ, sufficit ad probationem inimicitiae, quamvis ipsa inimicitia non probetur; ubi enim constat de causa, rectè præsumitur inimicitia; Farinac. *in Prax. q. 49. n. 94. & 95.*, & *q. 53. à n. 21.*, & *conf. 216. n. 11.*, Conciol. *alleg. 85. n. 32.*, Calder. *dec. 18. n. 29.*, & *dec. 38. n. 21.*, Mend. à Castr. *p. 2. lib. 3. cap. 13. n. 5.*, Peg. *de Majorat. tom. 3. cap. 44. n. 8.* Multum tamen tribuitur arbitrio Judicis ad dignoscendum, an inimicitia sit capitalis, nec ne; Mascard. *d. concl. 900. n. 44.*, Farinac. *q. 12. n. 47.*, & *q. 49. n. 86.*, & *q. 53. n. 57.*, & *conf. 102. n. 14.*, Cyriac. *controv. 106. n. 69.*, Escobar *de Puritat. q. 12. §. 1. n. 31.*, Cald. *de Renov. q. 7. n. 21.*, Calder. *dec. 18. n. 7.*, & *dec. 38. sub n. 22.*

(b) Prosequitur hæc Ordinatio declarationem causarum inimicitiae capitalis; & primò dicit illam oriri ex vulneribus, quod etiam de Jure comprobatur Farinac. *in Prax. crimin. q. 49. n. 29. & 30.*, & *q. 46. n. 12.*, & *conf. 34. n. 9.*, Giurb. *Consil. 84. n. 2. & 3.*, Conciol. *alleg. 93. n. 5.*, PP. Salmantic. *tom. 6. tract. 29. cap. 2. punct. 2. n. 36.*, præcipuè si vulnus sit in facie, & in illa remaneat cicatrix, Mascard. *concl. 900. n. 19.*

Secundò ex furto, vel alia injuria: quod amplia, etiam si injuria sit verbalis; nam ex verbis injuriosis gravibus oritur etiam capitalis inimicitia; Farinac. *d. q. 49. n. 38. & seqq.*, & *conf. 198. n. 4.*, Gutierr. *conf. 35. num. 42.*, Cald. *de Renovat. q. 7. n. 22.*, Escobar *de Puritat. sanguin. q. 12. §. 1. n. 13.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. Veniens, 16. de Jur. jur. n. 2.*, & *de Potest. Episcop. p. 2. alleg. 41. n. 13.*, Peg. *tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. glof. 27. n. 205.* Quod tamen Judicis arbitrio relinquitur; Mascard. *d. concl. 900. n. 25.*

Tertio ex adulterio commissio cum uxore alterius; Farinac. *q. 49. n. 85.*, Conciol. *in Resolut. crim. verb. Inimicitia, resolut. 1. num. 17. in fin.*, Cardos. *in Prax. verb. Testis, n. 15.*, Silv. *in Comment. ad hunc §. n. 43.*, & etiam ex retentione uxoris alienæ; ex illa enim oritur inimicitia capitalis inter virum, & retinentem; Farinac. *d. q. 49. n. 83. & 84.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. Accedens, 4. Ut lit. non contest. n. 3.*, Conciol. *verb. Inimicitia, resolut. 2. in Addition. n. 1.*, Mascard. *d. concl. 900. n. 20.*; quod etiam extendunt ad forores, & alias feminas conjunctas. Oritur etiam inter conjuges, quando ab invicem separantur, & alter non vult vivere cum altero, Cyriac. *controv. 103. n. 23.* Ad verb. *Ou de seu filho, ou neto*; quia inimicitia extenditur ad consanguineos, & non solum debet intelligi de eo, cum quo contracta fuit inimicitia, sed etiam de omnibus, qui ei accedunt ratione consanguinitatis; ut latè ostendit Escob. *de Puritat. q. 12. §. 1. n. 17. & 18. & seqq.*, Valenzuel. *conf. 92. n. 131.*, & jam supra diximus.

(c) Inimicitia capitalis oritur ex homicidio commissio in mulierem, & conjunctos, ut declarat hæc Ordinatio, & tenet Mascard. *tom. 2. concl. 900. n. 12.*, Farinac. *in Prax. crim. q. 49. n. 31.*; quod etiam extendit ad casum, quo parantur insidiae, & apparet conatus occidendi; Mascard. *d. concl. 900. n. 13.*, Calder. *dec. 18. n. 3.*, & extendit etiam ad casum, in quo quis minitatus est alicui mortem; Conciol. *Resolut. crimin. 2. verb. Inimicitia, in Addition. n. 1.*, Calder. *d. dec. 18. n. 3.*

Inimigo capital ainda em caso, em que val testemunho de pessoa inhabil, não he crido, *liv. 5. tit. 37. §. fin.* (a)
 Inimigo não póde querelar de seu inimigo, *liv. 5. tit. 117. §. 2.* (b)
 Inimigo póde querelar de seu inimigo pelos crimes de apostasia, moéda falsa, traição, ou falsidade, *ibid.* (c)
 Inimigo, que querela calando a inimizade, he a querela nulla, e paga as custas, *ibid.*
 Inimigo póde querelar de seu inimigo, sendo Alcaide, ou Meirinho, *ibid. §. 3.* (d)
 Inimigo, que faz com o Meirinho, que que-

rele de seu inimigo, segurando-lhe as custas, a tal querela he nulla, e tem pena de taliaõ, *ibid. §. 4.* (e)

Inimigo para se lhe pôr contradita, ha de ser inimizade causada, antes que o feito fosse começado, ou causada depois do feito começado pela mesma testemunha, e não por aquella, cujo he o feito, *liv. 3. tit. 58. §. 8.* (f)

Inimigo póde civilmente profeguir a causa, que lhe pertence, quando pedio algum officio de seu inimigo por erros, *liv. 5. tit. 117. §. 2.* (g)

Inimigos

(a) Concordat alia Ord. *lib. 5. tit. 6. §. fin.*, ex quibus apertè constat, quòd inimici capitalis fides in ejus testimonio valdè infringitur, non tamen repellitur à testificando in his criminibus atrocioribus; sicut de Jure communi dispositum extat, decernendo, quòd inimicus capitalis omninò repellatur etiam in criminibus exceptis, utpotè Læse-Majestatis, simoniæ, falsitatis, & similibus, ut benè comprobant Gom. 3. *Var. cap. 12. sub n. 14.*, Farinac. *de Testib. q. 53. n. 5.*, Mascard. *de Probat. concl. 901. n. 2.*, Conciol. *in Resolut. crimin. verb. Testis, resolut. 1. n. 6.*, Escobar *de Purit. q. 12. §. 2. n. 3.*, PP. *Salman-ticenf. tom. 6. tract. 29. cap. 3. punct. 1. §. 1. n. 12.*, Calder. *dec. 18. n. 5.*, Matth. *de Re crimin. contr. 76. n. 19.*

(b) Inimicus repellitur ab accusando delinquentem, ut declarat hæc Ordinatio; nam ut accusatio sit licita, debet ex zelo justitiæ procedere, sed cum inimicus potiùs ob vindictam privatam, quàm ex zelo justitiæ accusare præsumitur, ideo ad accusationem admitti non debet; & hanc conclusionem firmiter tuentur Julius Clar. *in Prax. §. fin. q. 14. versic. Ulterius dixi*, Farinac. *in Prax. q. 12. n. 34.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. Repellatur, 7. de Accusat. n. 3.*, Valasc. *conf. 124. n. 4.*, Peg. *For. tom. 4. cap. 64. n. 27.*, PP. *Salman-ticenf. tom. 6. tract. 29. cap. 2. punct. 2. n. 35.*, qui tamen intelligunt, quando inimicitia est capitalis, ut in n. 36., & idem dicit Gom. *tom. 3. Var. cap. 12. n. 14.*, Farinac. *in Prax. q. 12. n. 45.*

Amplia 1. hanc conclusionem, ut non possit etiam accusare ille, qui cum inimico cohabitatur; Farinac. *d. q. 12. n. 38.*, & *sub n. 43.*, August. Barbof. *in d. cap. Repellatur, de Accusat. n. 1.* Amplia 2. ut non possit accusare inimicus de recenti reconciliatus; Gom. 3. *Var. d. cap. 12. n. 14.*, Farinac. *d. q. 12. n. 41.*, August. Barbof. *in d. cap. Repellatur, n. 4. & 5.*

Sed limita hanc conclusionem, quando quis profequitur suam, vel suorum injuriam, quia tunc ad accusandum etiam inhabiles admittuntur; Gom. *lib. 3. Var. cap. 1. n. 32.*, Jul. Clar. *§. fin. d. q. 14. versic. Volo etiam*, Farinac. *in Prax. crimin. d. q. 12. n. 57.*, Bovadilh. *in Politic. lib. 5. cap. 2. n. 18.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 3. diff. 44. n. 9.*; & ideo delatores, & denunciatores, qui per capitula adversus aliquem varia crimina Principi referunt, cum per hanc capitulationem inimici reputentur accusati, non possunt profequi accusationem nisi super illis criminibus, quæ ad eos tangunt, licèt de aliis in capitulis relatis Principis jussu inquisitio fieret; ut decimum testatur Phæb. *p. 1. arest. 122.*, & *p. 2. arest. 114.*, Peg. *tom. 1. ad Ord. lib. 1. rit. 1. ad rubr. n. 32.*, & nec justitiam adjuvare possunt; idem Phæb. *p. 2. arest. 115.*, & judicatum refert Peg. *ad Ord. d. n. 32. Quid autem se depositou causa? parece que ha de ser admittido, porque lhe toca o dimbeiro: cogita.* Ita notat hic Senator Themudo.

(c) Decernit hæc Ordinatio, non solum in crimine apostasiæ, sed etiam in aliis exceptis, utpotè Læse-Majestatis, falsæ monetæ, & falsitatis posse inimicum accusare delinquentem; quæ dispositio deviat à Jure communi, ut dispositum invenitur, quòd nec in istis criminibus exceptis potest inimicus admitti ad accusan-

dum; & solum ob bonum Religionis in casu hæresis admitti debet; ut tenet Farinac. *in Prax. q. 12. n. 39.*, PP. *Salman-tic. tract. 29. cap. 2. punct. 2. n. 35. tom. 6.*; sed nostra Ordinatio videtur conformari cum jure Hispano, ubi in criminibus exceptis admittitur etiam ad accusandum inimicus capitalis; de quo vide Bovadilh. *in Polit. lib. 5. cap. 2. num. 18.*

(d) Intellige hanc Ordinationem in casu, quo certa pœna est applicata Alguazelo, seu Maiorino; quia tunc etiam si sit inimicus, querelare potest; secùs tamen si nulla pœna ei fuerit applicata, ut tenet judicatum Mend. à Castr. *p. 2. lib. 5. cap. 2. sub n. 3.*; & ideo accusante quodam Maiorino hominem asportantem parvum archibusium, vulgò *Piffolete pequeno*, annullata fuit denunciatio, ex eo quia Maiorinus erat inimicus denunciati, & delatio archibusii non habebat pœnam illi applicatam, ut testatur Phæb. *p. 1. arest. 143.*

Nec etiam possunt isti Officiales contemplatione inimici aliquem denunciare, ex hacmet Ord. §. 4., *Leit. de Jur. Lusit. tract. 3. q. 7. n. 9.*, quod intelligendum est de contemplatione strictè sumpta; non verò de informatione, ut declarat idem Leit. *num. 8.* Et an ad obtinendum à Principe indulti gratiam necessaria sit venia, seu remissio horum officialium? negativè resolvit Portug. *de Donat. p. 2. cap. 18. n. 15.*, Larrea *dec. 27. n. 9.*, Valeron *de Transact. tit. 4. q. 7. n. 11.* Et an possint desistere ab accusatione, vel cum Reo transigere? negativè resolvit idem Portug. *d. cap. 18. n. 20.*, Valeron *d. q. 7. n. 14.*, Peg. *tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. §. 25. n. 103. & 104.*

(e) Probatur ex hac Ordinatione, quòd contemplatione inimici non possunt Officiales publici aliquem denunciare, ut supr. proximè notavimus; & talis denunciatio erit nulla, ut declarat eadem Ordinatio, & dicit Phæb. *p. 1. dec. 77. n. 6.*; nam si Officialis simili temeritate, vel calumnia denunciaverit, condemnabitur in expensis, ut de Promotore Episcopi dicit Mend. à Castr. *p. 1. lib. 2. cap. 12. n. 13.*, & *p. 2. lib. 2. cap. 12. n. 18.*

(f) Inimicitia affectata, vel procurata à parte non excludit testem; nec talis inimicus repellitur à testificando; ut tenet Mascard. *de Probat. tom. 2. concl. 858. n. 54.*, Farinac. *de Testib. q. 53. n. 64.*, Gom. *tom. 3. Var. cap. 12. num. 14. versic. Item etiam limita*; & in simili Guerreir. *de Recusat. lib. 4. cap. 2. n. 28.*; sed cum post litem cœptam poterit litigans affectare inimicitiam cum teste ad eum repellendum, ideo nostra Lex decrevit, quòd si talis inimicitia fuerit causata per litigantem, non potest repelli testis, quia talis inimicitia præsumitur affectata; si verò inimicitia fuerit causata à teste, tunc tamquam indubiè inimicus repellendus est à testimonio, ut declarat hæc Ordinatio. Quando autem inimicitia dicatur affectata, vel procurata per fraudem, arbitrio Judicis est remissum, Cœpol. *Caus. 4. versic. Sed hoc Judici committitur*; Farinac. *d. q. 53. n. 65.*

(g) Quamvis per hanc Ordinationem possit inimicus profequi causam civiliter ad auferendum inimico suo Officium, quod propter errores amisit, attamen non potest querelare de inimico propter ipsos errores in eodem

Inimigos da mulher não podem dar ajuda ao marido para a matar por adulterio; e serão punidos, posto que o marido se livre, *liv. 5. tit. 38. §. ult. (a)*

Inimigo do orfão não pode ser seu tutor, posto que seja dado em testamento, *liv. 4. tit. 102. §. 1. (b)*

INJURIA se faz em ausencia, *liv. 4. tit. 63. §. 1. e 7., e liv. 5. tit. 50. §. 2. (c)*

Injuria se reputa mayor, sendo feita em lugar público, perante alguns homens bons,

liv. 4. tit. 63. §. 1., e tit. 88. §. 5. (d)
Injuria póde demandar aquelle, de quem foi dito, que cometteo o crime de usura, ou simulação em algum contrato, se aquelle que o disse, o não provou, *liv. 4. tit. 67. §. fin., e tit. 71. §. fin (e)*

Injuriar a Justiça; vide verb. *Alevantar volta.*
Injurias verbaes conhecem dellas os Juizes Ordinarios, e de fóra, e as sentençaõ na Camara com os Vereadores, *liv. 1. tit. 65. §. 25. (f)*

Injurias

eodem Officio commissos, ut extat declaratum in Placito Senatus; apud Cost. de Styl. Assent. 8., & tenet judicatum Phæb. p. 2. arest. 142.

(a) Maritus ad interficiendam uxorem adulteram potest convocare amicos, ut supra notavimus in verb. *Homicidio, quando o marido o fixer a sua mulher &c.*, dummodò tamen non sint inimici ejusdem uxoris; quia cum inimicus semper præsumitur operare ad propriam vindictam, & non ex zelo Justitiæ, ut supra diximus in verb. *Inimigo capital, ainda em caso, em que vale testemunho de pessoa inhabil &c.*: ideo Lex in hac permissione occidendi semper excludit inimicum, ut constat ex hac Ordinatione, & ex alia in hocmet *lib. 5. tit. 49. §. 11.*

(b) Inimicus non potest esse Tutor, quamvis in testamento fuerit nominatus, ut decernit hæc Ordinatio; de quo vide Gutierr. de Tutel. cap. 21. ex n. 18., Altimar de Nullit. tom. 8. rubr. 2. & 3. q. 1. sect. 1. num. 816., Guerreir. tract. 3. de Dation. Tutor. & Curator. lib. 8. cap. 1. num. 21. & seqq.

(c) Absenti injuriam fieri posse deprehenditur ex Ordinatione in locis hic relatis, quod etiam expressè deciditur in *L. Item apud Labeonem, §. Convitium, ff. de Injur.*, & tenet Farinac. in *Prax. crimin. q. 105. n. 83.*, Gom. *lib. 3. Var. cap. 6. n. 2.*, Covarr. *lib. 1. Var. cap. 11. n. 4. versic. Erit verò advertendum*, Solorzan. de Jur. Indiar. tom. 2. *lib. 3. cap. 26. n. 118.*, Escobar de Purit. sanguin. p. 2. q. 3. ex num. 87., Gutierr. in *Prax. crimin. q. 122. per tot.*, Sabell. in *Sum. §. Injuria, sub n. 1. versic. Qualiter injuria*; Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. §. 25. n. 106.

Aliqui tamen ex Doctoribus relatis dicunt intelligi debere hanc conclusionem, quando contumeliosa verba in absentem prolata fuere eo animo, ut ad ejus notitiam pervenissent; nam si adversus aliquem absentem injuriosa verba quis dicat absque isto animo, dicitur detractio, & non injuria; Covarr. *ubi supr. d. versic. Erit verò*; Gutierr. *d. q. 122. n. 27.*, Raynald. *Rev. crimin. cap. 2. §. 5. n. 42.*, quem laudat Sabell. *supr. d. versic. Qualiter injuria*; Mend. à Castr. p. 2. *lib. 4. cap. 11. n. 7.*, Parlador. *Rev. quotidian. lib. 1. cap. 17. n. 45.*, Jul. Clar. §. *Injuria, n. 36.*

Et nota, quòd non solum contra absentem, sed etiam contra mortuum injuria fit, & potest persequi per hæredes, tamquam si adversus vivum facta fuisset; Arouc. in *L. In tantum 6. §. Religiosum 4. n. 14. in fin. ff. de Rev. division.*, Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. §. 25. n. 110., Farinac. in *Prax. q. 105. n. 85.*

(d) Gravior, seu atrox reputatur injuria, quæ fit in loco publico multis adstantibus, videntibus, & audientibus, utputa in foro, theatro, ludis publicis, & similibus; ex Text. in *L. Prætor edixit, §. Atroce, ff. de Injur.*, Text. in *§. Atrox, Instit. eod. tit.*, ubi notant omnes Institutarii; Gom. tom. 3. *Var. cap. 6. sub n. 4.*, Farinac. in *Prax. q. 105. n. 186. & 189.*, August. Barbof. ad Text. in *cap. Immutit 1. de Maledic. num. 4.*, Conciol. ad Stat. Eugub. *lib. 4. rubr. 43. n. 8.*, Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. §. 25. num. 154.

Et ideo etiam dicitur atrox injuria, quæ fit in conspectu Judicis pro Tribunali sedentis, vel Officium exercentis; ex Text. in *d. L. Prætor edixit, §. Atroce, versic. Nam in Prætoris conspectu, ff. de Injur.*, Gom. *ubi supr.*

d. n. 4., Farinac. *d. q. 105. num. 192. & seqq.*, Conciol. ad Stat. Eugub. *lib. 4. rubr. 43. n. 8.*, Cortiad. *dec. 236. n. 6.*, Peg. *ubi supr. n. 142.*, Cresp. de Valdaur. *observ. 2. n. 27.*; & in terminis istarum Ordinationum, propter injuriam, aliquo modo ex supra relatis, à donatario, vel à filio illatam adversus donatorem, vel patrem, potest revocari donatio, & exheredari filius, ut jam notavimus in verb. *Doação se revoga pela injuria, ou serimento &c.*; & verb. *Filho, que doestar a seu pay, ou mãy com palavras graves, e injurias &c.*

(e) Quando quis objicit, seu revellat delictum, quod sciri Reipublicæ interest, ab actione injuriæ excusatur; ex Text. in *L. Eum, qui nocentem, ff. de Injur.*, Farinac. in *Prax. q. 105. n. 226.*, Gom. tom. 3. *Var. cap. 2. n. 6.*, Mend. in *Prax. p. 1. lib. 4. cap. 11. n. 5.*, ideoque Lex ista permittit, quòd quis sub spe indulgentiæ manifestare possit usurarium contractum ab alio celebratum cum eodemmet accusatore, dummodò tamen ipsam usuram probet; si enim in probatione deficiat, poterit ab accusato actione injuriarum in judicio experiri, ut declarat hæc Ordinatio, & comprobatur Farinac. *d. q. 105. n. 232.*, Portug. de Donat. p. 2. *cap. 18. n. 17. & 18.*, quæ injuria cum sit in judicio facta, tamquam atrox reputatur, ut manet probatum supr. proximè.

(f) Injuria non solum dicitur verbalis, quæ dicitur verbo tenus, sed etiam illa quæ scribendo fit, ex eo quia scriptura etiam loquitur; ex Text. in *L. Non figura 37. ff. de Obligat. & Action.*, Farinac. in *Prax. crimin. q. 105. n. 4.*, August. Barbof. ad Text. in *cap. Cum te 23. de Sentent.*, & *re judic. n. 2.*, & in *cap. 1. de Injur. & damn. dat. n. 3.*, Mend. à Castr. p. 2. *lib. 4. cap. 11. n. 5.*, Thom. Vaz alleg. 64. n. 10. Quomodo autem, & quibus verbis injuria alicui fiat, consule Farinac. *q. 105. inspect. 4. per tot.*, ubi latissimè Peg. tom. 5. ad Ord. in *Commentar. ad hunc §.*, qui ferè omnia laboriosissimè collegit; & omninò vide Berlich. p. 4. *concl. 59. per tot.*

Hæc actio injuriarum debet intentari intra annum, quia hoc spatio transacto, præscribitur dicta actio, ex Text. in *L. Si non convitii 5. Cod. de Injur.*, Farinac. in *Prax. q. 10. n. 21.*, Antonel. de Tempor. legal. *lib. 2. cap. 82. n. 29.*, Guazin. de Defens. Reor. *def. 2. cap. 2. n. 55.*, Cardos. in *Prax. verb. Injuria, n. 20.*, Conciol. ad Stat. Eugub. *lib. 4. rubr. 2. n. 1.*, & *rubr. 43. num. 14.*, Peg. in *Commentar. ad hunc §. glos. 27. n. 238.* Ad verb. *E as sentençaõ na Camara com os Vereadores*; concordat Ord. lib. 1. *tit. 66. §. 5.* Et vide sequentem Notam Senatoris Thom. Pinheir. da Veiga, Ibi: Com os Vereadores: *Logo será nulla a sentença, sendo dada pelo Juiz, e hum Vereador, e o Procurador, como se julgou em huma Glosa do Chancellér, em Abril de 1612. Idem em ambos os Juizes, e Vereador: antes parecia que devem assistir todos ex versic. sequenti, ibi: Se algum delles; e porque he lugar sem appellação, nem agravio; mas isto se não asentou.* Et ita etiam judicatum vidisse testatur Peg. tom. 5. ad Ord. in *Commentar. ad hunc §. glos. 28. n. 16.*

Et nota, quòd dum processus formatur in eo, scribit Tabellio Judicialis coram Judice, qui eum post conclusum ipsi Judici remittit; Judex autem sententiam profert in Camara cum Decurionibus, & post sententiam latam revertitur processus ad Tabellionem Judicalem,

Injurias verbaes não tem appellação, nem aggravo até quantia de seis mil reis, *liv. 1. tit. 65. §. 25. (a)*

Injurias verbaes ditas a Fidalgos, ou Cavalheiros, ou a suas mulheres, ou sobre segurança, despacha o Juiz per si, e tem appellação, e aggravo, *ibid. §. 26. (b)*

Injurias verbaes ditas a algum Official de Justiça, tem appellação, e aggravo, *ibid. (c)*

Injuria feita a Clerigo se póde demandar no Juizo Ecclesiastico, ou secular, *liv. 2. tit. 9. §. 3. (d)*

Injuria feita pelo filho a seu pay, *liv. 4. tit. 88. §. 5. (e)*

Injurias verbaes não podem ter mayor condemnacão do que até a quantia de seis mil reis; e a mayor quantia he havida por nulla, *ibid. §. 25. (f)*

Injuria de qualidade, que provada não pertenceria á Camara, se depois não se mostra pela inquirição, despacha o Juiz na Camara sem appellação, *ibid. §. 27.*

Injuria póde cada hum demandar em caso de que podia querelar, posto que não querele, *liv. 5. tit. 117. §. 21. (g)*

Injuria

lem, ut declarat Ord. *lib. 1. tit. 71. §. 4.* Nota etiam, quod nec Monetarii, nec ceteri alii privilegiati, in his injuriis verbalibus habent alium Judicem privativum præter Decuriones, ut tradit judicatum Phæb. *part. 2. avest. 99. versic. Unum autem.*

Sed quid in Extraneis à Regno, qui habent Judices conservatores? vide sequentem Notam Senatoris Oliveira: *Ad §. 25. ; nota, que nem o Moedeiro, nem outro algum Privilegiado póde declinar para o seu Conservador, Phæb. avest. 99. p. 2. versic. Unum autem: sed cogita; porque quanto aos Conservadores dos Estrangeiros, parece que não se póde praticar o Aresto, por lhe serem concedidos em contratos de Pazes sem declaração alguma.* Et nec etiam Clericus in minoribus declinare potest, Thom. Vaz *alleg. 55. n. 14.* Nec privilegiati dos Estancos, ut tenet judicatum Peg. *tom. 5. in Comment. ad hunc §. glos. 28. n. 13.*

(a) Concordat Ord. *lib. 1. tit. 58. §. 26.* Ad verb. *Não tem appellação, nem aggravo;* vide Thom. Vaz. *alleg. 64. n. 10., Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 7. disp. 19. n. 13. versic. In his tamen.* Non tamen tollitur recursus ad Regem, si denegetur appellatio; ut ex Cabed. *p. 2. dec. 60. n. 4.* tenet idem Fragos. *loc. citat.,* ubi etiam dicit hunc recursum solummodo devolvere cognitionem, non tamen suspendere executionem. Ad verb. *Até a quantia de seis mil reis;* de jure communi injuriarum pœna est arbitraria, ut dicit Cyriac. *contrav. 26. num. 51.,* attamen ex Constitutione municipali cujuscumque Provintiae, aliqua certa pœna decerni potest, Cortiad. *dec. 99. n. 22.*

In nostro autem Regno per dispositionem hujus Legis pœna injuriæ verbalis non potest excedere quantitatem sex mille nummorum; & si excesserit revocatur sententia in excessu; Thom. Vaz *alleg. 64. n. 11., Fragos. de Regim. Reip. d. disp. 19. num. 13. versic. In his tamen,* Mend. à Castr. *p. 2. lib. 4. cap. 11. n. 1.;* & ultra relatam pœnam pecuniariam non potest imponi pœna capturæ per aliquot dies, ut tradit judicatum Cabed. *p. 1. dec. 73. n. 6.,* nec pœna recantandi palynodiam, de qua agit Peg. *tom. 5. ad Ord. lib. 1. in Comment. ad hunc §. n. 210.,* ubi supponit hanc pœnam esse in usu, quod de jure non probatur, nec in pratica servatur; quia dicta pœna palynodiæ de alio non servit, quam de nova injuria injuriato inferenda; nam si unus, aut duo tantum noverant fuisse aliquem de crimine notatum, per recantationem palynodiæ omnibus patefit; Bajard. *ad Clar. §. Injuria n. 47.,* Farinac. *in Prax. crimin. q. 105. num. 73.,* Parlador. *Ret. quotidian. lib. 1. cap. 17. n. 24. & 46.,* Covarruv. *lib. 1. Var. cap. 11. n. 4.,* & ibi Faria *n. 27.,* Salgad. *de Reg. protect. p. 2. cap. 4. n. 169 & 172.,* Gratian. *For. dec. 195.,* Fontanel. *de Pact. nupt. rom. 2. claus. 5. glos. 1. p. 1. n. 106.*

In Regnis autem ubi servatur, non potest imponi talis pœna decantandi palynodiam Nobilibus, Militibus, Doctoribus, Licentiatis, & Clericis; Farinac. *ubi supr. n. 72. & 73.,* Parlador. *d. cap. 17. num. 26. & 31.,* Gutierr. *Pract. lib. 4. q. 19. n. 5. 6. & 7.,* Salgad. *de Reg. protect. d. cap. 4. n. 169.,* & *p. 4. cap. 12. à n. 108.,* Ayllon *ad Gom. lib. 3. Var. cap. 6. n. 3. versic. Quod ille;* Faria *ad Covarruv. lib. 1. Var. cap. 11. n. 28. 29. & 30.*

(b) Ad verb. *A Fidalgos, ou Cavalheiros;* vide Thom. Vaz *alleg. 64. n. 11. in fin.,* Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. lib. 7. disp. 19. n. 13. versic. In his tamen, in fin.* Et extende hanc dispositionem ad Doctores; nam isti æquiparantur Fidalgis, & Equitibus, ut patet ex Ord. *lib. 3. tit. 29., & tit. 59. §. 15.*

Extende etiam ad Advocatos; quia injuria eis facta reputatur atrox, ut tenet Peg. *in Comment. ar. ad hunc §. glos. 27. n. 159. & glos. 28. n. 6.,* ubi refert judicatum; injuria enim ratione personæ reputatur atrox; ut tenent omnes Institutarii ad Text. *in §. Atrox, Instit. de Injur.* Ad verb. *Ou a suas mulheres;* quia uxor gaudet omnibus privilegiis, & honoribus, quibus gaudet maritus; ex *L. fin. Cod. de Nuptiis, Solorzan. de Jur. Indiar. lib. 2. cap. 13.,* Barbof. *in L. Cum te, Cod. de Nupt. n. 4.,* latissimè Cortiad. *dec. 144. à n. 9.* Ad verb. *Ou sobre segurança;* intellige, hanc securitatem esse illam, quam quis timens ab aliquo injuriari petit à Judice, ut eum protegat, in terminis Ord. *lib. 3. tit. 78. §. 5.,* & Judex supplicationi annuens, illi securitatem concedit, secundum Ord. *lib. 5. tit. 129. in princip.;* & si postea pars injuriam in eum irrogat, dicitur rumpere salvaguardiam, quod est delictum atrox; ut cum pluribus tenet Cortiad. *dec. 35. n. 92.*

(c) Injuria facta Officiali Justitiæ atrox reputatur, ut patet ex hac Lege; quod tamen intelligi debet, si injuria facta sit contemplatione Officii, secus si ei inferatur, tanquam personæ private; Farinac. *in Prax. crim. q. 17. à n. 39.,* Cortiad. *dec. 94. à n. 44.* Et hæc injuria facta contemplatione Officii non potest remitti ab Officiali; quia cum dicatur facta Regi, non potest tolerari, etiam ipso Officiali volente; Farinac. *in Prax. q. 105. n. 162.* Et quando dicatur facta ratione Officii, seu quibus conjecturis hoc probetur; vide latè Cortiad. *dec. 102. à n. 22.* Et de injuria Regio Ministro facta, vide notata in verb. *Actos farão os Julgadores das injurias, que lhe fazem, &c.*

(d) Vide quæ supra notantur ad hanc Ordinationem in verb. *Clerigo de Ordens Sacras, ou Religioso, ou Beneficiado, sendo ferido, espancado, ou injuriado, &c.* Et nota, quod injuria facta Sacerdoti reputatur atrox; ex Text. *in L. Atrocem, Cod. de Injur.,* Farinac. *in Prax. q. 105. n. 195.,* August. Barbof. *in Auth. Sed novo jure, Cod. de Episcop. & Cleric. n. 4.,* Cortiad. *dec. 100. n. 11.,* Valenzuel. *conf. 142. num. 71., & seqq.,* Peg. *tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. §. 25. glos. 27. num. 146.*

(e) Vide supra notata verb. *Filho, que doestar a seu pay, ou mãy com palavras graves, e injurias, &c.*

(f) Vide supra verb. *Injurias verbaes não tem appellação, nem aggravo até a quantia de seis mil reis.*

(g) Si injuriatus quis fuerit tam gravi injuria, ut possit querelare, & tamen non querelaverit, poterit ordinariè adversus injuriantem accusationem prosequi, ut declarat Ordinatio in hoc §., quod etiam dispositum extat in §. 1. hujus tit. Sed hæc dispositio limitatur in casu homicidii, quod non potest accusari, nisi prius accusatio per viam querelæ proponatur, ut declarat eadem Ord. *§. fin.: & limitatur etiam in casu Ord. lib. 5. tit. 2. §. 4. & tit. 27. §. 3., & tit. 20. §. 3.*

(a) Vide

- Injuria se julga contra o Official, que fazendo execução a algum homem de qualidade, lhe vay a casa tomar penhores, tendo outros bens fóra, *liv. 3. tit. 86. §. 12.* (a)
- Injuria feita em casa de jogador, que dá tabolagem, não póde por elle ser demandada, *liv. 5. tit. 82. §. 5.* (b)
- Injuria de palavra feita por Fidalgo, ou Cavalleiro, ou Escudeiro d'El-Rey, ou dos Grandes, ou Prelados, se castiga, posto que o queixoso desista della, ou a perdoe depois de dadas suas inquiriçoës, *liv. 1. tit. 65. §. 30.* (c)
- Injuria feita a pessoa com quem traz demanda, haverá pena crime e civil em dobro, que houvera, se com elle não trouxe-
- ra demanda, e faz perder todo o direito, que na demanda pudéra ter, *liv. 5. tit. 42.*
- Injuria feita ao procurador, que contra elle requer, tem a pena em tresdobro, assim civil, como crime, que houvera, se com elle não trouxera demanda, *ibid. §. 1.* (d)
- Injuria feita aos Officiaes de Justiça, como Desembargadores, ou outros inferiores, naquillo que fosse de seu Officio, com palavras injuriosas, tem pena de degredo para Africa por dez annos, *liv. 5. tit. 49.* (e)
- Injuria feita a algum Julgador sobre cousa de seu Officio, assim em juizo, como fóra delle em sua presença, elle mesmo he Juiz della, *liv. 5. tit. 50.* (f)

Inju-

(a) Vide notata in verb. *Execução, quando se faz, se pede de fóra pelo Official o penhor &c.*

(b) Vide latissimè, & omninò de materia hujus Ordinationis Farinac. in *Prax. crimin. q. 109. ex n. 137.*, Gu-tierr. *lib. 2. Canonic. quest. cap. 6. n. 156.*, Ægid. in *L. Ex hoc jure, p. 1. cap. 7. n. 44.*

(c) Disponit hæc Ordinatio, quòd etiam si injuriatus à nobilibus, de quibus illa loquitur, desistat ab accusatione, vel injuriam remittat, non liberabitur ipse nobilis injuriam faciens; sed Judex ex Officio condignam pœnam adversus illum imponere debet; quæ dispositio notabilis videtur; nam de jure semel remissa injuria, ampliùs accusatio instaurari non debet; Olea de *Cess. jur. tit. 8. q. 1. n. 22.*, Barbof. in *L. 2. p. 1. n. 107. ff. de Solut. matrim.*, Portug. de *Donat. p. 2. lib. 1. cap. 18. num. 121.*, Cortiad. *dec. 35. à num. 95.*, Cald. in *L. unic. Cod. Ex delict. defunct. p. 1. n. 50. versic. Dicitur autem, & n. 94.*, Gratian. *For. cap. 140. num. 13.* Et parti ab accusatione desistenti nihil applicari debet; & tamen in hac Ordinatione jubetur applicari pœna injuriato; quæ dispositio adversari videtur alteri Ord. *lib. 5. tit. 117. §. 19.*, ubi decernitur, quòd injuriato accusationem non prosequenti applicari non debet pœna injuriæ satisfactoria; quod etiam comprobatur ex Ord. *lib. 5. tit. 124. §. 15.*

Hæc antinomia cum occurrisset in Senatu, conciliatæ fuerunt per Senatores relatæ Ordinationes in quodam Placito, quod est in *lib. 2. Archiv. Dom. Supplicat. fol. 5. vers.* Cujus tenor sequens est. „ Aos 22. dias do „ mez de Fevereiro de 1721. na Meza grande da Rela- „ ção, em presença do Senhor Antonio de Basto Perei- „ ra, do Conselho de Sua Magestade, seu Secretario, „ Conselheiro de sua Fazenda, Chancellér da sua Casa da Supplicação, que serve de Regedor das Justiças, se disse que por alguns Ministros da mesma Casa se praticava nos feitos crimes condemnar os RR. na emenda, e satisfação dos offendidos, ainda quando estes tinhaõ sido lançados das accusaçõs, pelas não quererem seguir, fundando-se os taes Ministros na disposiçãõ, e generalidade da Ord. *liv. 5. tit. 137. §. 2.* no fim, versic. *Porém quando*; aonde se deixou no arbitrio dos julgadores o poderem applicar as penas pecuniarias às partes offendidas, posto que não accusassem, nem o requereessem; sendo que a dita Ordenação devia restringir-se, e limitar-se contra os offendidos, que como reveis tiveessem sido lançados de partes, na fórmula das Ordenaçõs do mesmo *liv. 5. tit. 117. §. 19.* no versic. *E posto que*; e do *tit. 124. §. 15.* no versic. *E sendo outra vez*; ficando sómente exceptuado da limitação o caso, de que falla a Ord. do *liv. 1. tit. 65. §. 30.*, porque a mesma Ley o exceptuára. E para que assim se observasse sem diferentes intelligencias, era conveniente fazer-se Assento sobre

esta materia. E pelos Desembargadores dos Aggrados, vos abaixo assignados, vendo as referidas Ordenaçõs, se assentou uniformemente, que nenhuma implicancia tinhaõ entre si; e que aos reveis verdadeiros, de que fallavaõ os Titulos 117. §. 19., e 124. §. 15., nos versiculos apontados, se não deviaõ applicar condemnaçõs de emenda, e satisfação, estando nos termos dos mesmos §§., em que se limitou a regra constituida no *tit. 137. §. 2. versic. Porém quando*, do proprio *liv. 5.*; e que só se sublimitava a dita limitação no caso do sobredito §. 30. do *tit. 65. liv. 1.* E para não vir mais em dâvida a intelligencia das referidas Ordenaçõs, e se observarem nesta conformidade, por todos se fez este Assento, que assignaráõ com o dito Senhor Chancellér em Lisboa Oriental a 22. de Fevereiro de 1721. Como Regedor Basto. Doutor Carvalho. Sardinha. Doutor Abreu. Galvão. Bonicho. Freitas. Rego. Alvim. Almeida. Tavares. Athayde. Doutor Ferreira. Cardeal. Et vide Cald. in *L. unic. Cod. Ex delict. defunct. p. 1. à n. 37.*

(d) Vide Cabed. *p. 1. dec. 214. n. 5.*, Phæb. *p. 2. arest. 103. versic. Ex bis.*

(e) Vide notata in verb. *Actos fazaõ os Julgadores das injurias, que lhes fazem, &c.*

(f) Judex pro injuria sibi illata ratione Officii potest contra injuriantem procedere, & illum punire, quia in hoc casu non est Judex in suo negotio, nec in sua causa judicat, sed uti alius procedit, & condemnat, tamquam executor juris; Farinac. in *Prax. crim. q. 17. n. 46.*, Cancr. *p. 2. Var. cap. 2. n. 253.*, Bovadilh. in *Polit. lib. 2. cap. 21. n. 83.*, & *lib. 3. cap. 1. n. 33. & 36.*, Carlev. de *Judic. tit. 1. disp. 2. n. 798.*, Conciol. in *Resolut. crimin. verb. Judex resolut. 7. n. 1.*, & ad *Statut. Eugub. lib. 4. rubr. 30. n. 10.*, Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. lib. 4. disp. 10. §. 2. n. 157.*, Altimar de *Nullit. sent. rubr. 9. q. 20. n. 74.*, Guerreir. de *Recusat. lib. 3. cap. 15. ex num. 20.*, Calder. *p. 2. dec. 69. n. 1.* Et si post latam à Judice sententiam Reus velit acta impugnare, poterit ipse Judex tamquam pars prosequi causam; Phæb. *p. 1. arest. 129.*

Et nota, quòd licet delinquens aliqua exemptione, seu privilegio fori gaudeat, poterit Judex offensus, non obstante tali exemptione, seu privilegio, adversus illum injuriam vindicare; quia quando jurisdictione cujuscumque Judicis offenditur, ut in casu resistentiæ, vel in exercicio sui Officii, resistens vel offendens punitur à Judice offenso, etiam si sit incompetens ipse Judex; Merlin. *Centur. 2. controv. 71. n. 8.*, Guazin. de *Defens. Reor. defens. 5. cap. 9. n. 17.*, Cortiad. *tom. 1. dec. 27. n. 12.*, Altimar de *Nullit. sentent. rubr. 9. q. 20. n. 86.*, Calder. *dec. 81. num. 12.*; & probatur etiam hæc conclusio ex Ord. *lib. 3. tit. 24.*, ubi prohibetur Judicibus cognoscere de causis suorum Officialium, & tamen de injuria eis illata cognoscere

Injuria feita ao Julgador em sua ausencia, tem a mesma maneira, que a que he feita, sendo presente, e manda elle fazer acto disso do dia, que he vindo á sua noticia, até tres dias; e não o fazendo no dito tempo, não o poderá mais fazer, mas poderá demandar sua injuria como qualquer do povo, *liv. 5. tit. 50. §. 2. (a)*

Injuria feita ao Julgador, não por razão de seu Officio, mas por causa de inimidade antiga, se faz saber a El-Rey para a mandar castigar, *ibid. §. 3. (b)*

Injuria feita ao Official de Justiça, que não he Julgador, como he, Alcaide, Meiri-

nho, ou seu homem, ou Taballião, Escrivão, ou Porteiro, se faz summario de testemunhas, citada a parte, e se castiga, *ibid. §. 4. (c)*

Injurias feitas, ou ditas aos Rendeiros d'El-Rey, ou Officiaes da Fazenda sobre a arrecadação, ou sobre o Officio, conhece dellas o Juiz dos Feitos da Fazenda por acção nova no districto da Côrte: e quando vierem d'ante algum Contador, ou Almojarife, conhece por appellação; porém sendo tratadas perante Julgadores Ordinarios, pertence a appellação aos Ouvidores do Crime, *liv. 1. tit. 10. §. 12. (d)*

Inju-

gnoscere tenentur, & injuriantem punire, *Guerreir. de Recusat. lib. 3. cap. 15. n. 37.*, *Carleval de Judic. tit. 1. disp. 2. sect. 4. n. 478.*, ubi ita dicit respectu militis, qui in hoc casu privilegio fori non gaudet, *Calder. d. dec. 81. n. 13.*; & apud Nos extat declaratum per Legem Extravag. transcriptam in *Ord. lib. 5. tit. 48. Coll. 1. n. 1.*

Quid autem in Equite Ordinis Militaris, an in hoc casu illi pro fit exemptio, seu privilegium fori? affirmative resolvendum est, ex rationibus adductis à Calder. *dec. 81. ex n. 31. & seqq.* Et quid in Clerico, an Judex secularis possit illum punire propter offensam, seu resistantiam ab eo factam: negative multis citatis ostendit Cortiad. *dec. 35. n. 41.* contra alios contrarium asserentes, *Calder. d. dec. 81. n. 31. & 32.*; potest tamen in actu offensiois, vel resistantiæ illum capere, & statim remittere ad Judicem Ecclesiasticum, ut supra notavimus in verb. *Clerigos, ou Beneficiados achados em fragante delicto, podem ser presos pelas Justiças seculares.*

Adverte tamen, quod si injuria, seu offensio facta fuerit Judici in loco, in quo est Superior ipsius Judicis, tunc offensio non poterit esse Judex; sed Superior suscepta cognitione causæ pronuntiabit, ut declarat hæcmet *Ord. in §. 1.*, *Fragos. de Regim. Reip. part. 1. lib. 4. disp. 10. n. 158.*, *Gabr. Per. de Man. Reg. in princip. resol. 47.* Et Superior Judicis dicitur ille, qui cognoscit de appellatione, vel gravamine, secundum *Ord. lib. 3. tit. 10. in princ.*; sed limitatur in Auditoribus Donatariorum, qui etiam si cognoscant per appellationem, non tamen dicuntur Superiores ad effectum cognoscendi de injuria facta Judici, ut tenet *Cabed. p. 1. arest. 71.*, *Peg. tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 35. §. 8. pag. 124. n. 15.*

Hanc verò Ordinationem procedere tantummodò de æquitate, & non de rigore juris, dum jubet remittere acta Superiori, tenent *Cunh. ad tit. de Jur. Fisc. n. 87.*, *Clar. §. fin. q. 36. n. 26.*, *Castan. in Consuetud. Burgund. rub. 1. §. 7. n. 10. & 34.*, bene *Guid. Pap. dec. 557. per tot.*

Dubium verò in hac materia est, an Judex, qui causarum civilium cognitionem tantummodò habet, possit punire injuriam ratione Officii sibi factam? affirmative resolvunt *Merlin. Centur. 2. contr. 71. n. 22. & 25.*, *Peg. tom. 7. ad Ord. lib. 1. tit. 87. §. 48. glof. 50. n. 2.*, *Guerreir. de Muner. Judic. Orphan. tract. 5. de Process. civil. & crim. lib. unic. cap. 1. n. 14.*, & in tract. de *Recusat. lib. 3. cap. 15. n. 26. & 27.* Et nota, quod in casu hujus Legis Judex offensio non potest recusari ex capite, seu ratione, quod nemo potest esse Judex in causa propria, ut defendit *Guerreir. de Recusat. d. cap. 15. ex n. 31.*; quia cum Judex offensio teneatur appellare suam sententiam ad Superiorem, potest ipse Superior in gradu appellationis arbitrium Judicis offensio moderare, si fortè justitiam excefferit; *Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 4. disp. 10. §. 2. n. 158. versic. Nec obstat.*

(a) De injuria absenti facta, vide quæ supra notavimus verb. *Injuria se faz em ausencia.* Ad verb. *E manda elle fazer acto &c.*, vide *Leit. de Jur. Lusit. tract. 3. de Inquisition. q. 3. n. 55.*

(b) Licet Judex possit punire injuriam sibi factam ratione Officii, ut supra late ostendimus in verb. *Injuria feita a algum Julgador sobre consa de seu Officio &c.*; attamen, quando injuria ei fit tamquam personæ privatæ, non potest tunc punire injuriantem, quia in tali casu dicitur Judex in causa propria; *Conciol. in Resolut. crim. verb. Judex, resol. 7. n. 1.*, & *ad Stat. Eng. lib. 4. rubr. 30. num. 10.*, *Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 4. disp. 10. §. 2. num. 256.*, *Cancer. p. 2. Var. cap. 2. n. 254.*, *Altimar de Nullit. sent. tom. 1. rubr. 9. q. 20. n. 92.*; ideoque decernit hæc Ordinatio, quod hæc injuria facta Magistratui ex causa particularis inimicitæ referatur Regi, ut adversus delinquentem condignam punitionem decernere valeat; de quo vide *Calder. dec. 69. n. 3.* Quando autem injuria intuitu Officii, seu ex causa particulari illata censeatur; vide latissimè *Cortiad. dec. 102. à n. 22.*, *Guerreir. de Recusat. lib. 3. cap. 15. à n. 44.*

Quid autem si quis Judici dixerit, quod si togam, vel virgam non deferret, aliter illi respondisset; & Judex replicet, dicendo se insignia Officii deponere, posteaque ad rixam deveniant, & in illa Judex offendatur, an, & qua pœna puniatur offensio? vide *Giurb. observ. 8.*

(c) Judex non solum potest cognoscere de injuria sibi illata ratione Officii, sed etiam de illa quæ infertur Officialibus Justitiæ, veluti Apparitoribus, Notariis, Maiorinis, Tabellionibus, Nunciis, & similibus; quia hæc injuria facta Officialibus ipsi Judici facta censetur; *Bovadih. in Polit. lib. 3. cap. 1. num. 33.*, *Fragos. de Regim. Reip. part. 1. lib. 4. disp. 10. n. 159.*, *Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. §. 25. n. 134.*, *Guerreir. de Recusat. lib. 3. cap. 15. n. 25.* In non tamen casu debet Judex audire partem, ejusque defensiones recipere, *Phæb. p. 2. arest. 183.*

Amplia 1. dispositionem hujus Ordinationis, ut procedat etiam in injuria facta Amanuentibus Notariorum, seu Tabellionum, vulgò *Escreventes* *Phæb. p. 2. arest. 169.* Amplia 2. in Receptoribus Sifarum, ut patet ex *Regimin. Si ar. prop. fin. versic. E porque sou informado*; ut notat *Fragos. d. disp. 10. n. 160.* Amplia 3. in Partitoribus Sifarum; quia ad effectum hujus Legis reputantur tamquam Judices Ordinarii, ex *Regim. Incapitationum Sifarum, cap. 64.* Amplia 4. nos *Mistres da Camara*, dum ministerium suum exercent, *Phæb. d. p. 2. arest. 169. versic. Vidi aliquando.* Amplia 5. in Cursoribus deferentibus mandata Judicum ob bonum Justitiæ expedita, qui vulgò dicuntur *Caminheiros*, *Phæb. p. 2. arest. 147.*

Limita tamen 1. in Advocatis, quia non dicuntur Officiales Justitiæ; *Cabed. p. 1. dec. 214. n. 5.*, *Phæb. p. 2. arest. 103.*, *Fragos. de Reg. Reip. p. 1. disp. 10. n. 160.* Limita 2. in Partitoribus Orphanorum, *Phæb. p. 1. arest. 114.* Limita 3. in Publicanis reddituum Regalium, seu Reipublicæ, idem *Phæb. p. 2. arest. 147. in fin.*

(d) Concordat *Ord. lib. 2. tit. 63. §. fin.*, *Regim. Reg. Patrim. cap. 149.* Ad verb. *E quando vierem d'ante algum Contador &c.*; quia isti Calculatores Regii patrimonii possunt cognoscere de injuriis, quæ fiunt publicanis, ut declaratur in *Ord. lib. 2. tit. 63. §. 3.* Dubitatum tamen fuit,

Injuria póde demandar a parte ao que contra elle arrancou arma no Paço, ou na Côrte, posto que pelo dito arrancamento pague outras penas, *liv. 5. tit. 39. §. fin.*

INNOVAR não póde o Juiz, pendendo a appellação, *liv. 3. tit. 73. (a)*

Innovar, ou mandar coufa alguma, não póde o Julgador, durando a dilação, salvo

no que pertencer a ella mesma, *liv. 3. tit. 54. §. 15. (b)*

INQUEREDOR; vide verb. *Enqueredor.*

INQUIRIÇÕES judiciaes sobre casos de morte, aleijaõ, ou ferimento do rosto com deformidade, ou de furto, que provado mereça pena de morte, as devem tirar por si os Julgadores, *liv. 1. tit. 86. §. 3. (c)*

Inqui-

fuit, an iidem Calculatores possint cognoscere de injuriis factis Officialibus inferioribus, in terminis Ord. *lib. 5. tit. 50.*, & judicatum fuit, quod non; ut notat hic Senator Pinheiro da Veiga. Ad verb. *Conhece por appellação*; concordat Ord. *hoc lib. tit. 14. §. fin.* Ad verb. *Perante Julgadores Ordinarios*; vide Costa in *Styl. Dom. Supplic. Assent. 41. pag. 137.*

(a) Appellatione pendente, nihil innovari posse decidit ista Ordinatio; & de hac regula vide Lancelot. *de Attentat. p. 2. cap. 12.*, Valenzuel. *conf. 7. à n. 20.*, & *conf. 32. n. 87.*, Cancr. *p. 3. Var. cap. 19. à n. 45.*, Posth. *de Manur. observ. 8. à n. 53.*, August. Barbof. *in cap. fin. n. 27. de Appellat.*, Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 21. à n. 18.*, Mend. à *Cast. p. 2. lib. 3. cap. 21. n. 1.*, Leit. *de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 8.*

Intellige prædictam regulam, ut procedat, non solum quando appellatio est jam interposita, sed etiam durante termino ad appellandum, quia adhuc nihil innovari potest; Castilh. *tom. 8. Controvers. cap. 8. n. 2. in fin.*, Posth. *de Manur. observ. 12. n. 134.*, ubi innumeras refert Rotæ Romanæ decisiones; August. Barbof. *in cap. Non solum 2. de Appellat. in Sext.*, Conciol. *alleg. 36.*, Cortiad. *dec. 22. n. 31.*, Altimar *de Nullitat. sentent. rubr. 9. quest. 45. n. 7.*, Mend. à *Cast. part. 1. lib. 2. cap. 11. n. 16.*, Peg. *For. cap. 15. n. 37.*, Sylv. *ad Ord. lib. 3. tit. 68. ad rubr. artic. 9. n. 24.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 8. cap. 14. n. 3.*

Intellige 2., ut habeat locum etiam in casu, quo appellatio non recipitur, sed tantum scribi jubetur, ut tenet judicatum Peg. *For. cap. 15. n. 38.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. d. cap. 14. n. 8.*, Sylv. *ad hanc Ord. in princ. n. 1. 4. 5. & 6.*

Intellige 3., ut locum etiam habeat, pendente dubio, an sit, necne appellationi deferendum; quia adhuc revocatur quicquid innovatum est, pendente dicto dubio; Mascard. *de Probation. concl. 148. n. 14.*, Salgad. *de Reg. protecl. p. 1. cap. 7. n. 27.*, Faria *ad Covarr. Practic. cap. 23. sub n. 13.*, Fontanel. *dec. 313. n. 33.*, Hontalb. *de Jur. superven. q. 25. n. 4.*, & in simili tenet Cortiad. *dec. 22. ex n. 13.*, & *n. 58.*

Intellige 4., ut appellatione deserta, possint revocari omnia, quæ ante desertionem appellationis innovata fuere; Salgad. *de Reg. protecl. p. 1. cap. 7. n. 29.*; sed contrarium tenet idem Salgad. *de Libert. Benefic. artic. 16. n. 30. 31. & 32.*, Sperell. *dec. 85. n. 5. & seq.*, Hontalb. *de Jur. supervenient. q. 25. n. 10.*, Sabell. *in Sum. §. Attentatum, num. 12.*; quia per desertionem appellationis sententia transit in judicatum, & post litem finitam per transitum sententiæ in rem judicatam non revocantur attentata; Actolin. *resol. 45. n. 30. & 31.*, Begnudell. *in Bibliothec. jur. tom. 1. lit. A, in Prax. attentat. n. 2.*, Salgad. *d. artic. 16. à n. 32.*, Scacc. *de Appellat. q. 15. n. 70. in fin.*

Limita tamen 1. suprapositam regulam, ut non procedat, quando clarè & evidenter constat appellationem interpositam esse frivolum & injustam; quia tunc non revocantur quæ innovata fuerint coram JUDGE à quo, post interpositionem talis appellationis; Cancr. *p. 1. Var. cap. 17. n. 58. versic. Rota Romana*; Fontanel. *dec. 313. n. 20.*, August. Barbof. *in cap. fin. de Appellat. n. 34.*, Lancelot. *de Attentat. p. 3. cap. 24. q. 31. n. 8.*, Vela *dissert. 41. n. 6.*, Cabed. *p. 2. dec. 15. n. 18.*

Adverte tamen, quod hæc evidentia, seu notorietas injustitiæ appellationis, ad hoc ut attentata non revocentur, debet constare per confessionem vel rem judicatam, & non ex aliis probationibus; quia si lis pendet indecisa, semper attentata revocantur, quamvis prætendatur constare de non jure; sufficit enim, quod exceptio non juris indigeat discussione, ad effectum ut

non retardet revocationem attentatorum; Lancelot. *de Attentat. part. 3. cap. 24. q. 1. n. 62.*, & *n. 64.*, Gratian. *For. dec. 70. n. 22.*, Fontanel. *dec. 313. n. 37. & 38. p. 2.*, August. Barbof. *in cap. fin. de Appellat. n. 34.*

Limita 2., ut non procedat in appellatione extrajudiciali; quia regulariter innovata seu gesta, illa pendente, non revocantur; August. Barbof. *ad cap. Non solum 7. de Appellat. in 6. num. 13.*, Altimar *de Nullit. sentent. tom. 1. rubr. 9. q. 45. n. 8.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 8. cap. 14. n. 29.*; sed contrarium defendit Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 21. num. 16.*, Hontalb. *de Jur. superven. q. 23. n. 10.*, Barbof. *Vor. 35. à n. 74.*

Limita 3., ut non procedat, quando appellatio interposita est in illis casibus, in quibus de jure appellari non potest, quos latè refert Peg. *For. cap. 15.*, ut tenet Guerreir. *tract. 2. de Divis. dict. cap. 14. n. 75.*; & ideo faciendâ est differentia inter casum, in quo appellatio habet effectum suspensivum, vel non ita; ut in primo casu possit revocari tanquam attentatum, quidquid pars vel Judex innovat pendente appellatione; in secundo verò non: quia in primo casu appellatio ligat manus Judicis, ejusque jurisdictionem extinguit; at verò in secundo appellatio non suspendit, sed devolvit, & ideo gesta pendente appellatione sunt validè gesta, & non revocantur; Gratian. *For. cap. 665. n. 3.*, August. Barbof. *in cap. Non solum 7. de Appellat. in 6. num. 8.*, Begnudell. *in Prax. attentat. litt. A, n. 16.*, Valenzuel. *conf. 45. num. 20.*, Hontalb. *de Jur. superven. q. 25. n. 46.*, Guerreir. *de Division. d. cap. 14. num. 78.* Et alias plures limitationes vide apud eundem Guerreir. *d. cap. 14. à n. 27. usque ad 77.*

(b) Pendente termino dilationis ad faciendas probationes Officium Judicis conquiescit, nec sibi competit jurisdictionis exercitium, ut declarat hæc Ordinatio, & de jure tenet Gratian. *For. cap. 516. n. 15.*, Lancelot. *de Attentat. p. 2. cap. 7. num. 1. 2. & 37.*, Altimar *de Nullit. sentent. rubr. 9. q. 47. à n. 1.*, & *rubr. 13. q. 2. n. 206.*, August. Barbof. *in L. Sive pars 3. Cod. de Dilation. à n. 1.*, Sylv. *in Commentar. ad hunc §.*, qui ferè omnes hoc punctum variis ampliationibus, & limitationibus plenè illustrant. Nota tamen, quod pendente dilatione, potest opponi de nullitate contra testes ab adversario productos; sed non suspenditur in causa; & testes interrogantur in actu separato, ut de praxi testatur Phæb. *p. 2. arest. 79.*

(c) Concordat Ord. *lib. 1. tit. 65. §. 33.*, & ad materiam hujus Ordinationis vide Farinac. *de Testib. q. 77. ex n. 71. & ex n. 175. cum seqq.* Ad verb. *Sobre casos de morte*, vide Phæb. *p. 1. dec. 10. n. 3.*, ubi decusum refert, quod dispositio hujus Legis solummodò habet locum casu quo constet de corpore mortuo; & ibi etiam tenet, quod in causa adulterii, vel alia simili, in qua imponitur pœna mortis, possunt testes interrogari ab Examinatore: si tamen Senatores, quorum muneri competit Inquisitio in terminis hujus Ordinationis, fuerint impediti, tunc Rector committit examen testium aliis Officialibus idoneis, ut declarat Ord. *lib. 1. tit. 5. §. 11.*

De stylo tamen iidem Senatores has commissiones facere solent absque Rectoris interventu, ut declarat Senator Oliveira in quadam Nota ad *d. §. 14.* Et vide notata in verb. *Enqueredor nos casos de morte, aleijaõ, ferimento de rosto, &c.* Et idem procedit, quando testes sunt nobiles, seu infirmi, qui non tenentur ire ad domum Judicis, ut declarat eadem Ord. *d. §. 14.*, & *lib. 1. tit. 84. §. 10.*, Barbof. *in L. Alia, §. Eleganter, n. 10. versic. Et primo, ff. de Solut. matrim.*